

Dilossane Vargas da Silva

**A PRIMEIRA QUEDA DE JANGO: “APONTAMENTOS PARA UMA
INTERPRETAÇÃO”**

Passo Fundo, Abril de 2010

Dilossane Vargas da Silva

**A PRIMEIRA QUEDA DE JANGO: “APONTAMENTOS PARA UMA
INTERPRETAÇÃO”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para obtenção do grau de mestre em História sob a orientação do Prof. Dr. Eduardo Munhoz Svartman.

Passo Fundo

2010

Ao Mateus, pelo apoio e auxílio fundamental durante esse período de pesquisa. À Thais, minha filha, pela ausência em determinadas circunstâncias.

Em primeiro lugar agradeço a força superior por ter me proporcionado persistência, garra e muita força de vontade, principalmente pela consciência da necessidade do conhecimento para o ser humano libertar-se da situação em que se encontra.

Agradeço ao professor Dr. Eduardo Svartman pela maestria com que dirigiu o processo de orientação, sempre instigando a reflexão, regado com muita paciência e competência.

A identidade social está na diferença, e a diferença é afirmada contra aquilo que está mais perto, que representa a maior ameaça.

Bourdieu

RESUMO

Este trabalho aborda a atuação de João Goulart no Ministério do Trabalho durante o segundo governo Vargas (1951-1954) com o objetivo de interpretar a sua abrupta saída após oito meses de gestão. Para tanto, analisa o governo Getúlio Vargas, ligação deste com João Goulart, descreve a ação da oposição, a imprensa getulista e antigetulista durante a atuação de João Goulart como ministro do Trabalho e a relação do “Manifesto dos Coronéis” com a crise do aumento do salário mínimo em 100%. Nesse processo, foram diversas as forças que atuaram para a desestabilização de Goulart no Ministério do Trabalho, com destaque para a imprensa, os militares da direita e a UDN. Dessa forma, o estudo conclui que a ação da oposição política a Getúlio Vargas e a João Goulart é apresentada pela história como um golpe contra a política trabalhista-populista desenvolvida pelo governo Vargas e pelo ministro do Trabalho João Goulart.

Palavras-chave: Política. Popular. Oposição. Golpe. Trabalhismo.

RESUMEN

Este trabajo aborda la actuación de João Goulart en el Ministerio del Trabajo durante el segundo gobierno Vargas (1951-1954). Con el objetivo de interpretar a salida después de ocho meses de su designación. Para eso fue analizado el gobierno Getúlio Vargas, la ligación con João Goulart para comprender la acción de la oposición getulista a João Goulart, bien como la acción de la imprenta getulista y antigetulista durante la actuación de João Goulart como ministro del Trabajo y la relación del “Manifesto dos Coronéis” con la crisis del aumento del salario mínimo en 100%. En ese proceso fueron diversas fuerzas que actuaron para la desestabilización de Goulart del Ministerio del Trabajo, con relieve para la imprenta, los militares de derecha, y la UDN. De esa forma, el resultado de la acción de la oposición política a Getúlio Vargas y a João Goulart, es presentado pela historia como un golpe de la elite conservadora frente la política trabajista-popular desarrollada por el gobierno Vargas y por el ministro del Trabajo João Goulart.

Palabras clave: Política. Popular. Oposición. Golpe. Trabalhismo.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CEPAL: Comissão Econômica para a América Latina

CIM: Casa da Imagem e Memória – São Borja - RS

CLT: Consolidação das Leis Trabalhistas

CPDOC/FGV: Centro de pesquisa e documentação em História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas

DIP: Departamento de Imprensa e Propaganda

DSN: Doutrina de Segurança Nacional

ESG: Escola Superior de Guerra

IAPC: Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários

IAPI: Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários

IAPS: Instituto de Aposentadorias e Pensões

MTIC: Ministério do Trabalho Indústria e Comércio

PCB: Partido Comunista Brasileiro

PTB: Partido Trabalhista Brasileira

PSB: Partido Socialista Brasileiro

PSP: Partido Social Progressista

PRR: Partido Republicano Riograndense

SAPS: Serviço de Alimentação da Previdência Social

UDN: União Democrática Nacional

USB: União Social Brasileira

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	08
INTRODUÇÃO	11
1. O SEGUNDO GOVERNO VARGAS E A ASCENÇÃO DE GOULART	17
1.1. A conjuntura política no início da década de 1950	17
1.2. João Goulart: Trajetória política	49
2. JOÃO GOULART NO MINISTÉRIO DO TRABALHO	79
2.1. O contexto da nomeação	79
2.2. A gestão do ministro do Trabalho João Goulart	90
3. A IMPRENSA, OS MILITARES E A PRIMEIRA QUEDA DE JOÃO GOULART..	125
3.1. Imprensa getulista: Última Hora	125
3.2. Imprensa antigetulista: Tribuna da Imprensa	136
3.3. A ala golpista das Forças Armadas, a ESG e o Memorial dos coronéis.....	144
3.4. A crise do aumento de 100% do salário mínimo	161
CONSIDERAÇÕES FINAIS	170
BIBLIOGRAFIA E FONTES CONSULTADAS.....	175

INTRODUÇÃO

Este trabalho de pesquisa tem como objetivo investigar a atuação de João Goulart no Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, a partir de sua nomeação em 17 de junho de 1953 pelo presidente da república Getúlio Dorneles Vargas, buscando entender o que levou João Goulart a renunciar do cargo de ministro em 22 de fevereiro de 1954.

O tema de pesquisa é de grande importância para a historiografia por percorrer a história da década de 1950, identificando as principais correntes políticas da época, não só as getulistas como as antigetulistas, suas contribuições para o desenrolar dos acontecimentos políticos e socioeconômicos, os movimentos sociais e suas reivindicações. Conforme Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes, “a opção pelo golpe, que já existia desde a posse de Vargas, tornou-se, a partir de meados do ano de 1953, irreversível. Para os padrões políticos conservadores da época, Jango tinha ultrapassado todos os limites”.¹

A relevância de se estudar a atuação de João Goulart no Ministério do Trabalho, e principalmente a sua saída, está em interpretar este fato como consequência de uma crise profunda na qual estava inserido o segundo governo Vargas, ao qual historiadores se referem como um contexto em que as forças políticas oposicionistas buscavam desestabilizar o ministro do Trabalho e o

¹ GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Jorge. *Jango as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 50.

presidente da República, pois desde o início do governo, em 1951, a UDN pregava a ilegitimidade de Vargas no pleito de 1950.

Sobre o fato de alguns autores atribuírem a ligação de Getúlio Vargas com João Goulart como sendo específica do ano de 1945, a contribuição original desta dissertação de mestrado é proceder a uma reflexão sobre as relações de família e de compadrio, buscando demonstrar que o vínculo de Vargas com João Goulart era anterior ao contexto em que este surgiu na política nacional.

Getúlio Vargas era político experiente, membro da elite dominante do sul; por sua vez, João Goulart membro da mesma classe, representava a juventude e o respeito à figura de Getúlio Vargas. Dessa forma, interpreta-se que o apoio de Getúlio Vargas à ascensão política de João Goulart é fruto das relações oriundas de antigas famílias tradicionais do estado do Rio Grande do Sul, embora ele não tenha chegado aos cargos somente pela indicação de Getúlio Vargas, uma vez que este não teria feito essa aposta se Goulart não tivesse “cacife” político.

A historiografia apresenta João Goulart atrelado à década de 1960, ao golpe militar, como se toda a sua trajetória e ações na política se resumissem a esse período, mais precisamente ao golpe de 31 de março de 1964. A política exercida por João Goulart durante as décadas de 1940 e 1950 no Brasil tem muito a contribuir para a interpretação dos acontecimentos que naquele contexto influenciaram diretamente a história e, na atualidade, suscita inúmeros questionamentos.

O ano de 1953 começou com a necessidade de Getúlio Vargas revisar a política salarial para enfrentar a crise. Dessa forma, algumas medidas foram adotadas, como acelerar o desenvolvimento do país e atender às reivindicações dos trabalhadores, visto que o salário se encontrava defasado. Na verdade a reforma se inseria na crise do “ministério da experiência” e da política de cooptação/conciliação de Vargas, a qual se somava à intensificação das greves e mobilização dos trabalhadores. Isto teria acentuado a inflexão à esquerda de Vargas e a escolha de Jango para assumir o Ministério do Trabalho.

Durante a atuação de João Goulart no Ministério do Trabalho, mais especificamente em fevereiro de 1954, os salários defasados e a elaboração do “Manifesto dos Coronéis”, que se caracterizou como o início do fim da gestão de Goulart como ministro do Trabalho, foi assinado por 82 coronéis e tenentes-coronéis, líderes da conspiração militar, justificam o motivo pelo qual os militares se puseram contra o aumento. O documento reforçava a posição dos empresários, que se posicionavam contrários aos estudos prevendo o aumento de 100% no salário mínimo. As Forças Armadas criticavam a instabilidade política brasileira causada pela instabilidade econômica em razão da alta da inflação. Também a imprensa oposicionista contribuía para a desestabilização de Goulart e do governo Vargas, tanto que João Goulart sofreu violentos ataques por parte dos meios de comunicação atrelados à UDN.

Diante disso, tais setores da sociedade criticavam seu perfil político, considerado muito popular pela aproximação com os trabalhadores, com os sindicatos e, sobretudo, por ser discípulo de Getúlio Vargas.

Faz-se relevante o presente estudo para a história pelo fato de procurar desvendar as ações de João Goulart como ministro do Trabalho e entender os motivos que levaram à sua saída do Ministério do Trabalho em 22 de fevereiro de 1954. Certamente, esse recorte temporal trata de um período considerado um marco na história política brasileira, em razão de João Goulart defender a participação das classes populares na política e do contexto nacional, em que a burguesia se posicionava contra João Goulart e Getúlio Vargas, sobretudo com o trabalhismo, no qual os trabalhadores eram reconhecidos como sujeitos integrantes da sociedade e indispensáveis para a formação da vida nacional.

A historiografia brasileira contemporânea tem dado pouca atenção à queda de João Goulart do Ministério do Trabalho, tanto que as referências a esse fato histórico o explicam mais como uma extravagância de Jango, pelo aumento de 100% do salário mínimo, do que propriamente como um fato que causou uma crise nos meios políticos da sociedade civil e nos meios militares.

Está muito presente na memória dos brasileiros, e também no próprio senso comum, essa tentativa de Jango. Contudo, não se considera que depois da queda de Jango tal aumento foi concedido, em 1º de maio de 1954, por Getúlio Vargas, mesmo que só tenha entrado em vigor de fato em julho de 1954. A saída de Jango do Ministério do Trabalho foi mais uma das tentativas de golpe dentre de todas aquelas que ocorreram no período de 1945-1964 contra o modelo implementado ou, pelo menos, desejado por Getúlio Vargas em relação ao curso político e econômico brasileiro? Tem se afirmado que o golpe de 1964, que derrubou Jango do poder, ocorreu em razão da grande instabilidade da década de 1960 e do radicalismo das disputas na sociedade brasileira.

No entanto, não é difícil constatar que, antes disso, João Goulart já era rechaçado por boa parte da elite conservadora brasileira, do que é prova a sua tumultuada permanência no Ministério do Trabalho. Afinal, mais tarde, Getúlio decretaria o aumento do salário contra a vontade dessa mesma elite. Entretanto, a história da década de 1950 apresenta algo inédito para a conjuntura da época: a maneira de João Goulart atuar como político e, sobretudo, como ministro do Trabalho, ao estender o ministério às classes populares. A importância de se analisarem as ações de João Goulart como ministro do Trabalho reside em identificar o estilo de Jango como ministro, de receber as pessoas e participar de eventos populares. Segundo Villa, Jango inaugurou uma nova forma de trabalho. Esse ineditismo se concretizaria pela maneira como tratava os trabalhadores, recebendo-os para audiências públicas, escutando as reivindicações dos que o procuravam, como também prestigiando eventos e festas sindicais.² Foi esse o perfil político apresentado por João Goulart durante a sua permanência no MTIC.

Esta pesquisa se desenvolveu com base em fontes bibliográficas, memórias disponíveis no *site* do Portal www.CPDOC.com.br/ FGV, fontes iconográficas e imprensa da época, (1953-1954), com análise das notícias veiculadas pelos jornais,

² VILLA, Marco Antonio. *Jango um perfil 1945-1964*. São Paulo: Globo, 2004. p.23.

para entender o que levou João Goulart a renunciar ao cargo de ministro do Trabalho em 1954, ou melhor, a primeira queda de João Goulart. As fontes empregadas para o desenvolvimento da pesquisa foram jornal *Correio do Povo do Rio Grande do Sul* e jornal *Diário de Notícias*, revista *O Globo*, *Diário Oficial do Rio Grande do Sul*, do período de junho de 1953 a fevereiro de 1954; ainda, documentos da Casa de Imagem e Memória da Urcamp – São Borja, (CIM), Museu Hipólito José da Costa, Porto Alegre, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (anexo Solar dos Câmara), Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Documentários, filmes, jornais, revistas.³

Para dar conta da temática, organizou-se este trabalho em três capítulos, visando a melhor responder a problemática desta pesquisa. No primeiro optou-se por pesquisar o contexto do governo de Vargas, 1951-1954, a trajetória política de João Goulart em busca da identificação do seu perfil de atuação política, bem como a influência de Vargas na sua trajetória política.

No segundo capítulo, analisa-se a atuação de Goulart no Ministério do Trabalho, desde a sua nomeação, bem como toda a repercussão de sua atuação nessa pasta, sendo ele conterrâneo de Vargas e o Ministério do Trabalho um órgão estratégico do governo e de grande abrangência nacional. Analisa-se, ainda, atuação de João Goulart nesse período, com ênfase nas iniciativas, crises, vitórias e derrotas nos oito meses em que exerceu o cargo de ministro do Trabalho.

³ **CIM:** A Casa de Imagem e Memória da Universidade da Região da Campanha - Urcamp é um acervo em construção e tem por objetivo dar visibilidade ao material histórico sobre Getúlio Vargas, João Goulart e Aparício Silva Rillo, ainda desconhecida de grande parte dos munícipes. A preocupação da Urcamp justifica-se pela razão de que de São Borja saíram importantes personagens políticos. O acervo da CIM constituído por meio de doações da comunidade são-borjense, familiares e pessoas “comuns” que conviveram com os ex-presidentes em São Borja, abrangendo documentos e fontes iconográficas. A CIM é parte integrante da universidade e tem como objetivo o desenvolvimento local e regional. Por meio da preservação de fontes históricas contribui para o desenvolvimento cultural da região e do país e, sobretudo, para a preservação da história contemporânea e da memória política referente aos ilustres são-borjenses.

O terceiro capítulo visa investigar algumas ações da imprensa e dos militares que provocaram a saída de João Goulart em fevereiro de 1954. Trata-se da imprensa getulista, assim como a imprensa antigetulista, como também a ala golpista das Forças Armadas, a ESG e o Memorial dos Coronéis, além da proposta de aumento de 100% do salário mínimo de João Goulart.

A atuação de João Goulart no Ministério do Trabalho foi marcada por conflitos sociais e políticos, pois o ministro do Trabalho apoiado na ideologia trabalhista alargava cada vez mais a abertura para as classes populares na política, o que era interpretado como uma ameaça aos interesses das classes políticas conservadoras.

Assim, a renúncia do ministro do Trabalho João Goulart em fevereiro de 1954, pode ser interpretada como a primeira queda de João Goulart na política. Pois foram inúmeras as tentativas de denegrir a imagem do presidente Getúlio Vargas, como do ministro do Trabalho João Goulart, principalmente por temer a proletarização. E decorrente do trabalho de articulação e desestabilização do governo Vargas e de João Goulart pela imprensa antigetulista, grupo de militares da direita, a UDN, os quais atuaram como verdadeiros “atores políticos” contribuíram para o enfraquecimento de Goulart perante a opinião pública.

1. O SEGUNDO GOVERNO VARGAS E A ASCENÇÃO DE GOULART

1.1 A conjuntura política no início da década de 1950

O objetivo geral deste capítulo é discutir as diferentes interpretações apresentadas por pesquisadores de história política contemporânea sobre o segundo governo Getúlio Vargas. Essa interpretação será realizada em forma de contextualização histórica para se compreender a crise do governo iniciado em 1951, com uma declarada oposição política.

Para tal se faz necessário remontar ao contexto político da administração de Getúlio Vargas, 1951-1954, destacando algumas questões consideradas prioritárias para entender a conjuntura política do início da década de 1950. Getúlio Vargas, em sua administração política em 1951-1954, dava ênfase à política conciliatória que incluía vários partidos e tendências, como a aproximação com a UDN, partido de ferrenha oposição ao getulismo, ao mesmo tempo em que tentava imprimir o caráter trabalhista do governo Vargas.⁴

A necessidade de identificar alguns conceitos se justifica por estarem presentes nos debates políticos contemporâneos, como populismo, getulismo, trabalhismo, nacionalismo.⁵ Nesses se elegeram a prática conciliatória, as alianças

⁴ Getulismo: manteve um apelo político não organizativo, pois sua conclamação aos trabalhadores era feita a partir da imagem de Vargas "Pai dos Pobres", pregação paternalista que excluía formas independentes e autônomas de expressão de interesses. D'ARAUJO, Maria Celina. *O segundo governo Vargas. 1951-1954: democracia, partidos e crise política*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1992. p.112.

⁵ "Em realidade, o populismo é algo mais complicado que a mera manipulação e sua complexidade política não fazem mais que ressaltar a complexidade das condições históricas em que se forma. O populismo foi um modo determinado e concreto de manipulação das classes populares, mas foi também um modo de expressão de suas insatisfações. Foi, ao mesmo tempo, uma forma de estruturação do poder para os grupos dominantes e a principal forma de expressão política da emergência popular no processo de desenvolvimento industrial e urbano. Foi um dos mecanismos através dos quais os grupos dominantes exerciam seu domínio, mas foi também uma das maneiras

políticas, o trabalhismo, fatores que contribuíram para a situação de crise na conjuntura do segundo governo Vargas.

Getúlio Vargas iniciou seu governo tentando se defender dos constantes ataques da oposição e, aproximadamente aos 72 anos de idade, passou por uma gestão considerada nefasta no sentido de tentar conciliar o governo com os interesses das classes sociais e agremiações políticas e, principalmente, com a novidade apresentada na política, que era o trabalhismo.⁶

A política conciliatória de Vargas consistia em se aproximar dos grupos políticos conservadores e não se comprometer apenas com um determinado grupo, ou instituição partidária, mas harmonizar os distintos interesses das classes populares que o haviam conduzido ao poder e, ao mesmo tempo, não acirrar os ânimos da oposição conservadora e histórica. Contava com o apoio de diversas forças políticas da sociedade e também necessitava do apoio militar para a realização dos projetos que impulsionariam o desenvolvimento econômico do país. Referentemente ao contexto do segundo governo Vargas, D'Araújo chama a atenção para a importância de se identificar quem era a oposição ao governo Vargas, assim como seus objetivos.⁷

pelas quais esse domínio se encontrava potencialmente ameaçado". WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 63.

⁶ Trabalhismo: em sentido amplo, isto é, como corrente doutrinária e movimento sindical, tanto no nível da visão dos seus dirigentes quanto na cristalização de um "senso comum" no âmbito de massas, pode ser considerado partido político justamente quando definido de forma abrangente, transcendendo o próprio PTB do Rio Grande do Sul como seção partidária e também o período específico analisado (1945-1954), uma vez que deita raízes na fase anterior a 1945 e mesmo a 1930, projetando-se como força política pelo menos até 1964, em termos temporais, ao mesmo tempo em que busca abrir espaço político além das fronteiras do Rio Grande do Sul, em termos geográficos. BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, UFRGS, 1992. p. 179.

⁷ D'ARAÚJO, *O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política*, 1992. p.25.

Na formação da equipe de apoio do governo, Vargas, ao indicar João Cleófas, da UDN, para o Ministério da Agricultura, em 31 de janeiro de 1953, desgostou os membros do PTB e as massas que o tinham reconduzido à presidência da República, o que provocou atritos especialmente no PTB. Dessa forma, interpreta-se que os indícios da crise política do governo também estão relacionados aos resquícios eleitorais e à composição ministerial.

Ao sofrer ataques sistemáticos da oposição e a hostilidade da imprensa, Vargas, desde a sua posse, investiu na estratégia de conciliação com seus adversários em busca de estabilidade política. Ferreira assinala que a origem da necessidade de Vargas adotar a política de conciliação está atrelada ao contexto de crise econômica, herdada por ele do governo anterior, de Eurico Gaspar Dutra, como a baixa nos preços internacionais do café, queda da produção industrial, entre outros fatores que contribuíram para a aceleração da inflação.⁸ Em consequência, Vargas tinha de administrar a insatisfação demonstrada pelos trabalhadores com a desvalorização salarial, os quais eram sua base de apoio, e o descontentamento de petebistas, por contarem com somente um ministério, o do Trabalho, e por não concordarem com a política de conciliação de Vargas com a UDN.

Alzira Alves do Amaral registra:

O segundo governo de Vargas inicia com um presidente eleito e empossado com ampla adesão popular, senhor de grandes recursos clientelísticos e com uma oposição ferrenha, herdeira de pesadas e ressentidas derrotas políticas, em torno da qual se alinhavam poderosos setores da sociedade civil e das forças armadas, perigosamente cindidas pelas clivagens ideológicas da época.⁹

⁸ FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB, e cultura política popular. 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 100.

⁹ ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 23-24.

Interpreta-se que Getúlio Vargas chegou ao poder eleito democraticamente pelo voto popular e que adotou práticas políticas consideradas históricas, como o clientelismo e o paternalismo, para o êxito eleitoral nas urnas em 1950.

Em 1951, Getúlio Vargas denominou a composição do governo de “Ministério da Experiência”, sugerindo que, conforme o desempenho das alianças firmadas pelo governo, os ministros seriam substituídos. Tal designação dava-lhe um ar de provisoriedade, uma característica decorrente de sua estratégia política centrada em alianças. Deve-se ressaltar que Getúlio Vargas não contava com um sólido apoio político parlamentar; assim, iria buscá-lo junto às classes populares por meio da política trabalhista, nacionalista e popular.¹⁰

Sobre esse ponto de vista, D’Araújo¹¹ rebate a interpretação de que o governo Vargas, a partir de 1953, teria virado à esquerda, pois o que predominou durante o seu governo foram tentativas frustradas de composição e de conciliação política. A instabilidade do governo era agravada pela crise econômica; pela inflação, considerada alta para os padrões da época, com conseqüente elevação do custo de vida. A origem da situação de crise, que se apresentou desde os primórdios do governo, remete diretamente à ausência de uma proposta política que fornecesse a segurança às instituições partidárias, as quais se encontravam inseguras, principalmente pela falta de apoio de Vargas e pela sua condição apartidária.

Para Getúlio Vargas a ideologia trabalhista era apresentada como a saída para a solução dos problemas sociais do Brasil, forma como se manteve no poder. O

¹⁰ Classes populares: “Classes em processos de formação nos quadros de uma sociedade em transição (pós-1930) sua presença na política estará condicionada por várias ordens diferentes de fatores. A primeira diz respeito à crescente heterogeneidade interna de sua composição econômica e social radicada na diversidade de formas de produção próprias de um país que se vê obrigado a combinar etapas diversas do desenvolvimento capitalista em resposta as circunstâncias criadas internamente pelas crises e transformações no plano internacional. A segunda diz respeito à mobilidade social no interior destes marcos heterogêneos que caracterizam as classes populares”. WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p.146.

¹¹ D’ARAÚJO, *O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política*, 1992. p.18.

trabalhismo foi o propulsor do desenvolvimento do nacionalismo durante a década de 1950, pois a estrutura de industrialização do país era anterior à década de 1930 e em 1950 cabia ao Estado a tarefa de industrializar o país.

Na opinião de D'Araújo, a política trabalhista foi parte indissociável do nacionalismo getulista, assim como a vertente populista era um dos componentes do trabalhismo.

Podemos depreender que a política social e trabalhista de Vargas, tal como a propalada na campanha eleitoral, enquadrava-se dentro de uma concepção centralizadora de Estado, onde não haveria interesses próprios e particulares a defender. Novamente, os governantes eram vistos como os defensores dos interesses mais gerais da sociedade, que seriam realizados através de uma atuação imparcial. Mais uma vez ficaram as camadas populares excluídas do processo político.¹²

Ainda afirma a autora o autor:

Todo o discurso de Vargas em defesa do Trabalhismo era de fato, uma forma indireta, porém clara, de reduzir a massa dos trabalhadores a uma posição politicamente secundária, desvinculada de uma inserção partidária mais sólida e atrelada a sindicatos cuja atuação se dava na exata medida do consentimento do Estado. Em outras palavras, o discurso trabalhista pode ser interpretado como justificativa ideológica para restringir a participação política e ainda como um posicionamento claro de deslegitimação do sistema partidário.¹³

A prática política do clientelismo era o método utilizado pelo governo para atrair novos adeptos por intermédio da corrente trabalhista e sindicalista. Em virtude

¹² D'ARAÚJO, *O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política*, 1992. p.103.

¹³ Idem. p. 103

de algumas ações de Getúlio Vargas, as classes menos favorecidas passaram a se sentir protegidas pelo governo, mas não percebiam a submissão por ele imposta. Skidmore afirma que a participação dos industriais no desenvolvimento econômico do país apresentava-se da seguinte forma:

Os industriais ainda constituíam um grupo pequeno, dentro da sociedade brasileira. Concentrados no triângulo centro-sul, localizado *grosso modo* entre São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, eles eram tímidos em política. Alguns poucos seguiam a liderança de Roberto Simonsen, de São Paulo, industrial progressista e escritor, que batalhara, até a sua morte, em 1948, em favor de uma vigorosa política de industrialização. A maioria, contudo, limitava a sua atividade política aos esforços para garantir medidas favoráveis de crédito e certa medida de apoio governamental para a indústria.¹⁴

Por volta de 1950 a classe média pouco expressiva nas regiões economicamente atrasadas do Brasil, pois sua origem de grupos de “posição” que por muito tempo dominaram a política brasileira vem desde antes de 1930. Assim, durante o segundo governo Vargas esses grupos eram considerados pequenos e localizados, compostos de burocratas e profissionais liberais. As classes conservadoras participavam da política através de ligações familiares e financeiras, atreladas à estrutura agrária tradicional e com predomínio das relações patriarcais.

Na zona rural, entretanto, a difícil situação econômica das pessoas, a pobreza e o alto índice de analfabetismo contribuíam para aumentar a disparidade socioeconômica entre o campo e os centros urbanos. Eram poucos os trabalhadores industriais urbanos com a qualificação exigida, visto que a maioria era oriunda do campo, vindo à cidade em busca de melhores condições de vida. Em relação à participação da classe operária na política Skidmore destaca:

¹⁴ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 3 ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1975. p.112.

A classe operária, em rápido crescimento estava relativamente desarticulada dentro da política. Votava mais como massa do que como classe. Suas aspirações eram exploradas pelos políticos populistas que, ao invés de lançar os seus apelos em termos de antagonismo de classes, apenas prometiam mais garantias e benefícios. Na campanha de 1950, Vargas havia ocasionalmente assumido a pose populista, mas o seu *approach* permanecia essencialmente paternalístico, refletindo a sua própria avaliação da consciência política, crescente, mas ainda limitada, dos trabalhadores urbanos.¹⁵

É importante ressaltar o redimensionamento que a sociedade brasileira obteve com o incentivo à industrialização, que provocou alterações no meio rural e contribuiu para o crescente processo de urbanização, caracterizando a sociedade como urbano-industrial. Getúlio Vargas propôs-se lutar principalmente por uma relativa autonomia do país, defendendo que se investisse na nacionalização da indústria e nas substituições das importações.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que mobilizava empresas a investir e apoiar o projeto de governo, apesar do setor industrial não caminhar totalmente alinhado com o governo, de certa forma contribuiu para a sustentação das bases da industrialização do Brasil.

Em 1951, o segundo governo Vargas iniciou com muitos problemas, que exigiam soluções imediatas, assim como a longo prazo, como, por exemplo, a questão da industrialização do país. Mas a ação de Vargas foi de atacar os problemas econômicos em curto prazo, como a inflação e as resultantes tensões sociais, por meio da conciliação com forças políticas heterogêneas, Vargas tentava canalizar esse apoio para amenizar os inúmeros conflitos sociais.

Na opinião de Antonio Luigi Negro; Fernando Teixeira da Silva, as estratégias conciliatórias de Getúlio Vargas com grupos conservadores foram decorrência da

¹⁵ Idem.

pressão exercida pela direita; dessa forma, ele necessitava alcançar estabilidade política, para enfrentar a oposição.¹⁶

No governo Vargas, a instabilidade política é apontada como resultado da concepção centralizadora e personalista de poder imposta às instituições brasileiras, além do controle das classes sociais pelo governo. A aproximação do governo com as mais diversas classes sociais demonstra as circunstâncias e as forças reunidas por Getúlio Vargas a fim de consolidar alianças com as classes sindicais, militares, industriais.

Getúlio Vargas proporcionou a esses grupos participação ativa na política, caracterizando-se como mediador, e conduziu o Estado nacional para o centro da organização política, para o trabalhismo. A necessidade identificada por Vargas desde o início de sua administração, de realização de alianças para o fortalecimento das bases governamentais, justifica-se em razão do comportamento da oposição, que tentou impedir a sua posse como presidente da República. Entende-se que a dificuldade de Getúlio Vargas conseguir manter apoio sólido das classes conservadoras deveu-se ao seu comportamento ao articular-se com a elite e, ao mesmo tempo, com as classes populares. Além disso, a UDN apresentava-se ressentida com a derrota sofrida no pleito de 1950, apesar da tentativa fracassada de se apegar à ilegitimidade da vitória de Vargas em razão de o número de votos não ter sido maioria absoluta.

Além de a oposição a Vargas perder a disputa pelo poder para Getúlio Vargas, era portadora de uma bagagem oposicionista histórica em que estavam registrados os 15 anos de Vargas no poder da República. A crítica das classes conservadoras a Vargas devia-se ao fato de considerar que ele não valorizava as instituições político-partidárias. Nisso está a importância de se interpretar que Getúlio Vargas garantiu a sua permanência no governo em decorrência da

¹⁶ NEGO, Antonio Luigi; FILHO, Fernando Teixeira. Trabalhadores, Sindicatos e política. In: FERREIRA; DELGADO, (org.) *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil militar de 1964*, 2003, p.65.

articulação centrada em alianças. Ele tentava encontrar a melhor maneira para a formação dos ministérios, visando não desapontar as forças políticas, entre as quais estariam os eleitores que o haviam conduzido à presidência da República, os partidos políticos aliados e opositores.

Armando Boito Junior interpreta o governo populista de Vargas e seu comportamento paternalista com as classes populares pelas seguintes razões:

Porém, a política populista do governo Vargas não incorpora nenhum interesse político das classes populares. O que esse governo procurava fazer era radicalizar a política populista – concessões econômicas e radicalização verbal ao nível do discurso, justamente para desviar as massas do caminho da revolução. Ocorre que essa estratégia de radicalização do populismo e não de ataque frontal ao movimento de massas para prevenir a revolução interessava à burocracia de Estado, preocupada em manter a sua sustentação no movimento popular, e não à burguesia.¹⁷

As classes conservadoras atacaram essa tentativa do governo Vargas de favorecer o avanço do movimento popular; assim, a luta contra a política populista significava uma tentativa de a oposição recuperar sua hegemonia, ou melhor, o poder, na política brasileira. A crise de 1953 foi uma crise da política populista, que tinha de se desdobrar em razão do apoio necessário e, ao mesmo tempo, para controlar a ascensão da luta reivindicatória das classes trabalhadoras.

Boito, na obra *O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo*, apresenta a greve dos trezentos mil como um marco na política brasileira, por ser o início de uma fase de ascenso da luta reivindicatória das classes trabalhadoras e ter colocado a política populista de Vargas em crise. Segundo o autor,

¹⁷ BOITO JR, Armando. *O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p.36.

a greve dos 300 mil criava uma situação nova. Em primeiro lugar, ela punha á prova, aos olhos da massa, o caráter popular que o governo atribuía a si próprio. Em segundo lugar, como a amplitude e a duração da greve formavam um contraste gritante com o refluxo que prevalecera até o ano de 1952, o governo percebeu a necessidade de estudar um eventual reajuste na sua política (populista) de integração das massas no jogo político. Daí a sua reação, em certa medida ambígua diante do movimento grevista.¹⁸

Entretanto, as crises se sucediam e, em 1953, o Ministério da Experiência não conseguiu selar as alianças partidárias e assinou várias demissões, o que contribuiu para o seu enfraquecimento, uma vez que Vargas buscava sustentação política, e a UDN dedicava-se a desestabilizar o governo Vargas. A dificuldade do governo em realizar qualquer pacto de união residiu no fracasso das alianças propostas pelo governo, em razão de inexistência de um compromisso em sua totalidade, pois o que existia eram apenas acordos setoriais, não se configurando como conciliação. Na concepção de Gomes, o fracasso de uma política conciliatória e a impossibilidade de se estabelecerem alianças estáveis são originários da maneira como se tentou articulá-las.¹⁹

As clivagens internas refletiam as tendências políticas opostas que se enfrentavam durante todo o período presidencial. Cada classe reivindicava conforme seus interesses, e Vargas, com sua tática política de conciliação, não conseguia coordenar as manifestações de insatisfação, pois, ao atender a uma determinada classe, descontentava a outra.

Na visão udenista, as “classes populares” não despertavam uma imagem real, sendo apenas uma figura retórica, receptora da caridade social de fundo católico. Cumpria aos bacharéis decidir quais eram os problemas “do

¹⁸ BOITO JR, *O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo*, 1982, p. 62.

¹⁹ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro; Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988. p. 254.

povo” e qual a melhor maneira de solucioná-los. O “povo” sempre foi tratado como menor político, incapaz de diagnosticar os seus problemas e de receitar seus remédios.²⁰

Em virtude das crescentes dificuldades econômicas, do fracasso da política de conciliação do governo e da agitação da UDN e da imprensa, Vargas, pressionado pelo contexto de instabilidade que se acentuava, realizou a “Reforma Ministerial”, na qual todos os ministros foram substituídos, com exceção de João Cleófas (UDN), que ocupou o Ministério da Agricultura no período de 31 de janeiro de 1951 a 8 de junho de 1954.

Por meio da ideologia trabalhista o governo justificava a política nacionalista com o discurso de que o povo deveria tirar o alimento da terra e energia do seu próprio solo, sem se submeter à exploração de terceiros. Getúlio Vargas fazia referência ao desenvolvimento das indústrias, visando solucionar a questão energética pelo incremento na agricultura, com o incentivo à produção de alimentos; também buscava valorizar e fortalecer o mercado interno, o que, conseqüentemente, iria resultar em melhorias na vida do trabalhador brasileiro.

Ao insistir na tentativa de conciliar interesses, principalmente com a UDN, Vargas provocou o enfraquecimento da aliança entre governo e os militares da esquerda, pois a imprensa considerava o Clube Militar como um reduto de posições comunistas, ameaçando a aliança entre governo e grupos militares, que se identificavam com o posicionamento de Vargas quanto à política nacionalista.²¹

As divergências quanto ao modelo nacionalista-desenvolvimentista ocorriam principalmente no interior da classe que compunha a elite brasileira, em parte

²⁰ SOARES, Glaucio Ary Dillon. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p. 98.

²¹ Conforme Hélio Silva, o Clube Militar era a cidadela das Forças Armadas. A disputa pela direção iria desencadear uma campanha em que seriam utilizados todos os argumentos, dentro e fora do Clube, nas guarnições, nas colunas da imprensa. SILVA, Hélio. *1954: um tiro no coração*. Porto Alegre: LP&M, 2004. p. 119.

formada por militares que se posicionavam favoráveis aos princípios do nacionalismo, por interpretarem que favorecia o produto nacional. A instabilidade política no segundo governo Vargas foi marcada por conflitos internos partidários e pela insatisfação dos setores dominantes, principalmente com a brecha proporcionada pelo governo à participação das massas na política, que também tinha de ser administrada, assim como os interesses da classe média.

Mas quanto aos militares ressalta-se que comparados a Getúlio Vargas e a João Goulart não eram filhos de grandes fazendeiros, ou de banqueiros, industriais, mas de famílias que tiveram posses e que no passado viram na escola militar uma forma de garantir ensino aos seus filhos, portanto torna-se perigoso generalizar os militares e defini-los como elite, uma vez que alguns militares obtiveram destaques em suas carreiras, e apresentavam comportamento político conservador e identificavam com certas elites econômicas, enquanto outros identificavam-se com a esquerda.

Dessa forma, a sociedade apresentava uma situação de descontentamento geral com o governo. Boito escreve: “No caso da greve dos 300 mil, o governo Vargas fora obrigado a combinar a repressão com recuos e com simulação de cumplicidade frente ao movimento grevista. Isso, para a alta classe média, significava que era o próprio governo quem estava estimulando a ameaça á ordem”.

Antônio Luigi Negro; Fernando Teixeira da Silva, afirmam que,

“de fato, desde seu primeiro governo, Vargas promoveu a valorização da mão de obra nacional a fim de viabilizar seu aproveitamento na industrialização do aço, dos transportes, da química, dos bens duráveis e das atividades portuárias. Por outro lado, a convicção de que o operariado brasileiro era “imaturo” e “fraco” levava os donos do poder a considerarem-no presa fácil do arbítrio patronal. Acreditavam ainda que inexperiência e espoliação ofereciam às esquerdas oportunidade para tramarem lutas espúrias; assim, era preciso resguardar o trabalhador tanto da luta de

classes quanto da exploração capitalista. Portanto, ideal seria tutelá-lo via Ministério do Trabalho”.²²

As alianças políticas alinhavadas pelo governo com os sindicatos e trabalhadores buscavam consolidar uma imagem governamental populista, a imagem de Vargas como o “benfeitor dos pobres”, e, em contrapartida, o reconhecimento desse setor para com Vargas. No discurso de Vargas, somente com a ascensão socioeconômica das classes populares e apoiado em um amplo projeto de reconstrução nacional, possibilitar-se-ia estender benefícios, como as leis de amparo ao trabalhador, a todas as classes sociais.²³

Por outro lado, se Vargas defende a necessidade de os trabalhadores participarem dos sindicatos para legitimamente defenderem seus interesses, em momento algum questiona a subordinação e os limites da estrutura sindical imposto pelo Estado. Além disso, o sindicato é encarado como órgão reivindicador para questões de ordem salarial e como um meio pelo qual empregadores e empregados devem buscar a harmonização de interesses sem a radicalização do conflito. Mais uma vez a política é relegada enquanto componente no jogo de poder.²⁴

²² NEGO, Antônio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira. In: FERREIRA; DELGADO, (org.) *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil militar de 1964*, 2003, p.50.

²³ Classes Sociais: “Hoje um grupo crescente de grupos sociais pressiona por participar no controle social e político e reivindica a representação de seus próprios interesses. O fato de que estes grupos sociais venham de massas intelectualmente atrasadas é uma ameaça àquelas elites que antes procuraram manter as massas a nível intelectual baixo enquanto puderam supor que a ignorância das massas conduziria a seu afastamento da política. Mesmo os ditadores atuais se esforçam, depois de terem chegado ao poder, em amortecer o impulso de ação daquelas massas cujas energias recentemente mobilizadas lhe permitiram ascender à sua posição presente. Evidentemente, isto pode ter êxito por algum tempo, mas a longo prazo o sistema industrial conduz a um modo de vida que constantemente revigora as massas e na medida em que, de um modo ou de outro, elas tomem parte na política, suas insuficiências políticas passam a ser de preocupação geral e ameaçam as próprias elites”. WEFFORT. Francisco. *O populismo na política brasileira*. p. 90.

²⁴ *Ibid.*, 1992. p. 99.

Desde o início do seu governo, Getúlio enfrentou resistência em propor a substituição de importações no processo de industrialização do país, sofrendo críticas por não abrir a economia aos capitais estrangeiros. O modelo econômico e político desenvolvido no seu governo (1951-1954) ficou conhecido como “nacional-desenvolvimentismo”, que visava à superação do subdesenvolvimento brasileiro. A estruturação desse programa ocorreu durante o Estado Novo, apoiado na industrialização e voltado para a substituição de importações, com forte participação do Estado.

A importância das bases desse modelo desenvolvimentista é interpretada pela conjuntura em que o Brasil vivia no início da década de 1950, com grandes dificuldades de importação de produtos manufaturados, em razão do contexto internacional da II Guerra Mundial. Dessa forma, surgia a necessidade de desenvolver a indústria nacional para abastecer o mercado interno.

O sucesso das indústrias brasileiras, como metalúrgica, mecânica, têxteis, cimento, possibilitou ao país conquistar outros mercados da América Latina. As transformações na estrutura econômica brasileira repercutiam diretamente no contexto social pelo aumento de empregos, diversificação na economia e melhor qualificação para um número maior de trabalhadores. As transformações decorrentes da industrialização suscitaram correntes diferenciadas de pensamento quanto ao rumo a ser dado ao desenvolvimento brasileiro. Neoliberais e desenvolvimentistas que surgiram na década de 1940, mas ganharam essa denominação durante a década de 1960, realizaram estudos e debates em busca de soluções para direcionar o processo de industrialização. A primeira posição foi liderada pelo economista Eugênio Gudín e a segunda era representada pelo industrial Roberto Simonsen.²⁵

²⁵ Economista, professor de Finanças da Faculdade de Ciências Econômicas do Rio de Janeiro, membro da Comissão de Planejamento Econômico, criada em setembro de 1944 pelo presidente Getúlio Vargas, e executivo de empresas estrangeiras concessionárias de serviços públicos. Industrial, presidente da Federação das indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e membro do

Para o grupo liderado por Gudin (os neoliberais), integrado por muitos exportadores, o capital estrangeiro era indispensável ao desenvolvimento, pois em um país subdesenvolvido como o Brasil, no qual os níveis de consumo eram baixos, não havia possibilidade de capitalização interna. Logo, para alcançar o desenvolvimento, o governo deveria criar condições favoráveis ao ingresso de capitais e de tecnologia estrangeira.²⁶ Para Simonsen, os desenvolvimentistas preconizavam para o Brasil uma política de desenvolvimento voltada para o aumento da produção de bens de consumo, o alargamento do mercado interno e o aumento da renda nacional, além de maior intervenção do Estado na economia como meio de garantir a expansão industrial.²⁷

O debate entre essas duas correntes foi intenso no sentido de cada qual defender a sua proposta com o objetivo de desenvolver meios para libertar o Brasil da condição de país subdesenvolvido, mas a divergência de opinião se dava com relação às técnicas de planejamento e à intervenção do Estado na economia. Nesse sentido, a Cepal contribuiu com estudos para formulações teóricas a respeito do desenvolvimento, propondo como estratégia para os países latino-americanos superarem seu estágio de subdesenvolvimento a aceleração do processo de industrialização como elemento fundamental de mudança social.²⁸

As tentativas de acordos e conciliações por parte de Vargas resultaram no próprio enfraquecimento do governo, o que não contribuiu para o fortalecimento do sistema partidário brasileiro. Com o discurso de apresentar-se com sua postura apartidária e de se posicionar como defensor do povo brasileiro, Vargas legitimava-se junto às massas alijadas da participação política, assumindo compromisso com

conselho Nacional de Política Industrial e Comercial. D'ARAÚJO, Maria Celina. *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: UERJ: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 121.

²⁶ D'ARAÚJO, *As instituições brasileiras da Era Vargas*, 1999. p. 122.

²⁷ *Idem*, p. 122.

²⁸ *Idem*, p. 123.

os eleitores; Aproxima-se daqueles que, por suas condições precárias de vida, ainda não tinham conseguido se fazer representar. Afirmava que suas obrigações estavam voltadas para com o povo e com a nação, mais uma vez deixando de lado o papel das instituições político-partidárias.

Entretanto, apesar desses apoios partidários, Getúlio Vargas procurava reforçar que não era um candidato de partidos e que fora trazido de volta à política pela “imposição popular”. Ainda que durante seu governo tenha respeitado o Congresso como uma importante agência decisória de representação partidária, Vargas não ligava a presidência e sua figura a um ou a mais partidos. Essa posição suprapartidária era vista por ele como um trunfo para conciliar e montar acordos. Dessa forma ele buscava encontrar, na conciliação intrapartidária, o caminho do meio que viabilizaria a arrancada desenvolvimentista a que se propunha.²⁹

Essa aproximação de Vargas com as massas e o descompromisso para com os partidos políticos começaram a despertar a preocupação das classes conservadoras, pois cada vez mais o prestígio de Vargas com as classes populares se fortalecia, revertendo em forma de privilégios.

Getúlio Vargas utilizava como instrumento básico político o trabalhismo e o sindicalismo para levar adiante sua proposta de governo, o que contribuiu para os trabalhadores deixarem sua condição de excluídos e passarem a exercer a cidadania. A interpretação do modelo político implantado por Vargas de mediador e conciliador, voltado para todas as classes, tomou dimensões incontroláveis, uma vez que o governo, ao conceder atenção aos trabalhadores, descontentava a classe patronal. Dessa forma, o perfil de “Pai dos Pobres” era visto com receio e desconfiança, sobretudo pela oposição.

²⁹ ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p.165.

Por fim, o grande segredo está na lógica que articulava este discurso. Ele releu o passado das lutas dos trabalhadores sem ao menos mencioná-lo, estruturando-se a partir de uma ética do trabalho e da valorização da figura do trabalhador nacional. Era a esta figura – novo modelo de cidadão – que o discurso se destinava e era a ela que os benefícios sociais eram oferecidos como uma dádiva.³⁰

Com o fracasso da política de conciliação com partidos políticos e classes sociais, aprofundou-se a situação de crise, reforçada pela articulação de forças oposicionistas em torno de Vargas. A origem desse fracasso da política de conciliação e a instalação da crise no segundo governo de Vargas remontam ao populismo getulista, principal vertente política brasileira no pós-45, em prol do retorno do ex-presidente Getúlio Vargas à presidência da República. Nesse contexto, a UDN desencadeou uma expressiva onda de articulação visando contrariar a política de Vargas. Gláucio Ary Dilllon Soares reforça:³¹

Nunca é demais enfatizar que as eleições de 1945 foram, em muitos sentidos, as primeiras eleições democráticas do país. Durante 15 anos, dominação da figura de Vargas; em pouco tempo, as eleições mais livres e amplas da história política brasileira até aquela data. Não admira, portanto, que o grande divisor das águas partidárias fosse à posição em relação a Getúlio.

Assim, a oposição mostrava-se relutante em apoiar Vargas, que tinha como meta privilegiada do programa de governo a assistência social, justificada como espécie de amparo ao trabalhador brasileiro.

Pela análise da maneira como Getúlio Vargas iniciou o segundo governo, constata-se que desde a sua posse em 31 de janeiro de 1951, até 1953, sua política delineava-se pelo comando do jogo conciliatório exercido na tentativa de amenizar

³⁰ GOMES, *A invenção do trabalhismo*, 1988. p. 254.

³¹ SOARES, *A democracia Interrompida*, 2001. p. 71.

os ataques da declarada oposição e fortalecer as bases de apoio ao governo. A reforma ministerial de 1953 surgiu da necessidade política do governo de reformular compromissos para a sustentabilidade diante da articulação da UDN. Como as várias investidas do governo para selar alianças com a oposição haviam fracassado, Vargas direcionou o foco da sua política de conciliação para as classes populares, que trazia alinhavadas desde a década de 1930.

João Goulart chegou ao Ministério do Trabalho em meio a uma crise e com a deflagração da greve dos marítimos, um dia antes da sua nomeação, dezesseis de junho de 1953, que ameaçava a paralisação dos portos do Rio de Janeiro, Santos, Belém. Esse fato, política e economicamente era grave, porque significava a interrupção do transporte por ferrovias e pelo mar. Sobre a escolha de João Goulart para o Ministério do Trabalho Marieta de Moraes Ferreira escreve:

A posse de João Goulart no Ministério do Trabalho em 17 de junho de 1953 não deve ser entendida como um acontecimento político-administrativo como tantos outros do mesmo gênero, ocorridos anterior ou posteriormente, pelo menos por razões: A primeira tem a ver com a escolha do nome do ministro, ou seja, o que ele representava em função de sua curta trajetória política e a segunda razão se vincula ao contexto específico vivido pelo movimento sindical naquele momento, uma vez que, desde a posse de Vargas em 1951 ocorrera uma retomada das ações sindicais.³²

A indicação de João Goulart para ocupar o Ministério do Trabalho significou mais uma tentativa de Vargas aproximar-se das classes populares, de recuperar o diálogo e o prestígio junto ao movimento sindical. Para melhor se entender o contexto da entrada de João Goulart no segundo governo Vargas, Marieta Moraes relata:

³² FERREIRA, Marieta de Moraes. *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2006. p.34.

É preciso ter em mente que, mesmo antes da posse de Jango, o número e o teor das greves que ocorriam no país era algo inusitado, sobretudo considerando-se o passado recente da década de 40, a do Estado Novo e do governo Dutra. Para se avaliar a importância e o impacto do que acontecia, basta lembrar que, em março de 1953, 60 mil trabalhadores foram para as ruas da cidade de São Paulo, numa passeata conhecida como a “da panela vazia”, que acabou por desembocar em um movimento que se tornou um marco para o movimento operário: a chamada Greve dos 300 mil.³³

Foi nesse contexto de fragmentação política que João Goulart, oriundo da “ala moça” do PTB e da corrente pragmático-getulista, ganhou espaço, em razão do seu comprometimento com projetos reformistas e nacionalistas. Contudo, a crise a partir de 1953 tornar-se-ia irreversível, principalmente pelos contatos estreitos mantidos entre conservadores e militares, intensificados a partir da gestão de Goulart no Ministério do Trabalho.

Acerca da formação do PTB, as correntes políticas e a ligação de João Goulart com a corrente programático-getulista, recorreremos à explicação de Bodea, que dá ênfase ao projeto ideológico de duas figuras exponenciais do trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul: Getúlio Vargas e Alberto Pasqualini o que será explanado no próximo capítulo.

Sobre a composição ministerial, D’Araújo destaca a concentração dos assuntos administrativos pelo presidente Vargas, por não confiar na unidade de propósitos dos ministros ou na supervisão destes sobre as manobras nos gabinetes, pois os que compunham o segundo governo Vargas eram originários de várias agremiações políticas, inclusive da UDN. Com base nesse ponto de vista da autora, identifica-se um caminho a percorrer na história do Brasil na busca do motivo pelo

³³ FERREIRA, *João Goulart: entre a memória e a história*, 2006. p.36.

qual Getúlio Vargas elegeu João Goulart para fazer parte do governo e ocupar uma pasta estratégica na política trabalhista, o MTIC, em 1953.³⁴

Centrado nessa mesma linha de pensamento referente a João Goulart, Ferreira afirma:

Próximos de Vargas em termos pessoais, muitos não se deram conta de que ele foi o “escolhido”, uma vez que Getúlio Vargas poderia lançar mão de tantos outros políticos experientes que o acompanhavam de longa data na política no PTB, como Pasqualini, Osvaldo Aranha, os próprios ministros que ocuparam a pasta do Trabalho no decorrer das décadas de 1930 a 1950.³⁵

Getúlio Vargas não tinha confiança na equipe que formava o governo. Assim, a nomeação de Goulart é fruto de estratégia política de Vargas, que visava ao fortalecimento do governo. Com base numa reavaliação histórica, Vargas percebeu que o Ministério da Experiência estava se deteriorando e que a oposição se fortalecia com seus constantes ataques à política nacionalista-trabalhista.

O ponto fundamental a esclarecer são as circunstâncias em torno da nomeação de João Goulart para o governo e para a consolidação do trabalhismo. O viés sociopolítico do governo Vargas requeria confiança nos colaboradores para fortalecer a política do trabalhismo e, conseqüentemente, o governo. Esse era o principal objetivo da nomeação de Goulart para ocupar o MTIC. Portanto, a estrutura do MTIC representava uma máquina decisiva para a governabilidade do país inteiro, respondendo não só por sindicatos e leis, mas também por programas de habitação popular, controle de preços, distribuição de cestas básicas e empresas de seguridade privadas, previdência social e planejamento do bem-estar social. Havia,

³⁴ D'ARAÚJO, *O segundo Governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política*, 1992. p.11.

³⁵ *Ibid.*, 2005, p.102.

para tanto, toda a rede das delegacias regionais nos estados, sujeitas às injunções da política local e nacional.³⁶

No ano de 1953, o país enfrentou inúmeras greves de operários, que protestavam contra a alta do custo de vida e cobravam medidas mais enérgicas do governo. Além de toda a instabilidade econômica e política oriunda dos movimentos grevistas, a imprensa oposicionista radicalizava por meio de ataques ao governo Vargas e ao ministro do Trabalho, acusando-os de corrupção e de relações de clientelismo. A problemática que envolveu a reforma ministerial de 1953 aponta para uma situação de crise que se encontrava alinhavada ao histórico político de Getúlio Vargas ao longo dos aproximadamente 15 anos de controle do poder, o que poderia refletir e influenciar na administração do governo.

João Goulart, com a tarefa de aproximar o governo das massas, conseguiu fortalecer o prestígio do governo junto aos trabalhadores e sindicalistas. Em consequência de sua popularidade, lançou-se nacionalmente com um perfil político atrelado a Getúlio Vargas, mas com grande habilidade de mobilizar as lógicas do clientelismo, pelas concessões realizadas aos trabalhadores. Em virtude da ativação de alguns movimentos sociais e de conciliar negociações e aproximar os interesses do governo com as diversas classes sociais, era acusado de comunista. Sem a pretensão de afirmar alguma relação de João Goulart com o comunismo, recorreremos a Marieta de Moraes Ferreira para sustentar estas acusações.

Na história do Brasil Republicano, o fantasma do comunismo sempre foi um elemento importante do imaginário político. Com relação a Goulart, desde sua passagem pelo Ministério do Trabalho, sua imagem começou a ser associada ao comunismo, o que criou grandes dificuldades para a sua posse. Ao longo de seu governo, a onda de medo do comunismo intensificou-se, contaminando inúmeros segmentos da sociedade brasileira,

³⁶ FILHO, João Roberto Martins. Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante sala do golpe. In: FERREIRA; DELGADO, (org.) *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil militar de 1964*, 2003. p.102.

inclusive militares que, a princípio, não eram simpatizantes da conspiração que resultou no golpe militar.³⁷

João Goulart apresenta-se revestido das ideias do populismo trabalhista de Vargas, e a reforma ministerial significava uma nova investida junto aos setores conservadores da sociedade. A alternativa encontrada era formar alianças com as classes populares.

Como movimento político, o populismo é nacionalista, mas com frequência carece de uma ideologia ou programa consistentes; em vez disso, costuma adotar um leque de questões que atendem aos interesses do momento, e muitas vezes se expressa num estilo político distinto, centrado na liderança de uma figura única. Os políticos populistas latino-americanos inclinavam-se a usar as organizações trabalhistas para seus próprios fins, negando-se a desafiar a noção predominante entre as elites de que o controle rígido sobre os trabalhadores preservaria a estabilidade social, propiciaria aos industriais trabalhadores disciplinados cujos salários permaneceriam baixos devido à competição por até de uma grande reserva de trabalhadores e preservaria a taxa de acumulação do capital.³⁸

João Goulart tinha trânsito livre nas áreas sindicais, mas não era bem visto pelas classes conservadoras, UDN e por alguns setores militares, que, viam o ministro do Trabalho conterrâneo de Vargas como o principal agitador do povo, pela maneira como atuava no Ministério do Trabalho, reunindo-se com sindicalistas e recebendo populares até altas horas da noite.

Dessa forma, o temor quanto ao possível avanço das massas era encarado como o mal maior, para cujo combate a oposição apontava duas saídas contraditórias: uma, a necessidade de fortalecer a política partidária e prestigiar os partidos, ainda que se tivesse de recorrer a um golpe militar, o qual já estava em

³⁷ FERREIRA, *João Goulart: entre a memória e a história*, 2006. p.26

³⁸ LEVINE, Robert M. *Pai dos pobres? O Brasil e a era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 23.

construção, pois não contavam com apoio de Vargas; outra, defende o fortalecimento dos partidos mais tradicionais com o objetivo de travar o crescimento da ameaça oriunda do populismo getulista.

A cúpula udenista, principal foco de oposição ao getulismo, manteve-se irreduzível no seu papel de combate ao governo e às fórmulas populistas, contando com apoio significativo das Forças Armadas. A aliança de oposição ao varguismo obteve êxito em suas estratégias oposicionistas.

Portanto, a democracia populista tinha diante de si uma única opção: continuar a revolução brasileira, realizar nova etapa do modelo getuliano. Tratava-se de afirmar-se, pelo aprofundamento das rupturas estruturais internas e externas. Tornava-se necessário e urgente entrar em contato nova fase de realização das suas “virtualidades”. Impunha-se efetivar a política externa independente, apressar a modernização da sociedade agrária, engajar novos contingentes da população brasileira no processo político, favorecer o debate científico e político sobre a realidade nacional, estimular o florescimento dos movimentos artísticos inspirados na sociedade nacional, etc.³⁹

Ianni afirma que o modelo getuliano não foi um projeto global, de modo sistemático, singularizado no populismo, mas estruturou-se ao acaso dos acontecimentos, das vitórias e dos obstáculos; foi uma mistura de empirismo e inteligência, habilidade e astúcia. Assim, não foi possível dar forma a um projeto a ser desenvolvido durante o segundo governo Vargas. Os projetos desenvolvidos encontraram terreno fértil, em razão do acomodamento ao longo da disputa pelo poder entre governo e oposição.

Referentemente ao pacto ABC, Ana Luiza Gobbi afirma:

³⁹ IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. p. 122.

O ápice desse processo ocorre quando o ex-ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura, denuncia a negociação de um pacto entre Argentina, Brasil e Chile, o Pacto ABC, que visava à formação de um bloco autônomo e anti-EUA. Os setores oposicionistas utilizaram largamente esse fato e atribuíram a Vargas o caráter de traidor da nação.⁴⁰

Em 1954 a denúncia por parte da imprensa sobre o pacto ABC reforçava a ação de desestabilização do governo Vargas organizada pelas forças oposicionistas divulgadas pela imprensa antigetulista. O jornal *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda, foi o primeiro a ventilar sobre o pacto ABC. A imprensa acusava Vargas de ter se comprometido com o general Perón e desenvolver uma política de bloco, liderada pela Argentina, Brasil e Chile, o Pacto ABC, o qual não compartilhava da influência dos Estados Unidos.

A imprensa oposicionista atacava constantemente a ligação Vargas – Perón, visto que para o país, na ótica da oposição, as medidas nacionalistas defendidas por Vargas tinham um objetivo: hostilizar os Estados Unidos. E esse comportamento de Getúlio desgostava setores que não viam com bons olhos a política nacionalista.

Carlos Lacerda, por meio da imprensa, não dava trégua em seus ataques ao governo, objetivando mostrar à população que Getúlio Vargas não era digno da confiança popular, pois nada mais fazia do que usá-la para se manter no poder. No contexto de crise do governo Vargas torna-se imprescindível perceber a contribuição da imprensa antigetulista para o aprofundamento da crise, por meio de ataques e manchetes insidiosas contra o presidente. Ana Luiza Gobbi Setti afirma que “dessa forma, os grupos que temiam o avanço do populismo e que defendiam o alinhamento incondicional aos Estados Unidos, encontraram no Pacto ABC um expediente sob medida para atacar Vargas”.⁴¹

⁴⁰ SETTI, Ana Luiza Gobbi. *Pacto ABC: as relações Brasil-Argentina na década de 1950*. Porto Alegre, PUCRS, 1991. p 37. (Dissertação de Mestrado).

⁴¹ SETTI, *Pacto ABC: As relações Brasil-Argentina na década de 1950*, 1991. p 126.

Paulo Renan de Almeida, referentemente à ação da imprensa antigetulista, mais especificamente de Carlos Lacerda, que publicava em suas reportagens, especulações sobre o pacto ABC, afirma:

Considerava, no entanto, que a amizade entre as duas Nações só teria a lucrar, quando se revelasse a manobra dos seus dois Presidentes á revelia dos seus povos, ameaçando a paz entre as nações de todo o continente, e que só um fenômeno poderia, naquelas circunstancias, por em perigo a paz entre o Brasil e Argentina: a consumação do entendimento Perón-Vargas. E em duas modalidades: 1). Avanço de Perón, sobre as nações do Prata e Bolívia; 2). Integração forçada Brasil - Argentina, segundo os entendimentos revelados por Perón e criminosos brasileiros, como João Batista Lusardo e João Goulart.⁴²

Entende-se que o Pacto ABC serviu como munição para os ataques da oposição ao governo Vargas. As forças oposicionistas tentaram relacionar esse fato à ligação de Vargas com Perón, dificultando a ação política de Vargas, por sua vez, a imprensa lançava hipóteses sobre as tratativas de Vargas com Perón, criando obstáculos ao governo e principalmente à ideologia nacionalista-trabalhista proposta por Getúlio Vargas, além de tentar criar uma imagem de Vargas como traidor da pátria pelo suposto envolvimento no bloco ABC, que visava à integração sul-americana liderada por Perón.

O fortalecimento do cerco militar contra Vargas deu-se pela não aceitação da indicação de João Goulart para o Ministério do Trabalho, com inúmeras críticas a sua intenção de implantar no Brasil um sindicalismo em moldes peronistas. Isso, segundo Carlos R. Etulain significava implantar no Brasil o que Perón realizara na Argentina, que, junto aos setores populares, oficializara os sindicatos, valendo-se de

⁴² ALMEIDA, Paulo Renan de. *Peron – Vargas – Ibañez - Pacto ABC - Raízes do Mercosul*. Porto Alegre. Edipucrs, 1998, p. 69.

uma estratégia que lhe possibilitara, a um só tempo, atrair os trabalhadores para si e subordiná-los mediante uma organização sindical de tipo estatal.⁴³

A oposição contava com mais um agravante: o vínculo de João Goulart com Vargas, tanto que Ferreira e Gomes apresentam-no como “herdeiro de Vargas”.⁴⁴ Apoiada na crise de desconfiança levantada pela imprensa sobre o governo Vargas, através dos meios de comunicação, a oposição encarregava-se de provocar temor quanto à estabilidade nacional. Assim, denúncias de contatos entre Vargas e Perón eram exploradas exaustivamente, visando dar credibilidade às ideias que exploravam a implantação de uma república sindicalista no Brasil.

A UDN concentrava seus ataques na figura de Vargas, e são os seus pronunciamentos que agitam a Câmara, insistindo sempre sobre o mesmo ponto a política dúbia e secreta de Vargas, no referente às relações exteriores, e o perigo de um tutelamento peronista desencadeado pela “traição” do presidente.⁴⁵

As denúncias da imprensa referentes ao pacto ABC serviram para desgastar o governo, pois não passaram de especulações levantadas pela oposição com objetivo definido em relação ao governo Vargas: eram contra o projeto de desenvolvimento nacional trabalhista. Percebe-se que a imprensa não levou em consideração formar um bloco para fazer frente ao bloco americano que estava em formação, o que viria a ser o Mercado Comum Europeu, tampouco explorou as razões de Perón para proteger os interesses econômicos da América do Sul, fornecedora de produtos primários e rica em matérias-primas. Assim, todo o sensacionalismo provocado pela imprensa antigetulista era direcionado a atingir o

⁴³ ETULAIN, Carlos. R. Peronismo e origem dos operários na Argentina. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, 163-176, 2005. p.175.

⁴⁴ GOMES, Ferreira. Jango as múltiplas faces. Rio de Janeiro. FGV. 2007. p. 07.

⁴⁵ SETTI, *Pacto ABC: as relações Brasil-Argentina na década de 1950*, 1991. p 147.

presidente Getúlio Vargas. Esse era o verdadeiro papel dos jornais da oposição no episódio ABC no ano de 1954.

Em 1953, diante das dificuldades econômicas e da atuação do movimento sindical, as greves delinearão-se nos grandes centros, como São Paulo e Rio de Janeiro, acelerando a desestabilização do governo Vargas em razão do atrito com setores empresariais, pois o governo era acusado de estar usando esses movimentos para seu próprio fortalecimento e perpetuação no poder. Por um lado, as greves expressavam o descontentamento das classes operárias com o governo; por outro, eram a oportunidade para Vargas redefinir suas alianças com os setores populares e sindicais, os quais ameaçavam os interesses dos grandes capitais com as suas reivindicações.

Um exemplo explícito do receio por parte da classe média da ascensão popular apresenta-se com o aumento dos 100% no salário mínimo em maio de 1954. E como repúdio à proposta lançada por João Goulart em 1953, os militares contra-atacaram com a publicação do “Manifesto dos Coronéis”, no qual clamavam pela deposição de João Goulart do Ministério do Trabalho, justificando o pedido com a não aceitação da política demagógica do governo em relação aos trabalhadores.

A ação de Goulart no Ministério do Trabalho foi combatida desde o início, com a oposição procurando desestabilizar o ministro do Trabalho, em razão do seu comportamento junto aos sindicatos, como o dos bancários e o dos marítimos, em fins de 1953 e início de 1954. Nessa ocasião, o ministro posicionara-se favoravelmente às demandas por aumento salarial dessas categorias, contrapondo-se aos empregadores, que não demonstravam querer atendê-las.

O governo era acusado de atos demagógicos por se aproximar das classes populares e aceitar as reivindicações dos grevistas, o que na prática afetaria diretamente os interesses da classe empregadora. Nesse contexto, a política de reajuste salarial, além de ser entendida como manobra eleitoreira para angariar prestígio junto aos setores populares, dada a proximidade das eleições estaduais e

federais, pode ser interpretada também como a consolidação da política trabalhista de Vargas.

A concessão do aumento do salário às classes populares significava ter na prática o que as classes dominantes temiam, ou seja, atender às reivindicações grevistas era o mesmo que o governo posicionar-se abertamente contra as classes conservadoras da sociedade, estas com trajetórias históricas de participação e atuação na política.

Após a elevação do salário mínimo, as ações de desestabilização oposicionistas contra o governo intensificaram-se por meio de campanhas e denúncias. O cenário político do ano de 1954 também foi ocupado pelas forças oposicionistas em constante crescimento, insuflado pelo jornalista Carlos Lacerda, que pregava a intenção golpista do governo e do ministro do Trabalho. Esses ataques contribuíram para o enfraquecimento do presidente e de João Goulart, ministro do Trabalho. A crise teimava em rondar o governo de Vargas conduziria a que Getúlio adotasse medidas rumo ao desenvolvimento do país e concessões sociais e salariais aos trabalhadores.

Dessa forma, entende-se que o contexto de crise instalado em 1951 estava focado na figura de Getúlio Vargas, em razão do seu comportamento político e de sua aproximação mais direta, por intermédio de João Goulart, com as massas populares. Em troca do apoio popular, o governo fazia concessões, o que se caracterizou em 1954 pelo aumento de 100% no salário mínimo, alarmando a elite brasileira. Essa crise, na realidade, foi o desfecho de uma situação crítica que se iniciara com o próprio governo e que sofrera amadurecimento, com todos os meios sendo usados para tentar depor o presidente do Brasil.

Getúlio Vargas, ao longo de sua permanência no governo, incansavelmente, recorreu a várias portas em busca de sustentabilidade. Alvo de críticas por parte da maioria dos setores, o governo não conseguiu formar bases alternativas de apoio, de modo que o afastamento do presidente da República em dado momento foi uma decisão quase que consensual. Na análise conjuntural de D'Araújo:

Discute a instabilidade desse período, atentando para os limites que a concepção centralizadora e personalista de poder impuseram às instituições políticas brasileiras. E ainda destaca a necessidade de se entender a crise final do governo como de cunho eminentemente político, envolvendo basicamente a quebra de confiança entre Vargas e seus pares.⁴⁶

Após o atentado sofrido por Carlos Lacerda em 1954, na rua dos Toneleros, a oposição concentrou seus ataques em Getúlio Vargas e, por meio de uma frente única, a UDN, ocupou diversas estações de rádio e televisão para acusar o governo de corrupção administrativa, fechando o cerco da campanha sistemática de desestabilização de Vargas.

No último ano da administração o presidente já não conseguia deter a fúria dos ataques desenfreados pela imprensa, não controlava as organizações político-partidárias nem o movimento popular, sendo cada vez mais pressionado pelos grupos econômicos e pelos militares aliados com grupos conservadores, que queriam o seu afastamento definitivo do poder. O principal jornal oposicionista que atacava diretamente o governo Vargas era o *Tribuna da Imprensa*. No ano de 1954, pela maneira como denunciava fatos relacionados à Vargas e Perón, a imprensa carioca foi a responsável por desencadear um processo sensacionalista e acusatório contra o presidente Getúlio Vargas.

Com a experiência do seu segundo governo, Vargas encerrou um ciclo em que a sua personalidade política foi marcada por várias facetas: revolucionário, reformador, ditador, líder de massas e mártir para seu povo. A crise desse segundo governo pode ser entendida como uma superposição de duas características políticas extremamente desfavoráveis: de um lado, um presidente que se movia na política pelos meandros do

⁴⁶ D'ARAÚJO, *As instituições brasileiras da Era Vargas*, 1999. p. 10.

populismo e do carisma. Agravando o quadro, a tensão ideológica internacional da guerra fria.⁴⁷

As ações da oposição e das classes populares ao reivindicarem melhores condições de vida apresentam-se como teia armada em torno de Vargas, cujos instrumentos e recursos utilizados para conquistar e se manter no poder ao longo da presidência não apresentavam forças de sustentar as bases do governo.

As articulações das forças oposicionistas, que não haviam conseguido impedir a posse de Vargas, encontraram aliados e, juntamente com as Forças Armadas e com a imprensa, fortaleceram as bases antigovernistas, provocando a desestabilização do presidente da República. Em agosto de 1954, a abertura política proporcionada por Vargas aos trabalhadores não lhe proporcionou apoio integral dos eleitores que o haviam eleito para continuar no poder após 1954, os quais o atacariam na forma de reivindicações e greves e, em 1954, mostrariam seu desencanto com o governo. Surgiu, assim, a oportunidade planejada pelas forças contrárias de ocupar o seu lugar, de acordo com as características do elitismo, do bacharelismo, o ápice da República.

O panorama político do segundo governo Vargas, o fracasso de uma política conciliatória e a origem da crise que perdurou por todo o segundo governo estão atrelados ao permanente conflito ideológico oriundo das relações entre partido e governo e, sobretudo, à não aceitação por parte da UDN da aproximação de Vargas com as classes populares.

Vargas defendia que industrializar seria, sobretudo, equipar o país com uma indústria de base nacional, livrar o Brasil da dependência externa e de sua condição de exportador de matérias-primas. A indústria de base, peça fundamental para a defesa nacional, deveria ser implantada pela conjugação das iniciativas pública e

⁴⁷ D'ARAÚJO, *O Segundo Governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política*, 1992. p. 118.

privada e de um rígido controle quanto à participação do capital estrangeiro.⁴⁸ Essa posição ficava bastante clara no que se referia à questão dos recursos naturais, principalmente o petróleo, e, mais tarde, à ocupação e exploração das riquezas da Amazônia. O governo garantia que o Brasil teria condições de explorar e industrializar esse produto, no caso o petróleo, sem se deixar seduzir pela ideia de entregá-lo a organizações estrangeiras.

D'Araújo chama atenção para a atuação de Getúlio Vargas com relação às exigências do contexto pós-guerra, o qual retomou o discurso pela reconstrução da nação iniciado em 1930, mas, agora, direcionado para a independência, o nacionalismo, a paz social e a prosperidade econômica. Dessa forma, o discurso de Vargas não era originário da década de 1950; era o discurso do nacionalismo e da autonomia nacional, que, em contrapartida, contrariava os interesses da elite conservadora e dos estrangeiros.

Esse tipo de nacionalismo, o ser retomado em 1950 por Getúlio Vargas, recebeu uma roupagem anti-imperialista, uma das causas da oposição de grupos políticos defensores da participação estrangeira no país, pois, ao impedir o alastramento de interferências estrangeiras no Brasil, poderia afetar interesses econômicos de grupos políticos.⁴⁹

O grande marco do nacionalismo de Vargas está centrado na conotação ideológica, dado o seu caráter político contrário ao imperialismo. Contudo, nesse contexto com as ideias voltadas para o nacionalismo, qualquer plano ou ação que visasse a interesses nacionais seria, por definição, contrário aos interesses das grandes potências econômicas.

⁴⁸ D'ARAÚJO, *O Segundo Governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política*, 1992. p.105.

⁴⁹ D'ARAÚJO, *O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política*, 1992. p. 112.

O nacionalismo getulista deve, portanto, ser visto por dois ângulos. Era uma forma de expressar exigências muito reais de maior desenvolvimento do país, para fazer frente às dificuldades econômicas e sociais internas, assim como para investi-lo de maior prestígio e autoridade em relação aos outros países. Era também uma forma de atender a um debate presente na sociedade brasileira em torno das questões nacionais.⁵⁰

Ainda D'Araújo afirma que a política trabalhista apresentada durante o segundo governo Vargas é parte indissociável do nacionalismo getulista, sendo esse um dos motivos pelos quais era combatido pela oposição. Por meio do nacionalismo, Vargas chamava a população para dar forma ao projeto de exaltação do país.

O nacionalismo seria o elo a garantir o sucesso da jornada pela construção nacional, já que tornava todos os indivíduos igualmente comprometidos e responsáveis por trabalhar pela valorização do país. Essa igualdade de deveres teria como contrapartida a igualdade de direitos propiciada pelas leis assistencialistas trabalhistas, ou seja, à medida que se concedia a cidadania social, impunham-se os custos de obrigações econômicas despolitizadas.⁵¹

Percebe-se que a idéia do golpe foi sendo gradativamente amadurecida e tornou-se irreversível a partir de 1953, com a nomeação de João Goulart para o Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, principalmente pelo modo de atuar do ministro e pela repercussão política conquistada.

A atuação de João Goulart como ministro corrobora para esse tipo de interpretação, o que não significa, obrigatoriamente, que tenha havido por parte do

⁵⁰ D'ARAÚJO, *O Segundo Governo Vargas 1951-1954*, 1992. p.113.

⁵¹ Nacionalismo: "emerge, portanto, diretamente ao nível do Estado. Ele corresponde, neste período que se inicia com o segundo governo Vargas, a grupos políticos, tecnocráticos e militares situados no aparelho do Estado ou diretamente associados a ele e que tratam de definir uma estratégia para o Estado em face dos problemas criados ou enfrentados pelo desenvolvimento industrial e urbano do país. A ideologia nasce, pois, dentro do Estado ou em associação com ele, embora pretendendo traduzir os interesses gerais de todo o povo. A política nacionalista expiou de várias formas o pecado original da ideologia". WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 40.

governo um plano deliberado de hostilizar as forças patronais em benefício das forças de esquerda. A intenção do governo era neutralizar as forças opositoras que atacavam diariamente o governo Vargas e que tinham um objetivo declarado: depor Getúlio Vargas da presidência da República.

Sobre a indicação de João Goulart para ocupar o ministério do Trabalho, Marieta de Moraes Ferreira escreve:

Jango tornou-se ministro aos 35 anos; jovem em idade e, de certo modo, também em experiência política... Além disso, o que o qualificou para uma posição tão alta em momento tão delicado foram suas estreitas ligações pessoais com Vargas e sua já inequívoca liderança dentro do PTB. Assim, no início de 1953, Goulart já era identificado, para o bem e para o mal, como um líder partidário de grandes penetrações na classe trabalhadora, além de receber tratamento e atenção especiais do presidente Vargas... Exatamente por isso, esse é um momento considerado muito especial para a história do PTB, do getulismo, do trabalhismo e de Jango, pois seria aquele em que se daria partida ao processo de transmissão do carisma de Vargas. Isto é, o próprio Getúlio, em vida, iniciava o que se chama de rotinização do carisma, escolhendo João Goulart como seu maior e melhor herdeiro político.⁵²

Desde antes de Goulart assumir o ministério do Trabalho, sua posição foi a de um mediador entre os sindicatos e o governo, atuando nos bastidores da política, do PTB, contornando conflitos internos e articulando acordos com trabalhadores e sindicalistas. Dessa forma, o comportamento do ministro João Goulart trazia implícita a proposta do partido, assim como a ideologia trabalhista expressa nas ações de João Goulart como ministro, que buscava examinar as dificuldades das classes populares para atender aos trabalhadores.

A UDN, ao longo de sua trajetória de oposição, opôs-se basicamente ao que considerava uma situação de inexistência de garantias mínimas para a manutenção

⁵² FERREIRA, Marieta de Moraes. João Goulart: entre a memória e a história. Rio de Janeiro: editora FGV, 2006. p. 35

da ordem democrática, dado seu temor de uma irrupção popular. A atuação oposicionista canalizou-se para combater a figura de Vargas e o getulismo e para estabelecer uma aliança militar antigovernista. Dessa ótica, a classe dos militares tinha condições e conhecimento para conduzir o país sem a participação popular.

Na obra *o Imaginário trabalhista* Ferreira apresenta a participação do povo na política, de forma ativa no contexto estudado da década de 1950. Dessa forma, o autor privilegia a história do trabalhismo brasileiro, destacando não apenas a atuação das lideranças do Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB, mas também, e principalmente, a de seus militantes e simpatizantes, o que conduz a um universo heterogêneo no qual são muitas as pessoas comuns.

A ideologia trabalhista e o PTB fornecem a Ferreira uma linha de interpretação fundamentada na corrente ideológica da nova história política, pelo direcionamento para as “pessoas comuns”. O autor dá ênfase à atuação política de segmentos da população brasileira nos partidos políticos, assim como de representação política nos intermédios dos sindicatos. O ideário trabalhista arregimentou uma massa expressiva de pessoas que com ele se identificavam e no qual reconheciam seus interesses no cenário político.

A participação de João Goulart no governo Vargas apresentou-se como uma alternativa política de Getúlio Vargas para enfrentar o conturbado contexto de agitação política e social, tanto que a história apresenta Goulart como “o herdeiro”, “o escolhido” e, na concepção de Villa, o “ungido” de Vargas. Como João Goulart era considerado um dos referenciais do modelo político-ideológico de Getúlio Vargas, deveria ser atingido e derrubado. Foi graças à ideologia trabalhista apresentada por Getúlio Vargas que o trabalhador nacional foi ao mesmo tempo reconhecido e convocado pelo presidente da República para trabalhar em prol do desenvolvimento do país, e os benefícios sociais concedidos pelo governo revertiam em apoio a Vargas.

Para demonstrar que o vínculo de Vargas com João Goulart era anterior ao contexto em que surgiu para a política nacional, a relação política de Getúlio Vargas com Goulart será explorada no próximo capítulo.

1.2 João Goulart: trajetória política

O objetivo geral deste subcapítulo é discutir a trajetória política de João Goulart e analisar algumas características pessoais, como também padrões históricos de atuação política, buscando entender como ele operou como político, além da sua saída do Ministério do Trabalho como consequência de um golpe.⁵³ Para isso, faz-se necessário analisar a origem social, a formação escolar e a sua trajetória ocupacional antes de atuar na política como homem público.

Para responder à problemática formulada sobre a saída de João Goulart do Ministério do Trabalho como uma tentativa de golpe por parte dos grupos dominantes no período de 1953 – 1954 faz-se necessário entender a origem dos vínculos políticos com Getúlio Vargas, esclarecendo os motivos pelos quais Goulart pediu demissão do cargo de ministro do Trabalho em fevereiro de 1954.

João Belchior Marques Goulart, conhecido popularmente como “Jango”, nasceu no dia 1 de março de 1919, em São Borja-RS. Filho do estancieiro Vicente Rodrigues Goulart e de Vicentina Marques Goulart, era o terceiro de uma família de oito irmãos, tendo passado a sua infância numa fazenda no interior do município de São Borja, onde realizou seus estudos primários e desenvolveu o gosto pela vida do campo, especialmente pelas atividades pecuárias.

⁵³ Ao mencionar padrões históricos de atuação na política refere-se a práticas populistas, paternalistas, clientelismo, assistencialismo.

Para melhor entender as origens de João Goulart, ressalta-se a posição social e política do seu pai, Vicente Rodrigues Goulart. Segundo Gomes e Ferreira, João Goulart era filho do coronel Vicente, como era conhecido na região.⁵⁴ Para melhor ilustrar as relações da família Goulart com os Vargas, utiliza-se o depoimento de Iolanda Goulart, irmã de Jango, que identifica a posição social e política do coronel Vicente:

Nossa família era muito amiga dos Vargas. Meu padrinho era o general Vargas, pai do Getúlio. Ele era muito amigo da minha avó e disse para a minha mãe, quando ela estava grávida: esse que vai nascer aí vai ser meu afilhado.

[...] O meu pai teve uma sociedade com o irmão do Getúlio, o Protásio. Eles arrendaram um frigorífico dos ingleses, por sinal muito bem montado na cidade de Itaqui: depois voltamos para São Borja e papai assumiu a fazenda. A parte onde era a casa da minha avó, a sede, ficou para ele. Na fazenda se engordava gado e tinha também muita ovelha, porque a lá valia muito. E também havia cavalos [...] Meu pai, fisicamente, era um homem bonito, reservado, mas bem falante. Não era muito alto, tinha lábios grossos... Acho o Jango bem parecido com ele. Não muito, mas pende mais para o lado do meu pai. Era muito severo, mas bondoso e querido por todos.

Naquele tempo, foi Intendente de São Borja e não tinha muito tempo para os filhos. Ele e toda a família eram borgistas, partidário de Borges de Medeiros, chefe do Partido Republicano Rio-grandense (PRR). Os borgistas eram também conhecidos como Chimangos, sendo chamados de maragatos os alinhados ao Partido Liberal (PL).⁵⁵

O relato mostra o vínculo de amizade existente entre as famílias tradicionais do estado e o exercício do poder político pelas classes conservadoras. Apoiado em alguns depoimentos, constata-se que João Goulart era oriundo de uma família com forte atuação na política local e estadual. O coronel Vicente Goulart, seu pai, tinha uma influente e destacada posição social, por ser membro da elite rural, portador de

⁵⁴ GOMES; FERREIRA, *Jango: as múltiplas faces*, 2007, p.15.

⁵⁵ GOMES; FERREIRA, Op. Cit., p.19.

uma boa situação econômica e, principalmente, por ocupar cargos políticos, juntamente com as demais famílias tradicionais da região, como a família Vargas.

A população de São Borja conhecia bem a história de Vicente Rodrigues Goulart assinalada por atitudes corajosas e intensa participação política nas hostes partidárias da situação, liderada pelo presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros. Ele foi um dos chefes mais proeminentes do Partido Republicano Riograndense PRR, depois de ter sido escolhido para substituir o general da Guarda Nacional Manoel do Nascimento Vargas no comando municipal da agremiação fundada por Júlio de Castilhos. A escolha do clã de Vargas fazia sentido. Vicente Goulart era um homem da mais absoluta confiança e, na condição de fazendeiro abastado, dispunha de recursos suficientes para arcar com despesas necessárias à manutenção da máquina PRR no município de São Borja.

Líder político republicano e chefe militar em São Borja, Vicente Goulart comandou a defesa da cidade, assediada pelos maragatos, liderados pelo coronel Aníbal Cânepa Padão, chefe militar dos rebeldes na região e homem de confiança de Honório Lemes o “Leão do Caverá”. Numa das refregas, o coronel Vicente escapou da morte por pouco.⁵⁶

Assim, a fidelidade de João Goulart a Getúlio Vargas não esteve reduzida ao contexto de deposição de Vargas da presidência da República em 1945, nem somente atrelada à política; era uma ligação mais forte, baseada na convivência familiar quase que diária entre duas famílias tradicionais do Rio Grande do Sul, os Vargas e os Goulart.

Em 1928, para poder cursar o ensino secundário, João Goulart foi aluno interno no Ginásio Sant’Anna dos Irmãos Maristas, no município de Uruguaiana. Mais tarde, foi transferido para o Colégio Anchieta em Porto Alegre, onde se tornou zagueiro da equipe juvenil de futebol do Internacional. Em 1934, preparou-se para frequentar um curso superior e em 1935 ingressou na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Porto Alegre. Ressalta-se que os filhos de políticos e de

⁵⁶ BRAGA, Kenny et al. *João Goulart: Perfil, discursos, depoimentos (1919-1976)*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2004. p. 23.

estancieiros do estado do Rio Grande do Sul, como o era João Goulart, não precisaram se deslocar até os grandes centros paulistas para realizar um curso jurídico, porque na capital do estado gaúcho desde o início da década de 1920 funcionavam cursos superiores de direito e de medicina.

Dessa forma, no entendimento de Miceli, propiciava-se aos grandes proprietários rurais encaminharem seus herdeiros para a formação intelectual e, conseqüentemente, para o desempenho das funções políticas, característica oriunda do declínio econômico de uma fração da classe dirigente pertencente aos grandes proprietários rurais, às voltas com acentuadas dificuldades econômicas, como dívidas e terras hipotecadas. Assim, a margem de influência e autoridade dessa categoria social era crescentemente dependente do êxito que esses homens viessem a alcançar na atividade política.⁵⁷

Outra característica que vale ressaltar é que João Goulart, em virtude de sua origem de família tradicional, como filho de estancieiro e, principalmente, pela situação econômica abastada para a época, após formado, em 1939, não teve necessidade de competir pelos disputados postos de trabalho disponíveis no estado com outros colegas, passando a auxiliar o pai na administração dos negócios, especialmente das fazendas. Dessa forma, seu pai reservou-lhe dez quadras de campo, o equivalente a 870 ha de terra. Em suas próprias terras passou a engordar bois e a vendê-los para os frigoríficos da região, prática de que tinha domínio por ser constante no seu dia a dia.

O bom desempenho de João Goulart nos negócios, aliado a sua juventude, fez dele uma figura muito conhecida em São Borja e na região da fronteira com a Argentina. Após a morte do pai, como filho homem mais velho, herdou 14 mil hectares de terras e trinta mil cabeças de gado, tornando-se um próspero fazendeiro.

⁵⁷ MICELI, Sérgio. Carne e osso da elite política brasileira pós-1930. In: GOMES, Ângela et al. *História geral da civilização brasileira*. O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 585.

Na juventude as atenções de João Goulart estavam concentradas no futebol e nas mulheres, sendo assíduo frequentador dos prostíbulos da cidade. Em um deles acabou adquirindo a sífilis, que lhe afetou o joelho esquerdo, dificultando sua locomoção – o que sempre atribuiu a um coice de cavalo. Como para qualquer rapaz, ele jogava futebol, gostava de bailes e liderava um grupo de carnaval; assim, a lesão no joelho foi um problema difícil de enfrentar e que o acompanharia pelo resto da vida.⁵⁸

Com os dados apresentados é possível identificar a caracterização do perfil popular de João Goulart, marcado por seu comportamento simples, desde a cordialidade com os peões, como frequentador de bar, jogador de futebol, integrante do grupo de carnaval “Comigo ninguém pode”, formado por pessoas de classe social popular, que na época eram discriminadas pela elite tradicional. A historiografia registra que João Goulart não se tornou popular em razão do contexto do segundo governo Vargas, pois o estilo popular do jovem era uma característica anterior à sua atuação na política.

Em 1945, Getúlio Vargas, após ser deposto da presidência da República, retornou para a estância Itu, localizada em São Borja, onde permaneceu por aproximadamente cinco anos, retirado dos grandes centros, mas não da política. Dessa forma, torna-se relevante analisar as relações de família antecedentes a João Goulart para compreender a sua ligação com Getúlio Vargas, mais precisamente, as relações de compadrio existentes entre a família Vargas e a Goulart. No relato de Villa,

Getúlio Vargas batizou o irmão de João Goulart, Rivadávia, que – morreu de meningite antes de completar 5 anos de idade. Vicente Goulart era velho amigo da família Vargas. Na escola, estudou na mesma classe com Getúlio; no campo político, participaram juntos da revolução de 1923 – quando se opuseram aos federalistas, liderados por Assis Brasil, e Vicente teve de

⁵⁸ VILLA, Marco Antonio. *Jango um Perfil 1945-1964*. São Paulo: Globo, 2004. p. 12.

buscar breve exílio na Argentina – e da Revolução de 1930. Tiveram uma empresa em sociedade – a firma Vargas, Gomes e Cia. E participavam ativamente da política municipal.⁵⁹

Numa análise mais profunda, percebe-se que Getúlio Vargas, além de amigo, vizinho e colega de aula de Vicente Goulart, fora seu companheiro na revolução de 1923, a qual teve como estopim a fraude na eleição de 1922, que reelegeu Borges de Medeiros pela quinta vez como presidente do Rio Grande do Sul.

A Revolução de 1930 foi movimento armado desencadeado sob a liderança civil de Getúlio Vargas e sob a chefia militar do tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro, com o objetivo imediato de derrubar o governo de Washington Luis e impedir a posse de Julio Prestes, eleito presidente da República em 1º de março anterior. O movimento tornou-se vitorioso em 24 de outubro, e Vargas assumiu o cargo de presidente provisório em 3 de novembro do mesmo ano.⁶⁰

Getúlio Vargas e o coronel Vicente Goulart participavam juntos da política municipal e nacional, além de manterem sólida relação de compadrio. Na concepção de Faoro, do compadrio se depura o compadre-mor, que se entrosa com as categorias estaduais, tanto na ordem econômica como na política. Lidar com a polícia, com Justiça, com cobradores de impostos, obter uma estrada, pleitear uma ponte são tarefas que exigem a presença de alguém que possa recomendar o pobre cidadão, mal alfabetizado e sem maneiras.⁶¹

⁵⁹ VILLA, *Jango um Perfil 1945-1964*, 2004. p. 11.

⁶⁰ Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes>> Acesso em: 26 out. 2009.

⁶¹ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 16. ed. São Paulo: Globo, 2004. p. 633.

Quanto às relações familiares, concebe-se que a aproximação de Getúlio Vargas com João Goulart não iniciou em 1945, quando houve uma espécie de reafirmação desses laços, com a iniciação de João Goulart na política sob a tutela de Getúlio Vargas. Na sua dissertação de mestrado, Diego Orgel Dal Bosco Almeida ressalta:⁶²

Neste sentido, o ingresso de Jango na política não deve estar desprendido da dimensão pessoal que o ligava ao seu amigo Getúlio. Certamente, sua amizade com o velho trabalhista é preponderante para compreender todo o pensamento de Jango acerca do trabalhismo. O seu pensamento político fora moldado aos poucos, de forma gradativa e nas hostes do PTB. Jango ascendeu em prestígio, e isso se devia não somente a sua ligação com Vargas, mas, sobretudo, a uma certa habilidade no sentido de articular e negociar nos meandros internos da política.

A afirmação referente à “dimensão pessoal” entre Getúlio Vargas e João Goulart apresenta-se de forma implícita, mas, de certa forma, é possível interpretar que a origem da amizade entre ambos seja decorrência de outro fator. Os laços locais e familiares mais antigos são responsáveis pela construção e fortalecimento dessa ligação de fidelidade e confiança entre João Goulart e Getúlio Vargas, que servem de suporte para a atuação política de Goulart apoiado na doutrina trabalhista. Villa, a respeito, registra: “Dois acontecimentos mudaram a vida de Jango. Um na esfera política: a queda de Vargas em 29 de outubro de 1945; outro, na esfera privada: a morte de Getúlio Vargas Filho, o Getulinho, dois anos antes, aos 25 anos de idade”.⁶³

João Goulart frequentemente visitava o seu vizinho Getúlio Vargas, o que contribuía para fortalecer os laços de amizade existentes entre as famílias; este, assim simbolicamente, exercia a função de pai em substituição ao amigo e

⁶² ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. *Jango e Brizola: tão Longe e tão perto (1961-1964)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, 2007. p. 23

⁶³ VILLA, *Jango um perfil 1945-1964*, 2004. p. 13.

compadre coronel Vicente Goulart, falecido em 1942. Além disso, Jango era amigo de Maneco Vargas, filho de Getúlio Vargas, que sofria com a perda do filho Getúlio Vargas Filho, amigo de Goulart. A aproximação de João Goulart nesse momento de grandes dificuldades emocionais colaborou para fortalecer uma relação de pai para filho. Obviamente, não se trata de substituição, mas de uma forte ligação de companheirismo entre Getúlio Vargas e João Goulart, que também pode ser interpretada como vínculo de apadrinhamento e proteção resultante da forma como Villa interpreta Jango, o “ungido de Vargas”.⁶⁴

Conforme o depoimento da esposa de João Goulart, Maria Thereza, quanto a sua iniciação na política:

[...] a história que nos conta ela ouviu, e por várias vezes, do próprio Jango. Foi em 1934, quando o presidente Getúlio Vargas, em visita a São Borja era homenageado com uma churrascada na fazenda do Coronel Vicente Goulart, pai do futuro presidente. As tantas, no ardor de seus dezessete anos, João Goulart pediu a palavra e durante minutos improvisou um candente discurso enaltecendo a figura de Getúlio: “líder incontestado da revolução de 30.”⁶⁵

Pelo depoimento transcrito identifica-se a presença das relações de compadrio, pois no início da década de 1930 Getúlio Vargas foi recebido com festa na residência do coronel Vicente Goulart em São Borja, onde João Goulart participou da homenagem política àquele.

⁶⁴ Idem, p.20.

⁶⁵ A entrevista de Maria Thereza Goulart e outros elementos da biografia pessoal e política de Jango são encontrados em: PINHEIRO NETO, João. *Jango: um depoimento pessoal*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1993. p.24-25.

Ao analisar a historiografia por outro viés, percebe-se que João Goulart não estava alheio à política em 1946, pois as relações familiares explicam os fatos, como a participação ativa do coronel Vicente Goulart nos acontecimentos políticos da época. Era esta família, bem como a dos Vargas, tradicional, com características positivistas, de mando local, detentora do poder econômico e que exercia controle político, na região.

Em encontros de articulações políticas em torno do lançamento da candidatura de Getúlio Vargas, candidato à próxima eleição de 1946, João Goulart estava presente, muitas vezes como anfitrião, amigo, convidado; assim, ganhava experiência pelos contatos mantidos com lideranças nacionais e com os debates em torno das alianças partidário-políticas.⁶⁶ Sem se deslocar para grandes centros do país, ele tinha em Getúlio Vargas a proteção em forma de apoio político, característica fundamental para a consolidação da sua carreira política e que, ao mesmo tempo, fortalecia e dava continuidade aos vínculos entre ambos.

Durante as décadas de 1930 e 1940, muitos dos futuros políticos profissionais começaram exercendo cargos subalternos na política. Eram, via de regra, jovens bacharéis em direito ou medicina, como João Goulart, que em decorrência dos encontros com Getúlio Vargas na fazenda Itu, em pleno auge do processo da redemocratização, tornou-se correligionário de confiança de Getúlio Vargas e aceitou o seu convite para organizar o PTB no município de São Borja, em 1946.

A contribuição das “redes de sociabilidade” na trajetória política de João Goulart foi imprescindível para os cargos políticos ocupados por ele, bem como a relação de proteção de Vargas para com a ascensão política de Jango, pois é

⁶⁶ Nas eleições de 1946, Getúlio Vargas foi eleito senador em São Paulo, pelo PTB e no Rio Grande do Sul, pela legenda do PSD. Elegeu-se ainda deputado por sete estados (São Paulo, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Paraná), sempre pelo PTB alcançando as principais posições em termos de votos. Ao fim optou pelo mandato de senador do Rio Grande do sul, cargo que ocupou até 1950. D'ARAÚJO, Maria Celina. *A Era Vargas*. São Paulo: 2. ed. Moderna, 1997. p. 33.

consenso na historiografia que ele ingressou na política partidária por influência de Getúlio Vargas. O engajamento de Jango, homem fazendeiro, de origens rurais, do interior do Rio Grande do Sul, de forma ativa na política ocorreu durante a campanha eleitoral de 2 de dezembro de 1945, em apoio ao candidato à presidência da República general Eurico Gaspar Dutra, pelo partido PSD, apoiado por Getúlio Vargas.

A apresentação cronológica da trajetória política de João Goulart tem o objetivo de melhor visualizar como se deu a construção do político e de conhecer os cargos por ele ocupados antes do Ministério do Trabalho no ano de 1953, identificando o seu perfil da atuação política.

Em 14 de setembro de 1945 foi assinada a ata de fundação do PTB pelas principais lideranças sindicais e com a autorização de Getúlio Vargas.⁶⁷ Este foi um dos principais partidos políticos que compunham o sistema político-partidário brasileiro e no qual João Goulart iniciou na política com intensa militância, conduzido por Getúlio Vargas. João Goulart iniciava ali as articulações políticas com as classes populares. Dessa forma, interpreta-se que o PTB foi um partido político criado por Getúlio Vargas e no qual João Goulart, com sua habilidade e carisma, não desperdiçou a oportunidade para crescer politicamente. Pela aproximação e organização dos sindicatos, João Goulart começou a agir como ator coadjuvante, alinhando estratégias políticas com os trabalhadores. Assim, cada vez mais se destacava na política por escutar as reivindicações populares.

⁶⁷ “Lideranças sindicais das mais variadas categorias que assinaram a ata de fundação do PTB: José Vecchio - Presidente do Sindicato da Carris, Sílvio Sanson - diretoria do sindicato dos trabalhadores na indústria Madeireira, José Baldílio de Lemos - diretoria do sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre, Sadi Soares Machado Representante dos Portuários, Augusto Diniz - Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Trigo, Milho e Mandioca, José Francisco Vanini - Pres. do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Pão, Biscoito e Massas, Antero Veiga Rodrigues - Pres. do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Arroz, Bernardino Caetano Fraga - Pres. dos Sindicatos dos Padeiros, João Gregório do Nascimento - diretoria do Sindicato da Carris, Vigo Tomson Collin - Pres. do Sindicato dos Alfaiates, Darcy Gross - Presidente dos Sindicatos dos Comerciantes. Bacharel Prof: Lino Braun e Dr. Oibrezi Werney da Silva”. BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1992, p.22.

A análise do PTB, partido fundado em maio de 1945 por Getúlio Vargas, justifica-se em razão de João Goulart ter iniciado sua vida política nele e ter exercido intensa militância apoiado e conduzido por Getúlio Vargas. No Rio Grande do Sul, o PTB nasceu do descontentamento dos setores operários urbanos vinculados à estrutura sindical criada no Estado Novo e da visão de Vargas sobre a necessidade de mobilizar o voto operário. Bodea afirma que o PTB gaúcho surgiu no período de 1945-46, a partir da confluência de três vertentes distintas: a corrente sindicalista; a corrente doutrinário-pasqualinista e a corrente pragmático-getulista.⁶⁸

O PTB teve três características que o diferenciaram dos outros principais partidos: foi o único que cresceu eleitoralmente de maneira significativa; tinha uma ideologia trabalhista ainda difusa e carecia de democracia interna; apresentava uma retórica reformista. O PTB, organizado de cima para baixo, no mais puro espírito estadonovista, desde cedo foi colocado numa armadura oligárquica e autoritária.⁶⁹

A relevância em discutir o papel específico desempenhado pelo PTB no projeto político nacional de Vargas desde a sua fundação deve-se ao seu estreitamento com a ideologia trabalhista, pois o PTB, partido pensado por Getúlio Vargas, pelas origens doutrinárias trouxe para o cenário político da década de 1950 uma maior abertura política, de certa forma representou uma evolução política pela dilatação do partido às classes populares. Bodea interpreta que para Vargas o PTB era um componente importante, porém não exclusivo de um projeto político mais amplo de implantação de um modelo de desenvolvimento nacional autônomo.⁷⁰

⁶⁸ BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1992, p.20.

⁶⁹ SOARES, Glaucio Ary Dillon. *A democracia Interrompida*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p. 71.

⁷⁰ BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1992, p.141.

Getúlio Vargas chegou ao poder em 1951, tendo o PTB como um instrumento de mobilização eleitoral desde a sua fundação. Pela sua aproximação com os setores populares, possibilita associá-lo a um projeto de desenvolvimento para o país, em busca de autonomia frente ao imperialismo externo, uma vez que, para Pasqualini, o PTB era o instrumento fundamental de transformação social e implantação de uma sociedade mais justa.⁷¹ Dessa forma, o PTB surge no cenário político nacional com um caráter específico de transformação político-institucional, o qual é estrategicamente de cunho trabalhista e baseado nas massas urbanas. Quanto ao projeto político nacional de Vargas, Bodea afirma,

que ao meu ver, já se gesta na fase do republicanismo-castilhisto e borgista anterior a 1930, mas que atinge a sua plenitude na fase pós-revolucionária, abrange, assim, duas componentes fundamentais: 1° no plano interno, trata-se da busca de uma incorporação ordenada da classe operária e das grandes massas trabalhadoras no processo de desenvolvimento político, econômico e social num contexto de modernização e industrialização da nação. A expressão máxima desse componente é a própria legislação trabalhista e sindical do período 1930-45.⁷²

A fusão das três vertentes formadoras do PTB do Rio Grande do Sul teve o objetivo de transformar o PTB no maior partido regional para conseguir “desgetulizar” o PSD e conquistar o governo estadual. Neste partido prevalecia uma tendência liberal conservadora vinculada às oligarquias e elites locais.

A primeira vertente formadora do PTB gaúcho foi a corrente sindicalista, originada na chamada ala trabalhista do PSD, formado sob a inspeção de José Diogo Brochado da Rocha na primeira convenção estadual do PSD gaúcho. Esta constituiria o núcleo inicial do PTB, podendo seus líderes e

⁷¹ Idem.

⁷² Idem.

ativistas ser considerados os verdadeiros fundadores do partido no Rio Grande do Sul.⁷³

Esta agremiação política destacava-se por, ao mesmo tempo, seguir a orientação teórica de Pasqualini e dos intelectuais oriundos da USB e a liderança nacional de Getúlio Vargas. Em virtude de um desentendimento interno no PSD, tornou-se mais difícil a consolidação de alianças entre o PTB e o PSD, que era um partido que contava com o controle das nomeações dos interventores regionais. Dessa forma, foi no auge do movimento queremista que a ala trabalhista separou-se do PSD e fundou o PTB.

A segunda vertente formadora do PTB gaúcho teve origens totalmente distintas da anterior. Tratava-se de um círculo de intelectuais progressistas, na maioria bacharéis e profissionais liberais agrupados em torno de um pensador teórico, o advogado Alberto Pasqualini. Destacou-se na política por ter um comportamento ideológico, de cunho nacionalista com o partido centrado em ideias, e através de seu perfil político procurou contemplar o PTB com conteúdo doutrinário. Por discordar do perfil personalista do PTB, Pasqualini acabou saindo do partido, porém deixou como herança um ideário trabalhista. Bodea ainda refere-se à terceira vertente formadora do PTB gaúcho:

Por fim, a terceira vertente formadora do PTB gaúcho foi a denominada de “pragmático-getulista”, um setor composto essencialmente por “políticos profissionais” oriundos do PSD e que passaram a se transferir sob a inspiração e orientação direta de Vargas, para o PTB. Esse processo de transfusão getulista só se completaria na realidade com a formação do PSD autonomista PSDA.⁷⁴

⁷³ BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1992, p.20.

⁷⁴ Idem

O PTB destacou-se no cenário nacional pela participação popular e por ter como orientação política o nacionalismo-trabalhista. Pasqualini na campanha eleitoral de 1950, refere-se ao trabalhismo definindo-o da seguinte maneira:

“{...} Estamos agora empenhados em uma nova luta. O seu objetivo fundamental deverá ser a realização da segunda etapa do trabalhismo. A primeira, até 1945, foi à instituição das garantias jurídicas do trabalho e do trabalhador. A segunda será a ampliação dessas garantias e sua extensão a todo o proletariado, particularmente aos trabalhadores do campo, que vivem praticamente abandonados e entregues à própria sorte. Será ainda a instituição de um novo sistema econômico, onde o poder aquisitivo e os meios de produção estejam ao alcance de todos aqueles que desejam realmente ser úteis á coletividade.”

Concluindo, mais adiante, diria ele:

Defendemos a tese de que todo o ganho ou remuneração deve provir de uma atividade socialmente útil e que onde há ganhos sem correspondência num trabalho dessa natureza, existe apenas parasitismo e usura social, isto é, uma exploração do homem pelo homem.

O objetivo fundamental do trabalhismo é, precisamente, eliminar essa exploração, porque, em relação aos que possuem ela custa apenas uma redução dos ganhos, mas, ao trabalhador, custa o suor do seu rosto e o pão de seus filhos.⁷⁵

⁷⁵ BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1992, p.74.

O PTB surge com o objetivo de servir como um partido político voltado para as classes populares, as quais eram discriminadas politicamente pelas classes conservadoras. Assim, o PTB mobilizou eleitoralmente as classes operárias urbanas em torno de reformas sociais e defendia como bandeira o nacionalismo-trabalhista, arregimentação realizada pelo PTB que o fortaleceu enfrentando as forças políticas conservadoras.

Em 1946, João Goulart filiou-se a ao partido PTB e ocupou a presidência do diretório Municipal do PTB em São Borja, RS. Destacou-se pela grande popularidade, pelo modo como agia na política e pela facilidade de seu relacionamento com as massas. Desde o início de suas atividades na política, o discurso de Jango demonstrava o seu campo de ação voltado para o os meios sociais.

Para consolidação de uma ideologia trabalhista no Brasil, os discursos governamentais estavam voltados para a corrente pragmática getulista e sindicalista, através de alguns benefícios sociais estendidos aos trabalhadores. A característica assistencialista de João Goulart despertava a ideia de governo voltado para o povo o que tinha em contrapartida um desafio a ser enfrentado: a raivosa e ressentida oposição partidária.

O PTB em diferentes administrações, inclusive na de Jango, foi ao mesmo tempo governo e oposição. Ocupava pastas, influenciava políticas, mas também tinha atuação fora do governo, valia-se, sem qualquer pejo, de alianças ideologicamente incompatíveis e de práticas fisiológicas. Na praça pública, em nome do mesmo partido, apresentava uma retórica reformista. Essa retórica, eleitoralmente, foi muito bem-sucedida. O PTB soube acompanhar o debate ideológico e se tornar porta voz de um discurso que invadia a América Latina de então e criara profundas raízes no Brasil.⁷⁶

⁷⁶ SOARES, *A democracia Interrompida*, 2001. p. 126.

Vale ressaltar a característica apontada por Leonel Brizola referente à fidelidade partidária, assim como às práticas conciliatórias de João Goulart e propostas de alianças com a oposição para o fortalecimento das bases políticas do PTB. Referentemente à personalidade de João Goulart, o que mais impressionava Leonel Brizola era:

A sua dedicação ao presidente Getúlio Vargas, ou seja, a lealdade a seu grande líder, em razão, sem dúvida nenhuma, do que se costuma chamar de “processo social”. Naquele ambiente bucólico de São Borja, o pai de João Goulart, Vicente Goulart, amigo do presidente Vargas desde moço, cultivavam aquela amizade e estima [...] a segunda grande característica de Jango, para mim foi a fidelidade a seu partido. A doutrina dele era a seguinte: se você esta contra algo, discuta, defenda suas ideias e vamos votar. Vence a maioria e ela deve ser obedecida. [...] Uma terceira característica de Jango era o seu nacionalismo. Ele era um nacionalista inato. Praticamente nasceu em um ambiente de luta contra os frigoríficos estrangeiros no Rio Grande do Sul.⁷⁷

Em 19 de janeiro de 1947, João Goulart foi eleito deputado estadual pelo PTB do Rio Grande do Sul. João Goulart defendia o setor primário do estado e reivindicava programas de crédito, bem como a formação de cooperativas. Durante a campanha eleitoral, criou novos diretórios do PTB no interior do estado do Rio Grande do Sul.

Em 1947, o Partido Comunista do Brasil foi declarado partido político ilegal, ocorrendo a cassação do registro do PCB; seus parlamentares foram impedidos de atuar a partir do ano seguinte, com ampla e disseminada onda de intervenções nos sindicatos.

Em 8 de julho de 1950, o deputado estadual João Goulart foi eleito presidente nacional do PTB. Neste momento, surgiu no cenário político como o

⁷⁷ GOMES, Ângela Maria de Castro; FERREIRE, Jorge. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p.42.

porta-voz de uma geração que, identificada com os valores defendidos pelas esquerdas, a exemplo de socialistas, trabalhistas e comunistas, preocupava-se com a pobreza dos trabalhadores e a ampliação de seus direitos políticos.⁷⁸

Para situar melhor a meteórica ascensão do novato João Goulart à presidência do PTB, recorre-se a uma reportagem da revista *O Globo*.⁷⁹

O Dr. João Goulart presidente do Partido Trabalhista Brasileiro, é hoje, um nome tão conhecido como o Sr. Getúlio Vargas, ocupando para muitos, o posto de segundo homem em poder no Brasil. Esta posição ele alcançou graças a uma vertiginosa carreira política e mais ainda, por ser ele “o amigo do Presidente”.

Em cinco anos, ele percorreu na política um caminho que os mais privilegiados levam vinte e não alcançam. Ontem almocei com o Jango é uma frase que se houve com frequência daqueles que desejam insinuar prestígio junto ao governo. Ou então: “fulano é amigo do Dr. Goulart”, o que equivale a dizer que também é amigo do Presidente do Brasil. Mas o que às vezes surpreende os que ainda não o conhecem de perto é o fato de ele ter alcançado tudo isto antes de atingir a metade da casa dos trinta anos, portanto, numa idade em que habitualmente os outros apenas começam a aplicar as primeiras lições do manual político.

Aos 22 anos de idade, Jango começou a negociar com gado na campanha do Rio Grande do Sul. Invernando bois que revendia mais tarde com lucros elevados, converteu-se num próspero estancieiro dentro de pouco tempo. A época propiciava a fortuna rápida e o jovem advogado aos 26 anos já havia acumulado mais que o suficiente para viver o resto de seus dias. Já nesta época começava a lhe faltar tempo para tratar de seus negócios, pois de São Borja e de outros municípios vizinhos afluía gente em massa à sua casa para lhe pedir auxílio, ou lhe propor negócios, em busca de conselhos ou favores. Reportagem de Ruy Vilhena.⁸⁰

⁷⁸ SILVA, 1954: um tiro no coração, 2004. p. 123.

⁷⁹ A revista *O Globo* foi criada em 1929 sob a direção de Mansueto Bernardi e reunia a nata da intelectualidade da capital gaúcha. Logo esse periódico tornou-se a principal publicação do seu gênero no sul do país, crescendo em tiragem e circulação, em razão da sua alta qualidade gráfica e do espaço dado à reportagem fotográfica, baseada na cobertura da vida social. RÜDIGER, Francisco. Tendências do Jornalismo. Porto Alegre: Ed. Universidade, UFRGS, 1998.p. 67.

⁸⁰ Revista do Globo, 1953. p.53.

Percebe-se na reportagem que a rápida ascensão política de João Goulart deve-se a sua amizade com o presidente Getúlio Vargas, contudo convém ressaltar que as origens dessa amizade é anterior a militância de João Goulart no PTB, das relações de compadrio. A juventude de João Goulart, aliada ao seu perfil popular e com prestígio junto ao presidente da República, serve também para justificar a ação da oposição política em combater o seu herdeiro político. Também se identifica a abertura de Goulart para com as pessoas que o procuravam em busca de auxílio, o que reforça o seu perfil político popular desde a juventude, antes de ter ocupado cargos de relevância na política.

Em 1946, João Goulart participava da política, porém a partir de 1950, ao assumir a presidência nacional do PTB, fortaleceu a sua ascensão política, especialmente pela maneira como conciliava os interesses dentro do partido, assim como pela sua grande habilidade para costurar alianças, além de se posicionar em defesa dos direitos sociais e trabalhistas. A atuação do novato João Goulart na política como presidente do PTB destacou-se pelas articulações com as classes populares, atividades que mais tarde lhe serviriam de suporte para a sua ascensão meteórica na política pelas hostes do trabalhismo, além, é claro, do fundamental apoio político de Getúlio Vargas.

Na crise vivida pelo PTB, um grupo mais jovem, relata Lucilia de Almeida Neves, sob a liderança de “João Goulart, assumiu a sua direção”. Na avaliação da autora, esse seria um momento histórico na trajetória do PTB, pois significou o início de uma renovação de seus quadros dirigentes e de bases e, também, a adoção preliminar, mesmo que ainda frágil, de uma nova linha de ação que se consolidaria ao longo da história petebista.⁸¹

Como presidente do PTB, João Goulart, apresentou-se aberto a receber líderes sindicais para conversações e sempre se posicionou como um intermediário

⁸¹ FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura político popular 1945 -1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 102.

entre os anseios dos trabalhadores e o governo, apoiado na legislação do trabalho. Ao longo do tempo, tornou-se uma espécie de interlocutor na tentativa de solucionar as dificuldades apresentadas pelas classes populares e os interesses do governo. Outra característica integrante do perfil político de João Goulart era a aproximação com populares, a maneira como dialogava com os trabalhadores, assim como sua grande capacidade de se posicionar em defesa das classes populares.

Em 1951, Getúlio Vargas tomou posse como presidente da República e João Goulart assumiu a pasta do Interior e Justiça do governo de Ernesto Dornelles, no Rio Grande do Sul. Entende-se que o grau de proximidade entre os grupos dirigentes estaduais não era diferente das relações de João Goulart, pois Ernesto Dornelles era primo de Getúlio Vargas.⁸² Em alguns casos, os compromissos firmados com clãs políticos locais contribuíram tanto e até mais decisivamente para a escalada desses elementos do que as provas de vassalagem em relação ao governo federal.

Em 1952, João Goulart tentava conciliar as atividades de secretário do Interior e Justiça do governo do Rio Grande do Sul com as de presidente nacional do partido PTB e as de administrador das fazendas da família. Em maio de 1952, a convite de Getúlio Vargas, deixou o cargo de secretário no governo do Rio Grande do Sul e transferiu-se para o Rio de Janeiro, com a missão de restabelecer a cúpula petebista e buscar novos contatos nos meios sindicais cariocas, fortalecendo as bases locais do PTB, em razão do descontentamento que brotava nas principais bases políticas do presidente da República.

João Goulart passou a controlar os principais cargos de chefia dos Institutos de Previdência Social, responsáveis pela distribuição de empregos entre as bases, o que facilitou a aproximação direta com os trabalhadores, além da incumbência de

⁸² MICELI, Carne e osso da elite política brasileira pós-1930. In: GOMES, *História geral da civilização brasileira*, 1997. p. 568.

amenizar as disputas internas no partido e direcioná-lo para o encontro dos movimentos sindicais.

Não há dúvida que o sindicalismo brasileiro foi criado de 'cima' e imposto ao conjunto dos assalariados brasileiros. Porém, não há indicações de que as massas operárias tenham se oposto à política social de Vargas ou ainda que tenham entendido a legislação trabalhista como algo contrário aos empregados. Ao contrário, tudo indica que a legislação do trabalho e os sindicatos oficiais foram encarados mais como uma medida de proteção do que como uma forma de repressão. O getulismo encontrou forte apoio especialmente entre as camadas inferiores do proletariado de origem rural.⁸³

O interesse de Getúlio Vargas em tornar João Goulart de estancieiro, economicamente vida estável e bacharel em direito, em homem público, justifica-se para fortalecimento do getulismo, que está atrelado às articulações políticas desempenhadas por João Goulart nos bastidores do PTB. Assim, com o método de alinhar estratégias políticas desenvolvidas nas respectivas bases políticas locais e estaduais João Goulart cada vez mais se destacava como um político carismático e popular. Veja-se o que afirma Sérgio Miceli:

Entretanto, por mais eficientes que tivessem se mostrado no desempenho de suas tarefas e por maiores que fossem os interesses do governo federal em assegurar a sobrevivência política dessa nova categoria de gestores, eles não teriam sido bem sucedidos eleitoralmente caso não tivessem podido contar, desde o início de sua trajetória política e profissional, com amplo respaldo por parte de setores de elite com peso considerável no equilíbrio de forças estadual.⁸⁴

⁸³ RODRIGUES, Leôncio Martins. Sindicalismo e classe operária. (1930-1964). In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 530.

⁸⁴ MICELI, Carne e osso da elite política brasileira pós-1930. In: GOMES, *História geral da civilização brasileira*, 1997. p. 559.

A ascensão de João Goulart na política está diretamente relacionada ao apoio recebido por parte de Getúlio Vargas, no caso o respaldo que foi imprescindível para a definição e identificação ideológica de Goulart na política e na ocupação de cargos de relevância no país.

Em junho de 1953 João Goulart assumiu o Ministério do Trabalho a convite de Vargas, no lugar de Segadas Viana, e com o objetivo de apaziguar a difícil situação política e econômica que o Brasil atravessava com a retomada da inflação. Conseqüentemente tornou-se nacionalmente conhecido com um perfil político atrelado a Getúlio Vargas e com grande habilidade para mobilizar as lógicas do clientelismo e ativar alguns movimentos sociais, além de conciliar negociações e aproximar os interesses do governo com os das diversas classes sociais.

João Goulart operou na política desempenhando a função de ministro do Trabalho num momento da história do Brasil em que, em virtude da insatisfação do movimento sindical, declararam-se inúmeras greves, por causa de queda dos salários e da alarmante inflação, que atingia todas as classes sociais. Dessa forma, João Goulart desenvolveu um perfil político baseado em negociação e na conciliação dos interesses em disputa. No relato de Villa:

O ministro do Trabalho passou a conceder audiências públicas uma vez por semana, recebendo centenas de trabalhadores e dirigentes sindicais. Relata Hugo de Faria, seu chefe de gabinete: Qualquer sujeito que queria falar com ele ia ao Hotel Regente e falava. As audiências públicas no Ministério do Trabalho passaram a ser assustadoras. Uma vez por semana, centenas de pessoas chegavam para as audiências, que começava às quatro horas da tarde e acabavam à meia noite, uma hora da manhã. O ministro comparecia as festas dos sindicatos, visitava suas sedes, conversava com seus líderes, participava de churrascos e piqueniques, sempre mantendo a informalidade e atendendo pedidos que não eram poucos.⁸⁵

⁸⁵ VILLA, Marco Antonio. *Jango um Perfil 1945-1964*. São Paulo: Globo, 2004. p. 23.

Ferreira afirma que Goulart, na presidência partidária e à frente do Ministério do Trabalho, revigorou o trabalhismo, dando-lhe um novo perfil, mais definido ideologicamente, embora ainda marcado pelo personalismo, assim como motivou os trabalhadores a participarem da vida política do país. Contudo, o seu estilo de lidar com o movimento sindical e as medidas que tomou como ministro permitiram o recrudescimento dos ataques oposicionistas a Vargas e à ideologia trabalhista, agravando ainda mais os conflitos na vida política do país.

Com relação ao posicionamento de João Goulart com a corrente sindicalista, Bodea reforça o motivo pelo qual o ministro do Trabalho permanece na corrente pragmática getulista, pois a corrente sindicalista, por sua vez, mantinha-se relativamente ambígua, procurando seguir, ao mesmo tempo, a orientação teórica de Pasqualini e de Getúlio Vargas.⁸⁶ E ainda registra:

Confrontando-se com os constantes ataques das forças liberal-conservadoras, Vargas optara na segunda fase de seu governo, justamente o período de 1953-54, por uma reaproximação com as bases trabalhistas, principalmente o PTB gaúcho, relegado a um segundo plano na fase inicial de seu governo. Apoiar Pasqualini no Rio Grande do Sul e manter Jango no Rio de Janeiro como articulador nacional do PTB e do movimento sindical tornava-se uma opção necessária e coerente em face da nova situação de polarização e enfrentamento com os setores mais conservadores das classes dominantes.⁸⁷

Baseada nessa afirmação interpreta-se que João Goulart no ano de 1953, também pode ser identificado como integrante da corrente sindicalista através da articulação desenvolvida durante sua atuação no Ministério do Trabalho como também pela aproximação dos líderes sindicais com o governo e com o PTB. Pois a corrente sindicalista, originária da ala trabalhista do PSD são os responsáveis pela fundação do PTB no Rio Grande do Sul. E se João Goulart era combatido pela

⁸⁶ BODEA, *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*, 1992, p. 60.

⁸⁷ *Idem*, p. 108.

oposição política devido a sua aproximação com líderes sindicais, deve-se levar em consideração a sua articulação política nos meios sindicais desde o início de sua atuação na política.

Ao percorrer a trajetória social e política de João Goulart até a atuação no Ministério do Trabalho, em 1954, é possível delinear o seu padrão político, fundamentado na característica de popular, articulador de bastidores, conciliador, negociador, sendo o cerne do modo de atuar pelo “diálogo”.

Maria Celina D’Araújo referente à corrente política em que João Goulart se encontrava há que se ressaltar ainda o esforço inicial para enquadrar os dirigentes sindicais e o fato de o partido acabar sendo dirigido, por familiares de Getúlio Vargas.⁸⁸ Entende-se que o PTB objetivava trazer os trabalhadores para a política, e para difundir a ideologia trabalhista João Goulart oriundo de uma das vertentes formadoras do PTB também de certa forma integrou-se a corrente sindicalista.

Entretanto sobre o ano de 1953, D’Araújo apresenta João Goulart empenhado em conquistar o apoio das classes sindicais uma vez que necessitava desse apoio para fortalecer o partido assim como a ideologia do governo Vargas, como também foi o responsável por semear a ideologia trabalhista pelos meios sindicais da política nacionalista.

Visando o controle da política trabalhista, o governo apoiou-se no Ministério do Trabalho, nas vantagens oferecidas pela estrutura sindical corporativa e na consolidação de Jango no PTB como canal adicional de diálogo com os dirigentes sindicais. A estratégia janguista, fundamental para o crescimento da máquina partidária, privilegiou dois aspectos principais. De um lado, reduziu o conflito interno no partido, fortalecendo direções partidárias locais e referendando a liberdade de atuação da bancada no Congresso. De outro, intensificou os contatos com o movimento sindical e costurou alianças com os comunistas onde estes eram mais fortes, para assegurar a presença do PTB nos sindicatos. Simultaneamente, Vargas fortalecia o corporativismo

⁸⁸ D’ARAÚJO, Maria Celina Soares. Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p.93.

sindical e intensificava a mobilização em torno do trabalhismo. A política desenvolvida por Jango, particularmente no que diz respeito ao relacionamento com os dirigentes sindicais comunistas, foi alvo de sérias críticas por parte dos setores de oposição – a UDN e os militares – e da própria bancada do PTB.

Maria Celina afirma que a posição do setor representado por João Goulart e Leonel Brizola acerca das relações entre o partido e a estrutura sindical, entendia que o partido, além de se apoiar na estrutura corporativa, deveria ser um agente de mobilização popular. Partido e sindicatos deviam atuar simultaneamente junto aos trabalhadores, visando o crescimento eleitoral e a formação de ampla base de apoio para programas reformistas e nacionalistas. Para tanto era importante estabelecer alianças com a esquerda, a fim de dar credibilidade às propostas trabalhistas. A autora também afirma que Goulart impôs sua visão, e o PTB o seguiu, participando dos movimentos grevistas junto ao PCB e atuando como mediador no plano governamental. Esse duplo papel foi responsável tanto pelo sucesso do partido quanto pela derrocada de Goulart.⁸⁹

Por meio de algumas “memórias” disponíveis no *site* do CPDOC, pretende-se ilustrar o vínculo de João Goulart com Getúlio.

Para Alzira Vargas do Amaral Peixoto, filha de Getúlio Vargas e auxiliar de gabinete de seu pai:⁹⁰

“Jango é um missioneiro. Quando digo missioneiro, falo desse temperamento que em parte era do meu pai, do povo das missões, meio

⁸⁹ D'ARAÚJO. Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65, 1996. p.99.

⁹⁰ Alzira Vargas do Amaral Peixoto: Filha de Getúlio Vargas e auxiliar de gabinete da Presidência da República (1937-1945). Data da entrevista: 25/04/1979 a 10/05/1979. Entrevistador: Maria Cristina Guido. Disponível em: <www.cpdoc.com.br> Acesso em: 22 jun. 2009.

espanhol, meio português, mais espanhol do que português. Brizola já é a primeira edição brasileira de Siciliano. Trouxe o temperamento, não digo mafioso, mas de querer comandar mesmo sem o necessário lastro: coisa que o Jango não fazia, não era ambicioso. Conteí aqui que, quando foi escolhido Ministro do Trabalho, Jango me disse: “A senhora não dá um jeito de me tirar disso?”Bolas! Qualquer outro estaria dando pinotes! Brizola é mais ambicioso do que Jango jamais foi, e em um espírito gregário diferente do espírito gregário do Jango. Há uma observação que precisa ser feita: o gaúcho missioneiro não é humilde, é altivo, e a agregação dele com outros se dá em pé de igualdade, o que era feitio do Jango. Já Brizola tem o feitio de chefe, considera que os outros estejam abaixo dele. Com Jango não, era em pé de igualdade. Essa é a grande diferença entre os dois, a meu ver.

Jango tinha por meu pai uma espécie de carinho filial. E era recíproco. Mas essa história de dizer que ele seria herdeiro de Getúlio, isso é conversa para boi dormir, porque inclusive a carta ao Jango foi uma mera circunstância fortuita. Quando papai escreve a carta, ele sabia que não podia entregá-la a mim, porque eu estava desconfiada desde que tinha apanhado o tal bilhete. Então, ele não podia confiar em mim.

Entregou primeiro ao Bejo, meu tio e o Benjamim disseram: não, Getúlio, entrega isso para o Jango, que vai amanhã para Buenos Aires e, se tiver que publicar, ele publica lá”. Jango botou a carta no bolso e não leu. Só foi ler de manhã, quando meu pai já estava morto. A segunda via, a que foi publicada nos jornais, foi meu marido que encontrou na mesinha da cabeceira. E a terceira via era a que estava no cofre, que eu peguei depois. De modo que essa história de dizer que o Jango é herdeiro ou que nós somos herdeiros é besteira. Herdeiro foi o povo brasileiro.

Segundo o depoimento de Alzira Vargas do Amaral Peixoto, que expressa a sua opinião quanto à ligação entre Getúlio Vargas e João Goulart, esta ia além da amizade de vizinhos, de conterrâneos: era uma relação com fundo paternal, com sentimentos de respeito, confiança e fidelidade de ambas as partes, tanto do pai político como do filho aprendiz. A herança atribuída a João Goulart refere-se à ideologia trabalhista, na qual ele se consolidou como defensor dos pobres. A oposição o qualificava de oportunista, que não desperdiçara a oportunidade, ou melhor, o contexto em que se encontrava para defender os direitos dos trabalhadores. Mas o que se percebe relacionado à trajetória e sua ascensão na política é que Jango se impõe pelos próprios méritos.

João Goulart foi deputado, secretário e dirigente partidário, de modo que saiu dos bastidores da política bem antes de ocupar o MTIC. A ação política de Goulart visava construir a sua imagem por meio do carisma e da popularidade para

com os trabalhadores e getulistas. Seu perfil político reflete o paternalismo de Vargas para com o ministro do Trabalho, ou seja, Goulart reproduziu com as classes populares práticas de proteção que visavam à adesão dos trabalhadores ao partido e, conseqüentemente, ao fortalecimento do governo Vargas e a sua ascensão na política.

João Cleófas, que era político e no contexto do segundo governo Vargas era Ministro da Agricultura pela UDN, relata: ⁹¹

João Goulart não era um homem nitidamente de esquerda, mas era um homem que queria fazer a política de esquerda radical. Jango falava uma linguagem... Não sei bem o termo. Não de um homem público que tivesse ideias fixas e capacidade de liderar, mas de um homem que explorava a demagogia. O instrumento mais sensível de agitação é a demagogia. Falava em reforma agrária, mas não se tomava nenhuma medida objetiva para isso. Sabe que o Jango deixou grandes fazendas no Mato Grosso, como deixou no Uruguai. A família dele era uma família abastada. De modo que havia uma contradição entre seu estilo de vida e o que ele estava pregando. E é muito difícil não ter um vínculo que estabeleça uma linha de conciliação com o modo de viver da pessoa.

A qualidade precípua dele [Jango], eu diria, era a bondade. A segunda qualidade – aí era uma qualidade política – era a negociação. Ele procurava resolver tudo por negociação. Quando ele aceitou o parlamentarismo, foi uma negociação para que não houvesse uma luta civil no Brasil, uma guerra civil. E quando ele abdicou de qualquer resistência, não foi por medo não; João Goulart tinha muita coragem pessoal. Foi porque ele não queria uma luta civil de novo. “Ele queria negociar, não queria impor.

Vale ressaltar que, assim como a ligação de Vargas com João Goulart não era oriunda de 1945, a característica popular de Goulart também não era resultante do contexto político de Vargas. Sua característica de negociador reside no modo como desempenhava suas atividades de estancieiro, criador e negociador de gado.

⁹¹ Deputado estadual PE (1926-1928); deputado federal PE (1935-1937); deputado federal UDN-PE (1946-1951); Ministro da Agricultura (1951-1954); deputado federal UDN/Arena-PE (1954-1955, 1959-1965 e 1965-1967); senador Arena-PE (1967-1975). Entrevistadores: Aspásia Camargo, Dulce Pandolfi, Eduardo Raposo e Maria Cristina Guido. Data da entrevista. 21/04/1979 a 9/09/1980. Disponível em: <www.cpdoc.com.br> Acesso em: 22 jun. 2009.

A conjuntura política da sociedade brasileira da década de 1950, de abertura política, proporcionada pela redemocratização e com as organizações sindicais sob controle e orientação do governo, proporcionou aos movimentos sociais agirem de forma atuante, fazendo reivindicações e aproximando-se do ministro do Trabalho. Em razão de ações de Getúlio Vargas identificadas com a corrente sindicalista-trabalhista, as classes menos favorecidas passaram a se sentir protegidas ter vez na sociedade. Essa proteção era reconhecida pelo povo na forma de amparo por parte do governo, desencadeando um sentimento de segurança. A aproximação da política com os trabalhadores e os sindicatos tinha o objetivo de angariar maior fortalecimento ao candidato à presidente da República.

Afonso Arinos, que no período de 1947-1959 exerceu o cargo político de deputado federal pela oposição, UDN – MG, expressa a sua opinião:⁹²

O que levou o senhor – um homem que preza a Constituição acima de tudo – a justificar em 1964 esse gesto extremo e tão cheio de conseqüências que é o de derrubar um governo legal?

Foi uma razão ligada a minha experiência intelectual e as minhas convicções. De fato, não estava havendo a segurança de um governo legal. Tanto que Brizola quanto Goulart não tinham nenhum interesse na estabilidade constitucional do país, e talvez ambos estivessem com intenções paralelas no propósito de subverter a ordem constitucional. Goulart, para permanecer no poder; Brizola, para chegar até ele. Acontece que existe um contraste entre o processo revolucionário em si, e as motivações do processo.

O processo revolucionário tinha fundamento na suspeição contra o governo, nas intenções do governo. A herança intelectual do janguismo era uma herança não representativa no que toca ao processo político. Era uma herança de coronelismo trabalhista e manifestações de democracia plebiscitária. Essa foi a herança que o próprio Getúlio transmitiu ao Goulart, que era um homem de grandes qualidades de coração, mas que não possuía as qualidades políticas do seu chefe. A resistência contra Goulart,

⁹² Ministro das Relações Exteriores (junho a setembro de 1962) deputado federal UDN-MG (1947-1959) Senador UDN-DF (1959-1961) Ministro das Relações Exteriores (1961) Senador UDN - Arena GB (1961-1967), Senador PFL-RJ (1987-1990). Entrevistadores: Aspásia Camargo e Maria Clara Mariani. Data da entrevista: 17/11/1982 a 24/10/1983. Disponível em: <www.cpdoc.com.br> Acesso em: 28 jun. 2009.

Brizola e todos esses sistema estava fundada numa experiência política e numa teoria política. Não “podíamos confiar naquilo.

O depoimento de Afonso Arinos deixa clara a despreocupação de João Goulart para com a situação socioeconômica e política do país, na medida em que relata que João Goulart, apoiado na bandeira do trabalhismo, aproximava-se das massas com o objetivo de se sustentar no poder, apoiado por essa classe até então alijada da política. O alvo de Goulart seria ocupar o poder e nele se manter, num contexto que envolvia conflitos sociais, em razão da situação econômica do país, com alarmante inflação, e ideológicos, referentes às diversas classes que compunham a sociedade da época.

Também se identifica no discurso João Goulart o seguidor da herança do coronelismo trabalhista e herdeiro getulista. Por se apresentar no cenário político pelas mãos de Vargas e não ter experiência política, no sentido de ser um jovem político, consequência de sua carreira meteórica, João Goulart era combatido pela oposição.

No entendimento de uma grande parcela da população, o candidato Getúlio Vargas, em 1950, aparecia como o responsável por estender os direitos sociais aos trabalhadores excluídos, sem reconhecimento. Apesar de o paternalismo exercido por Vargas ser severo, de forma imposta, tinha o objetivo definido de mobilizar a população nacional para vencer a depressão econômica, controlada pelo Estado. Embora o governo agisse de forma autoritária, muitos brasileiros tinham motivos concretos para reverenciar Vargas.

Numa carta enviada a João Goulart é possível constatar o reconhecimento das pessoas e a formação de um pensamento sobre João Goulart como um político popular, o qual revela um perfil com grande capacidade de costurar as divergências políticas e sociais, despertando a esperança nas pessoas de serem ouvidas e, até mesmo, atendidas. Por meio dos direitos sociais concedidos, a característica assistencialista de João Goulart cada vez mais se acentuava.

Uma carta foi enviada para João Goulart pela Sr. Numilia Zulmira de Lima, que residia na Rua Lobo Junior, 87-9 fundos. Penha Circular – Ônibus Vaz Lobo Candelária nº 37. Leopoldina. O teor da carta apresenta a seguinte introdução “Eu sempre vi que o doutor é o único homem importante no governo do Brazil que olha para os pobres. E por cauza disto, que os maus estão sempre fazendo críticas ao senhor, sobretudo que si não fosse o Presidente Vargas e o senhor que é o continuador dele, nem salário mínimo existia. O doutor tem pena dos pobres e por isto que o senhor Dr Jango tem prestígio muito grande com os eleitores”.

É importante perceber no texto a abertura proporcionada por João Goulart às classes populares e o reconhecimento por parte destas de terem na política a quem se dirigir, assim como também o reconhecimento da política trabalhista-popular do governo Getúlio Vargas. Contudo, identifica-se como principal objetivo da carta um pedido de nomeação, como segue: “Eu apelo para seu grande e feliz coração para que o senhor, Dr. Jango desse ordem para que a minha filha Maria das Graças de Lima fosse nomeada para o quadro de pessoal efetivo porque assim ela fica garantida e recebe todo o mês o ordenado, e nós não passamos a fome e as vergonhas que vamos passando. Nós sempre fomos seus eleitores por que nós com o senhor temos a quem pedir e com os outros nada de esperanças. Deus proteja o doutor, sua senhora e seus filhos”.⁹³

A maneira de João Goulart relacionar-se com o povo fica explícita nessa carta, pois, com seu carisma e como defensor da política trabalhista, ele se aproximou dos trabalhadores e, em decorrência dessa aproximação, as classes populares tinham como referência, como o líder político e popular, que demonstrava preocupação com as classes desfavorecidas.

⁹³ Fonte: Casa de Imagem e Memória da Urcamp - São Borja - RS. Pasta. 04 p.17. Data da Pesquisa. Abril/2009.

Em 1954 João Goulart propôs 100% de aumento do salário mínimo, num contexto de elevação do custo de vida que começava a angustiar a população e tinha reflexos diretos no governo Vargas. Entre outras reações à proposta, veio a público, em fevereiro, o chamado “Manifesto dos Coronéis”, que provocou sucessivas crises políticas e militares, dificultando a administração do país por Getúlio Vargas pelas acusações de corrupção através da imprensa.

João Goulart, com a prática do clientelismo e assistencialismo, conquistava adeptos políticos e ampliava suas bases políticas, principalmente nos meios populares, com favores e nomeações para cargos públicos, etc. Com os métodos políticos utilizados, a oposição, principalmente a elite, revoltou-se contra as ideias e os métodos políticos propostas por João Goulart, porque a possibilidade de serem executadas afetaria os interesses da elite.

Uma carta foi enviada pelo Sindicato dos Oficiais Alfaiates, Costureiras e Trabalhadores nas Indústrias de Confecção de Roupas e de Chapéus de Senhora, do Rio de Janeiro. Sede; Largo de São Francisco de Paula, 19 – 1º (Lado da Igreja – Entrada pelo nº 231) Tel: 43-7413. Rio de Janeiro, 22 de Dezembro de 1953, para o Exmo: Snr. Dr. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio. Nº 77/953 e a carta ofício trazia o seguinte convite para João Goulart ministro do Trabalho. “Tenho a honra de convidar V. Excia. para, com a sua prestigiosa presença, abrilhantar a festa dos alunos e alunas dos cursos de Córtes de Roupas de Homem e Roupas de Senhoras, do Sindicato dos Oficiais Alfaiates, Costureiras e Trabalhadores nas Indústrias de confecção de Roupas e de Chapéus de Senhora, do Rio de Janeiro. Pelo Sindicato, Leocastro do Couto Teixeira – Presidente”.⁹⁴

Ao interpretar a carta-convite enviada ao ministro do Trabalho, João Goulart, pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Confecção, identifica-se a forte ligação do ministro, do Ministério do Trabalho e do PTB com os sindicatos. O

⁹⁴ Fonte: Casa de Imagem e memória da Urcamp - São Borja - RS. Pasta. 04 p.67. Data da pesquisa Abril/2009.

documento confirma o perfil político exercido por Goulart: o diálogo direto com os trabalhadores. O método adotado por Goulart de dialogar com as classes populares era algo incompreensível até esse momento na história política, principalmente para as classes conservadoras, detentoras do conhecimento.

A oposição considerava João Goulart um demagogo, por ser um grande proprietário e comprador de terras e utilizar-se das classes populares para se fortalecer politicamente. Com a sua maneira de agir, ao privilegiar a forma conciliatória de intermediar conflitos, ele buscava alinhar as próprias bases políticas, que serviriam de instrumento para se manter no poder, o que iria se refletir no cenário político após a morte de Vargas.

Entre os motivos pelos quais João Goulart pediu demissão do cargo de ministro do Trabalho, em 22 de fevereiro de 1954, está a não aceitação por parte de grupos conservadores e influentes da sociedade da participação e ascensão das classes populares na política.⁹⁵

Em outubro de 1955, João Goulart foi candidato vencedor à vice-presidência na chapa liderada por Juscelino Kubitschek, quando se consagrou a aliança entre o PSD e PTB. Nesse período, as eleições para presidente e vice eram independentes entre si, podendo ser eleitos candidatos de chapas distintas, cada qual concorrendo com seu projeto político-partidário; o vice podia, inclusive, ser mais votado que o próprio candidato a presidente. Ser vice-presidente, portanto, significava possuir espaços políticos próprios extremamente visíveis e valiosos politicamente, o que foi perdido em função das mudanças na legislação ocorridas posteriormente, além de funções de representação diplomática, como as de receber chefes de Estados

⁹⁵ O Manifesto dos Coronéis, de fevereiro de 1954, foi um documento assinado por 82 coronéis e tenentes-coronéis, dirigido à alta hierarquia militar, em protesto contra a proposta de elevação do salário mínimo em 100% feita por João Goulart, bem como à corrupção no governo e à escassez de recursos destinados ao Exército. O documento desencadeou uma crise que resultou no pedido de demissão de Jango. GOMES; FERREIRA, *Jango as múltiplas faces*, 2007. p. 41.

estrangeiros, entre outras. Antes, era o vice-presidente que assumia a presidência do Senado.⁹⁶

No dia 3 de outubro de 1955 realizou-se a eleição da qual Juscelino saiu vencedor com 36% dos votos, contra 30 % de Juarez Távora, 26 % de Ademar de Barros e 8% de Salgado Filho. Pela votação de João Goulart, que obteve quase 3,6 milhões de votos, com votação superior à do próprio Juscelino Kubitscheck, para vice-presidente do Brasil, é possível ter um entendimento de como ele construiu ao longo do tempo as suas relações sociais e políticas. Seu perfil político de João Goulart destaca-se a característica de conciliador e de articulador de bastidores, principalmente pela experiência junto aos sindicatos e pela forma de mediar conflitos, que significa alinhar acordos, posicionar-se abertamente em defesa dos direitos das classes populares.

Com Juscelino Kubitschek e, sobretudo, João Goulart, o herdeiro político de Vargas, seria a oportunidade dos trabalhadores de alcançarem seus direitos de cidadania social, concedidos por Vargas. Assim, a candidatura de João Goulart significava a oportunidade de o povo retribuir a Getúlio Vargas os direitos sociais estendidos às classes populares.

A articulação dos grupos conservadores contra João Goulart era originária da oposição política a Getúlio Vargas, que não se construiu em 1951 com o início do seu governo. Nesse período ocorreu a declaração da oposição de trabalhar para a desestabilização de Getúlio Vargas na presidência da República, ocorrendo o aprofundamento da crise no governo em 1953, com a indicação de Goulart para ocupar o cargo de Ministro do Trabalho, principalmente pela sua ligação política com

⁹⁶ VILLA, *Jango um perfil 1945-1964*, 2004. p. 111.

Vargas, com os sindicatos, com o PTB partido criado por Vargas e por arregimentar as classes populares através da ideologia sindicalista trabalhista. Assim, a permanência de João Goulart no Ministério do Trabalho bem como o seu fortalecimento na política, significava para os grupos conservadores o avanço da proletarização. A complexidade do quadro político do início da década de 1950 relaciona-se, sobretudo, à ascensão das classes populares na política.

Por fim, a trajetória política de João Goulart está atrelada a Getúlio Vargas pelo contexto de atuação de Goulart na política, assim como pela influência de Vargas na sua indicação e condução conforme sua ideologia política. Destaca-se que também está registrada na historiografia a atuação de familiares de João Goulart na política, como do coronel Vicente Goulart. Assim, através das relações de compadrio Goulart teve o suporte de Vargas, embora não possam somente ser atribuídas as influências do presidente da República para a meteórica ascensão política do novato João Goulart, visto que tinha um grande histórico familiar de atuação política.

2. JOÃO GOULART NO MINISTÉRIO DO TRABALHO

A escolha do período 1953-1954 justifica-se para melhor compreender o que levou à nomeação de João Goulart em 17 de junho de 1953 para ocupar o Ministério do Trabalho e para ver o desempenho do ministro no governo Getúlio Vargas. Assim, o desenvolvimento de um estudo sobre a atuação de João Goulart no Ministério do Trabalho é de fundamental importância para a história, por ser um trabalho de construção sobre o período em que está registrada na história a aproximação do governo com as classes populares.

2.1 O contexto da nomeação

Como já foi visto, o segundo governo de Getúlio Vargas iniciou em 1951, tendo como característica da política de Vargas a forma conciliatória, centrada em alianças com os interesses oposicionistas, oligárquicos e internacionais, que visavam ao fortalecimento do governo. Getúlio Vargas, durante o governo 1951-1954, deparou-se com uma sociedade voltada para as transformações relacionadas

ao capitalismo e, apoiado na doutrina trabalhista, definiu como metas de governo os ideais do desenvolvimentismo e do nacionalismo.⁹⁷

Uma das principais realizações do governo Vargas foi o descobrimento e a exploração do petróleo brasileiro, conquista atribuída ao governo de 1930-1945, e uma das suas primeiras preocupações foi complementar a obra iniciada em 1938 e dotar o país de uma estrutura mais eficiente para a continuação das pesquisas e exploração do petróleo.⁹⁸ Após o sucesso no descobrimento e exploração do petróleo, Getúlio Vargas tomou como bandeira a riqueza do subsolo brasileiro. Assim, por meio de mensagens o povo era convocado ideologicamente para lutar e defender o nacionalismo e, conseqüentemente, ter uma maior independência econômica, com o controle do Estado sobre os recursos naturais.

Na obra *1954: um tiro no coração*, Helio Silva afirma que a criação da Petrobras assinala uma etapa vitoriosa, com a tomada de consciência que começa a se impor pela Grande Depressão de 1927-1928, porque com esse fato os responsáveis pela orientação econômica do país compreenderam a fragilidade de uma política baseada na monocultura e na exportação do café.⁹⁹

Em 1951 Danton Coelho assumiu como ministro do Trabalho Indústria e Comércio. Membro e organizador do PTB, sua trajetória política era voltada para o retorno de Vargas à presidência da República.¹⁰⁰ Como ministro do Trabalho, tinha

⁹⁷ O modelo político econômico varguista era centrado na substituição de importações e na industrialização e que ficaria conhecido como “nacional desenvolvimentismo”. A esse modelo atribui o papel de elemento estruturante do governo Vargas e de alicerce histórico para os projetos posteriores. E o fundo ideológico do modelo varguista tinha como premissa o desenvolvimento autônomo, que, por sua vez, geraria uma riqueza nacional sólida e independente. ABREU, Alzira Alves. O nacionalismo de Vargas ontem e hoje: In: D’ARAÚJO, *As instituições brasileiras da Era Vargas*, 1999. p. 11.

⁹⁸ SILVA, Hélio. *O suicídio de Getúlio Vargas: 1951-1954*. 3. ed. São Paulo; Brasil, 2004. (História da República Brasileira, V. 14). p.128.

⁹⁹ Ibid., 2004, p.139.

¹⁰⁰ Nasceu em Porto Alegre-RS, Bacharel em Ciências Jurídicas. Em 1951, elegeu-se deputado federal pelo Distrito Federal legenda do PTB. Por ter sido nomeado ministro do Trabalho no

a incumbência de fortalecer o partido PTB, pois era a única pasta administrada pelo partido, dando seguimento às ações trabalhistas com origens na década de 1930 e administrando a organização dos sindicatos operários, os quais estavam submetidos ao governo.

Danton Coelho renunciou em 05/09/1951, após aproximadamente sete meses na pasta do Trabalho, por não concordar com a política de conciliação do governo com as forças oposicionistas, em especial a UDN. Em consequência dos atritos políticos com Vargas, desencadearam-se inúmeros problemas políticos internos no PTB, afetando os alicerces de apoio do governo, e estremeceram as relações entre o partido PTB e Getúlio Vargas.

A historiografia apresenta a atuação política de João Goulart atrelada ao partido PTB. A agremiação política tinha crescido eleitoralmente desde 1946. Entretanto, divergências partidárias começaram a surgir no interior do partido, como a saída de Danton Coelho da presidência nacional. Villa relata:

Em junho de 1951, na convenção nacional, Jango foi eleito presidente – substituindo Dinarte Dornelles, primo de Getúlio, cargo que manteve até 1964. Chegou à presidência do PTB por indicação pessoal de Vargas. Era a primeira vez que Vargas apontava quem seria o seu preferido na condução do partido: foi o profeta “ungido” pelo carisma.¹⁰¹

João Goulart foi indicado por Getúlio Vargas para ocupar o cargo de presidente nacional do PTB, por demonstrar capacidade para conduzir o partido em âmbito nacional, agremiação política formada por várias vertentes, a sindicalista, a pasqualinista e a pragmática getulista. Foi em decorrência do trabalho realizado de

governo de Vargas, não assumiu seu mandato na câmara dos Deputados. Disponível em: <WWW.cpdoc.fgv/biografias.> 23/03/2009.

¹⁰¹ VILLA, Marco Antonio. *Jango um Perfil 1945-1964*. São Paulo: Globo, 2004. p. 20.

fortalecimento do PTB e de aproximação com as classes populares que Goulart passou a presidir o PTB e, como “escolhido de Vargas”, a ocupar o Ministério do Trabalho a partir de junho de 1953.

A revista do Globo apresenta o seguinte resumo da notícia: “O ESCOLHIDO DO PRESIDENTE”. “Em cinco anos, o jovem político gaúcho João Goulart percorreu um caminho que os mais atilados ou mais favorecidos levam vinte. Faz política pela política, mas confessa que seu verdadeiro sonho é afastar-se dela de uma vez por todas e ir trabalhar e viver tranquilamente na campanha rio-grandense”.¹⁰²

A trajetória política de João Goulart foi vertiginosa, visto que em pouco tempo passou de organizador do partido PTB para presidente da agremiação partidária, deputado estadual eleito com pouco mais de quatro mil votos para a Assembleia Legislativa gaúcha em 1947, partir do que passou a ocupar cargos no governo federal. Como consequência dessa carreira meteórica na política, João Goulart era criticado pela oposição getulista, pois Jango era um dos referenciais do modelo político de Vargas a ser atingido e derrubado.

Em 05/09/1951, José de Segadas Viana¹⁰³ (PTB) assumiu o Ministério do Trabalho¹⁰⁴, permanecendo no cargo até 15/06/1953, por aproximadamente um ano e dez meses, o qual, com perfil de petebista conservador, também não concordava com a política de conciliação com a oposição. A atmosfera política do governo

¹⁰² Revista do Globo. Reportagem Ruy Vilhena. 07/12/1953. p. 53.

¹⁰³ Nasceu no Rio de Janeiro em 1906. Em 05 de setembro de 1951, à frente do Ministério do Trabalho, tornou-se presidente da recém-criada Comissão Nacional do Bem-Estar Social, encarregado de buscar soluções para os problemas de nutrição, habitação e assistência social à população. No início de 1953, ocorreu uma série de paralisações que culminaram na chamada Greve dos Trezentos Mil, deflagrada em protesto contra a perda do poder aquisitivo salarial. A greve terminou depois de um aumento de 32%. Defendeu a necessidade de uma reforma da justiça do trabalho. Disponível em: <www.cpdoc.fgv/biografias.> Acesso em: 23/03/2009.

¹⁰⁴ No mês de dezembro de 1930, foi criado o decreto n.º 19.495, que dispõe sobre a primeira organização do MTIC, composto por cinco departamentos Nacionais: Trabalho, Indústria, Comércio, Povoamento e Estatística. GOMES, Ângela de Castro. *Ministério do Trabalho: uma história vivida e contada*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2007. p.31.

Vargas foi marcada por inúmeras mobilizações de vários setores civis, militares, políticos e empresariais. Skidimore afirma que a necessidade de Vargas introduzir medidas de estabilização foi um dos fatores que o levaram a reorganizar os seus ministérios em junho-julho de 1953. As mudanças ministeriais deveram-se também a uma reação para reavivar o prestígio do presidente em declínio.¹⁰⁵

Para protestar contra a situação de perdas, em virtude da alta da inflação, a população demonstrava o seu descontentamento o que era muito bem aproveitado pela oposição para atacar o governo Vargas, principalmente a classe trabalhadora com a política salarial de Vargas. No seio das Forças Armadas a crise também se aprofundava em torno das questões do petróleo, com a formação de duas correntes, lideradas pelos generais Horta Barbosa e Juarez Távora, que debatiam o assunto no Clube Militar.

No mês de março de 1953, a Greve dos Trezentos Mil, iniciada na fábrica de tecidos Matarazzo, alastrou-se para outras categorias, como metalúrgicos, vidreiros, marceneiros, gráficos. As reivindicações eram por aumento salarial, estabilidade no emprego e, sobretudo, por medidas governamentais contra a crise econômica. Esse movimento grevista agitou São Paulo pela sua dimensão popular e pela organização dos sindicatos que apoiavam as manifestações. Em continuidade, ampliaram-se as manifestações contra a carestia, como a passeata da “panela vazia,” realizada no mês de abril de 1953 em São Paulo, que contou com aproximadamente sessenta mil trabalhadores de diversas categorias.

Em junho de 1953, também os marítimos declararam greve nos portos do Rio de Janeiro, Santos e Belém, com aproximadamente cem mil trabalhadores paralisados. Os grevistas exigiam que lhes fossem estendidos os direitos previstos pelo Estatuto dos Funcionários Públicos, entre outras reivindicações. Os reflexos dessas mobilizações atingiram diretamente o Ministério do Trabalho.

¹⁰⁵ SKIDIMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 3. ed. 1975. p. 146.

É importante entender que as reivindicações realizadas pelos trabalhadores na década de 1950, além do difícil contexto de inflação, estão associadas às concessões realizadas por Vargas nas décadas de 1930 e 1940 às classes populares. O movimento sindical, articulado com o apoio dos trabalhadores, passou a atuar valendo-se de sua força eleitoral, das leis de proteção ao trabalho, da possibilidade de fazer greves e da própria Justiça do Trabalho, para lutar pela ampliação de todos os seus direitos: sociais, políticos e civis.

O descontentamento de patrões com as greves e com o governo soma-se a esse cenário de articulação da oposição que não dava trégua em suas atividades desestabilizadoras. Esse contexto econômico é considerado um marco na história política pela organização dos trabalhadores por meio dos sindicatos e pelas reivindicações sociais. Nesse cenário de crise econômica em larga escala, João Goulart foi nomeado por Vargas, em 17 de junho de 1953, como ministro do Trabalho.

O outro importante novo ministro era João Goulart, um jovem protegido de Vargas no PTB, do Rio Grande do Sul. Esta nomeação mostrava que Vargas havia optado por uma nova tática política. Ainda se defrontando com uma classe média cheia de suspeitas e uma irreconciliável oposição conservadora, Vargas decidiu cortejar mais energicamente o eleitorado operário. Até esse momento, a atitude de Vargas com relação ao PTB havia sido ambivalente. O partido crescera rapidamente, entre 1945 e 1950, desempenhando um papel importante, se bem que não decisivo, na volta de Getúlio à presidência. Apesar disso, Vargas nada havia feito durante os seus dois primeiros anos na presidência, para expandir ou fortalecer o PTB como instrumento político. Essa indiferença lhe valeu amargas críticas de líderes do PTB, tais como o Ministro do Trabalho Danton Coelho, que se demitiu em setembro de 1951. Agora, em junho de 1953, Vargas parecia decidido a se reabilitar de sua omissão anterior em cultivar a esquerda.¹⁰⁶

A alternativa da reforma ministerial justificava-se pelo contexto de esgotamento oriundo do fracasso da política de conciliação do governo Vargas. A

¹⁰⁶ Idem, p.147.

União Democrática Nacional não só recusava qualquer aproximação com o governo como endurecia sua oposição, sob o argumento de que Vargas estimulava a luta de classes e preparava a implantação de uma ditadura no país.

A composição do quadro do governo após a reforma ministerial de 1953 contou com vários novos ministros: Oswaldo Aranha (Fazenda), José Américo de Almeida (Viação e Obras Públicas), Antônio Balbino (Educação e Saúde), Tancredo Neves (Justiça), Vicente Rao (Relações Exteriores), João Goulart (Trabalho). De certa forma, o governo continuava expressando o seu método conciliatório, pois Vargas buscou atrair setores conservadores a fim de neutralizar as investidas oposicionistas da UDN, que foram determinantes na reforma ministerial. Assim é que todos os ministros civis foram substituídos, à exceção de João Cleófas (UDN).

A nomeação de João Goulart justifica-se em decorrência das sucessivas crises na área do trabalho, envolvendo trabalhadores, sindicalistas e empresários. Com as crescentes dificuldades econômicas e o agravamento das tensões sociais, João Goulart, amigo de Vargas e um de seus elementos de confiança nos meios sindicais, assumiu o Ministério do Trabalho Indústria e Comércio em meio a greves já deflagradas pelos marítimos. Ressalta-se que a nomeação de João Goulart mostra que Vargas abandonava a sua cautelosa atuação e começava a delegar poderes a um político que tinha a reputação de colaborar com comunistas e outros líderes operários militantes. Na realidade, a nomeação de Goulart revelava o temor de Vargas de estar perdendo o controle da situação, especialmente em face do radicalismo de esquerda, despertado pela campanha da Petrobras.¹⁰⁷

A ascensão política de João Goulart contara com apoio dos sindicatos, contudo assumiu o ministério em meio a constantes turbulências, como terceiro ministro em aproximadamente dois anos e meio do governo Vargas. Ressalta-se que as dificuldades econômicas, políticas e sociais vinham acompanhando o governo

¹⁰⁷ SKIDIMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3. ed. 1975. p.148.

Vargas desde o início, como consequência da articulação golpista de oposição. Assim, a chegada de João Goulart à pasta do Trabalho não alterou o contexto de crise, a qual era originária de vários fatores que se refletiram na década de 1950, como a elevação dos preços de produtos de primeira necessidade, a desvalorização salarial e a conjuntura internacional.

Interpreta-se que o ponto polêmico da reforma ministerial foi a indicação de João Goulart para a pasta do Trabalho. Afilhado político de Vargas e líder do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Goulart, nos meses anteriores, já vinha desempenhando destacado papel como negociador nos conflitos internos do partido. Sua atuação também se fizera notar na intermediação e aproximação do PTB com os principais sindicatos do país, visando neutralizar o crescente afastamento das lideranças sindicais do governo Vargas.

A trajetória política de João Goulart no PTB, a amizade e confiança nele depositadas pelo presidente Getúlio Vargas eram pontos que poderiam apaziguar os ânimos grevistas declarados no país. Contudo, a indicação de João Goulart para ocupar a pasta do Trabalho, em virtude de sua ligação com sindicalistas, foi fonte de preocupação para a classe conservadora, que receava uma maior radicalização das classes operárias no cenário político. De fato, os sindicatos passaram a ser considerados como uma extensão do Ministério do Trabalho, em razão da ligação existente entre os dois órgãos, os quais eram considerados as principais fontes de poder dos sindicalistas, do PTB e de João Goulart.

João Goulart era visto entre as classes populares como um líder político e popular, porque o associavam ao seu mestre e por ser seguidor da política ideológica de Getúlio Vargas. Como consequência, sofreu perseguições e acusações pela oposição que combatia Getúlio Vargas. Pela análise de algumas reportagens de jornais busca-se identificar algumas dessas acusações, que influenciaram os rumos da política nacional.

A imprensa local diz que o presidente Getúlio Vargas, segundo se espera fará mais modificações em seu ministério. O vespertino Última Hora que tem boas fontes de informação no governo, diz que não se sabe, todavia se reforma do ministério será total ou parcial. Parece que a política trabalhista seguida pelo governo tem muito a ver com a atual situação. O ministro da Guerra general Ciro do Espírito Santo Cardoso renunciou quinta feira, depois de apresentar ao presidente Vargas o memorial que recebeu dos coronéis. Esse memorial ainda não foi divulgado, como é de conhecimento público. As informações da imprensa local, porém dizem que o referido documento tem algo que ver com a agitação trabalhista, bem assim como também com os escândalos no governo e com sua inabilidade em fornecer fundos militares adequados. O Sr. João Goulart tem sido vivamente criticado pelos jornais da oposição e em alguns círculos comerciais, por haver apoiado ativamente várias greves, nas quais os trabalhadores obtiveram aumento de salário; feito campanha para que os trabalhadores se organizem e formem sindicatos e em torno deles cerram fileiras; ser o maior propulsor do aumento de salários até cem por cento. A oposição diz que o ministro João Goulart assim atua visando obter o apoio político dos trabalhadores para ele e para o presidente Vargas. Como se sabe as eleições para os cargos legislativos se verificarão em outubro do corrente ano e a sucessão presidencial no final do próximo ano.¹⁰⁸

Essa reportagem de jornal deixa claro o posicionamento dos jornais oposicionistas sobre a aproximação de João Goulart com as classes populares, principalmente com sindicalistas, acusando-o de ser articulador dos movimentos grevistas, assim como o responsável pela proposta de aumento do salário mínimo com vistas ao período eleitoral.

Antigas figuras de 1930 que os anos e as vicissitudes da vida pública haviam “rebaixado” de tenentes para generais, voltaram á cena da alta administração. Mas foi para o “Benjamim” do novo secretariado de Estado – João Belchior Marques Goulart, que se voltou à imprensa já acostumada com a experiência do antigo ministério. Começaram-se dizendo que Jango havia instigado a greve dos marítimos, justamente para resolvê-la quando assumisse a pasta do Trabalho. Depois ligaram-no a Perón, a planos de golpes e de República Sindicalista. E o moço de São Borja se viu, de uma

¹⁰⁸ Jornal Correio do Povo 21 de fevereiro de 1954. p. 44.

hora para outra, projetado nacionalmente pelas manchetes furiosas dos jornais.

Estoura o escândalo da Última Hora – 300 milhões entregues a Wainer pelo Banco do Brasil com a garantia hipotecária do seu, sobretudo. Surge uma nova estrela do rádio e da televisão: o profeta antigo Carlos Lacerda. Milionários acostumados a mandar seus advogados deporem por eles comparecera perante Comissão Parlamentar constituída para investigar o “Panamá da Imprensa” e procuraram explicar transações que preferiram que ficassem em segredo. Mas o grupo do jornal surgido por favoritismo tinha fôlego de sete gatos. Resgatou os títulos vencidos, forneceu garantias adicionais e se livrou da execução.¹⁰⁹

Na análise da ação da imprensa conservadora João Goulart, vê-se que ficou conhecido nacionalmente como o herdeiro político de Vargas e que lhe foi atribuído um perfil de insuflador das massas, de aproveitador do povo, motivo pelo qual teria se aproximado das classes populares. A imprensa divulgava que as ações do ministro do Trabalho eram ações demagógicas, com fins essencialmente políticos.

O Ministério do Trabalho era um órgão de grande abrangência no país, pois dirigia os sindicatos, era responsável pelas moradias populares, controle dos preços dos gêneros alimentícios em geral, segurança e previdência social. Contudo, em razão dos entraves surgidos ao longo da política de desenvolvimento governamental de Vargas, como o descontentamento dos trabalhadores operários, os altos impostos, a crescente inflação e a assustadora carestia, aumentou a responsabilidade da pasta do Trabalho, que passou a acolher os trabalhadores através da extensão de direitos trabalhistas e sociais.

João Goulart, por sua experiência nos bastidores da política, em 1953 apresentava-se com as condições necessárias para ocupar o Ministério do Trabalho e enfrentar o grande desafio de conduzir trabalhadores e sindicalistas para uma maior aproximação com Vargas. Todavia, a indicação de seu nome despertou fortes resistências desde os primeiros momentos, pois grupos conservadores, inclusive os

¹⁰⁹ Revista do Globo: dia 23/12/1953.

principais jornais antigetulistas, o atacaram por seus laços com o operariado, acusando-o de nutrir simpatia pelo peronismo argentino e de pretender implantar uma república sindicalista no Brasil.

A difícil situação econômica do governo Vargas afetava diretamente os ministros que estavam à frente da pasta do Trabalho, tanto que em três anos de governo ocorreram três alterações do cargo. E não seria diferente com João Goulart, o terceiro ministro do Trabalho do governo Vargas, que ocupou a pasta por aproximadamente oito meses, pedindo exoneração do cargo em 22 de fevereiro de 1954, após propor estudos para a possibilidade da elevação do salário mínimo.¹¹⁰

Os ataques da imprensa a João Goulart começaram desde o início de sua carreira com Getúlio Vargas, na organização do PTB e em virtude da relação mestre/discípulo existente entre eles, o que despertava certo repúdio a Goulart, além da sua característica de político popular. Do ponto de vista das pessoas menos favorecidas, entretanto, João Goulart era um legítimo representante político, porque se preocupava com os trabalhadores, que nele depositavam confiança. De fato é preciso reconhecer a habilidade política e poder de convencimento de Goulart para cativar as massas trabalhadoras.

Com sua maneira de atuar no Ministério do Trabalho no ano de 1953, sugeria-se que, a partir de então, as classes populares poderiam ter um defensor político, embora não fosse oriundo da mesma classe social. Contudo, para a oposição conservadora a chegada de João Goulart ao governo representava o fortalecimento de Getúlio Vargas, principalmente pela implantação da política trabalhista. Para o governo, por sua vez, Goulart representava uma alternativa diante de inúmeros acordos políticos fracassados, pela sua capacidade de arregimentar populares por meio de práticas clientelistas e de métodos de concessão, como

¹¹⁰ Ver Discurso de posse de João Goulart no Ministério do Trabalho em junho de 1953. In: BRAGA, *Parlamentares gaúchos*. João Goulart Perfil, discursos e testemunhos (1919-1976). Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Série Perfis n° 06.2004. p.193.

também significava confiança e lealdade oriunda das relações de compadrio com Vargas.

A historiografia registra as qualidades identificadas em João Goulart por Getúlio Vargas, as quais o favoreciam na política, como a sua popularidade, ser de sua confiança, habilidade para negociar, escutar, analisar, conversar. Foram essas as características que influenciaram Getúlio Vargas a escolhê-lo para atuar como ministro do Trabalho no conturbado ano de 1953.

A nomeação de João Goulart para o Ministério do Trabalho acirrou a campanha oposicionista pelas medidas defendidas e implantadas em defesa dos direitos dos trabalhadores. O objetivo era amenizar os conflitos sociais para fortalecer o governo Vargas, mas em razão de seu histórico e perfil político, sua nomeação como ministro do Trabalho não teve o efeito esperado para a estabilização do governo, pois lhe eram atribuídas características de incentivador de conflitos entre as classes sociais. Nesse período se intensificou a campanha das forças oposicionistas a ideologia trabalhista. Durante o tempo em que João Goulart exerceu o cargo de ministro do Trabalho, de junho de 1953 a fevereiro de 1954, aumentava o descontentamento no país por parte da classe média, de parte de patrões por buscarem a preservação de sua condição social, assim como de trabalhadores, reivindicando melhores condições de vida.

2.2 . A gestão do ministro do Trabalho João Goulart

Ao analisar a história política do período em que João Goulart exerceu o cargo de ministro do Trabalho no governo Vargas, busca-se entender a atuação de João Goulart durante a gestão no MTIC, como também analisar as medidas

propostas por Goulart, para identificar as iniciativas, crises, o comportamento da oposição política na desestabilização do presidente da república e do ministro do Trabalho.

Na primeira década de 1950, o Brasil passava por um contexto em que as crises econômicas e políticas, além de se sucederem, atingiam vários setores, contribuindo para a deterioração do “Ministério da Experiência”. O Ministério do Trabalho era o responsável por um importante programa de governo, com medidas voltadas à proteção ao trabalhador e ao nacionalismo econômico. Em decorrência da doutrina trabalhista, a participação popular tinha como base as relações governo e líderes sindicais e apoio político por parte do povo, que passava, então, a ter vontade política.

Por meio dos relatórios ministeriais, busca-se apresentar o programa e algumas iniciativas do governo Getúlio Vargas, assim como do Ministério do Trabalho.¹¹¹ Dessa forma, baseado na análise dos dados apresentados pelos relatórios do governo do período de 1953 foi possível identificar algumas características relacionadas a aspectos da gestão de João Goulart como ministro do Trabalho.

Providências em andamento: Empenhados na solução dessas deficiências, determinei diferentes medidas, capazes de fazê-las desaparecer de todo ou, pelo menos, de atenuá-las no âmbito da competência do Poder Executivo. A primeira delas foi à fusão das Caixas de Aposentadoria e Pensões, objetos de diversos decretos, e, por último, do Decreto n. 34.586, de 12 de novembro de 1953.¹¹²

O decreto n. 34.586, de 12 de novembro de 1953, refere-se às medidas adotadas pelo governo em atendimento às necessidades básicas dos trabalhadores

¹¹¹ Relatórios Ministeriais. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/presidential>> Acesso em: 28/11/2009.

¹¹² BRASIL. Relatório do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio. Rio de Janeiro, 28/11/2009 p. 67. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/presidential>>.

após toda uma vida de dedicação ao trabalho, assim como os serviços médicos que eram oferecidos em cumprimento à lei n. 1.532, de 1951, que estavam em via de conclusão no Ministério do Trabalho, e também estudos para oferecer à população em geral ações preventivas no setor da saúde, o que se interpretava como de relevância para a sobrevivência da população e da própria Previdência Social. Nos relatórios destaca-se a prestação de serviços em comum aos trabalhadores, independentemente da atividade de seu empregador ou da sua própria.

Nos relatórios estão registradas algumas das medidas sociais que contribuíram para reforçar a ideologia popular e trabalhista do governo Vargas. De certa forma, identifica-se um perfil paternalístico do governo Vargas no que se trata da proteção às classes populares e, por parte de João Goulart, a defesa dessas medidas.

{...} em 1953, foram postos em funcionamento, ambulatórios para prestação de assistência médica aos segurados, e demonstram a expansão dos serviços do I.A.P.C.: a 419 Municípios estenderam-se os serviços de assistência médica: 17.764 segurados foram atendidos até outubro de 1953, nos hospitais contratados para assistência cirúrgica. Em dezembro de 1953, estavam em vigor 50.255 seguros por invalidez, 4.284 seguros por velhice e 39.308 seguros por morte.¹¹³

Referentemente aos seguros estendidos aos trabalhadores no ano de 1953, conforme os dados que constam no relatório ministerial, o governo Vargas, através do MTIC, proporcionou reconhecimento aos trabalhadores, identificado como amparo após uma parte de suas vidas dedicadas ao trabalho.

Com a análise desses dados interpreta-se a forma como Getúlio Vargas pensava a ideologia trabalhista populista. As medidas propostas pelo governo

¹¹³ BRASIL. Relatório do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio. Rio de Janeiro, 28/11/2009 p. 287. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/presidential>>.

visavam atender às necessidades dos trabalhadores, além do diferencial que se apresenta como histórico no cenário político da década de 1950, que foi a abertura proporcionada pelo governo às classes populares. Como forma de reconhecimento da importância do trabalhador, do operário, assim como do trabalhador rural, o qual representava 63,84% da população do país, Getúlio Vargas reconhecia a necessidade de estender os serviços de assistência social tanto para a zona urbana como rural.

Uma das medidas consideradas relevantes para os trabalhadores foi a expansão da Carteira de Acidentes do Trabalho. Dessa forma, o ano de 1953 caracterizou-se para o I.A.P.I. por uma ampliação considerável de seu plano geral de benefícios e pela expansão de serviços de assistência médica aos trabalhadores. Assim, a expansão do plano geral de benefícios de assistência médica significava para os trabalhadores ter na política quem se preocupasse com o bem-estar das classes populares. Essas medidas surgiam como inovações tanto no cenário político quanto para os operários.

As ações de João Goulart no Ministério do Trabalho complementavam as medidas propostas pelo governo. Getúlio Vargas, ao afirmar que fora eleito pelo povo e que governaria de forma apartidária, desgostou principalmente as classes conservadoras, que não se sentiram valorizadas pelo governo, o qual demonstrava preocupar-se com a consolidação de seu programa voltado para as classes populares.

Para melhor entender, em consequência do decreto n. 31.447, que entrou em vigor em 10 de dezembro de 1952, foi implantado no I.A.P.I., durante o ano de 1953, como estava previsto no regulamento aprovado pelo decreto n. 1, 918, de 27 de agosto de 1937, o auxílio maternidade. Esse novo benefício veio ao encontro de antigas aspirações e necessidades dos associados do I.A.P.I, como provam, exuberantemente, as cifras: auxílios maternidade pagos no ano de 1953, em todo o Brasil, CR\$ 120.044.236.40. O auxílio - maternidade é de valor igual ao salário mínimo da região de trabalho do segurado.

Outro decreto relevante foi o n. 31.988, que entrou em vigor em 23 de março de 1953, e elevou para a importância igual ao salário mínimo da região o auxílio-funeral, que vinha sendo concedido pelo I.A.P.I. Também no ano de 1953 foram despendidos mais de Cr\$ 350.000.000.00. A característica assistencial do MTIC durante o governo Vargas predominou principalmente na gestão de João Goulart, o que contribuía para a identificação do ministro do Trabalho como líder popular, pela maneira como tentava negociar as mais diversas situações que lhe chegavam.

O ministério do Trabalho empreendeu, durante o último exercício, uma das obras mais importantes de quantas foram tentadas até hoje, no país. Emprestou-se maior organicidade á política trabalhista do governo, baseando-se todas as atividades de conciliação entre patrões e operários em princípios derivados da análise de nossa conjuntura econômica e do atual estágio de desenvolvimento de nossa comunidade nacional.¹¹⁴

Os dados apresentados pelo relatório presidencial do ano de 1953 demonstram a atuação do Ministério do Trabalho na política clientelista populista, pois as suas ações visavam atender a necessidades das classes excluídas da política, o que em contrapartida revertia em apoio necessário para a sustentabilidade do governo pelas massas populares. Portanto, Getúlio Vargas, ao não conseguir selar alianças com a oposição e com as classes conservadoras e ao identificar as necessidades da maior parte da população brasileira, direcionou as medidas do governo para atender parte da população brasileira que se encontrava excluída da participação na política.

Entretanto, com a maneira acolhedora com que o ministro do Trabalho recepcionava os trabalhadores, despertou preocupação na elite política, pois para os detentores do conhecimento significava certa invasão do espaço político por

¹¹⁴ BRASIL. Relatório do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio. Rio de Janeiro, 28/11/2009 p. 297. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/presidential>>.

indivíduos sem condições intelectuais de identificar as suas próprias necessidades. Assim, João Goulart era acusado explicitamente pela oposição política, através dos principais jornais antigetulistas, de agir com as classes populares de forma demagógica. Foi a maneira que a oposição política e militar encontrou para tentar alertar a população de que João Goulart, o discípulo de Vargas, buscava ganhar tempo para permanecer no poder e, conseqüentemente, conquistar poder político.

A principal orientação do governo Getúlio Vargas resume-se ao propósito de fortalecer a economia nacional com o apoio dos trabalhadores. Dessa forma, foi baseado na ideologia trabalhista que Vargas conquistou o apoio de grande parte da população para industrializar o país, e com as ações de João Goulart como ministro do Trabalho, os colaboradores do nacionalismo, no caso, os trabalhadores, tiveram direitos trabalhistas e sociais reconhecidos pelo presidente da República.

O ministério do Trabalho incentivou a união entre os elementos produtivos da sociedade, buscando forjar uma frente poderosa capaz de levar a Nação a realização de seu objetivo básico: a emancipação econômica. Neste sentido, vale frisar o número de dissídios coletivos concluídos graças a assistência e a colaboração do Poder Público. Tais atos conciliatórios se estenderam de norte a sul, sob as vistas de nossa Justiça do Trabalho, demonstrando cabalmente a sabedoria e a justeza de nossa legislação.

Nos relatórios, referente ao ano de 1953 ainda consta:

O governo garantiu o direito de greve consagrado pela nossa Carta Magna, contanto que os movimentos se desenvolvessem dentro daquele clima de paz e serenidade que exige a nossa segurança interna e que está consagrado em nossas leis.¹¹⁵

¹¹⁵ Idem.

O que também se identifica nos relatórios ministeriais é a forma como o governo tentava consolidar a ideologia trabalhista no país. As medidas sociais eram proporcionadas para atender às classes populares, assim como a ideologia sindicalista também se fazia presente, principalmente nas reivindicações sociais e referentes à justiça do trabalho, que pode ser interpretada como oriunda da vertente sindicalista formadora do PTB.

Levine registra que Getúlio Vargas antes de 1950,

governava por meio de decretos e manobras políticas, mas agora precisava lidar com um congresso recalcitrante e faccionado. Os trabalhadores eram, para Vargas, o principal eleitorado; no entanto, á medida que o mandato prosseguia, o ministério do Trabalho conseguia manter os salários abaixo do nível de 1950 e, ao mesmo tempo, conservar os sindicatos sob controle.¹¹⁶

Vale ressaltar que a contribuição de João Goulart como ministro do Trabalho reside em sua característica de mediador, de negociador. Era dessa forma que muitos acordos eram realizados entre empregados e patrões, entre grevistas e governo; prezava-se pela maior aproximação da justiça, ou seja, o equilíbrio entre ambas as partes. Muitas vezes por essa forma de agir em defesa dos direitos dos trabalhadores, por posicionar-se contra os interesses das grandes empresas e da classe dos empresários e, principalmente, por instigar os trabalhadores a reivindicar por seus direitos o ministro do Trabalho era atacado. Ainda está registrada nos relatórios a importância que o governo dava ao povo para o desenvolvimento do país.

¹¹⁶ LEVINE, Robert M. *Pai dos Pobres: O Brasil e a era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 124.

De sua parte o governo fator exclusivo desses avanços; antes reconhece e proclama, uma vez mais, que é o próprio Povo quem engrandece material e espiritualmente a Nação com o seu trabalho fecundo, com suas reservas inesgotáveis de energia, de fé e esperança no futuro da Pátria.

É de justiça reconhecer também quanto, nesse saldo positivo, resulta da vossa clarividência e patriotismo. Confiante na continuidade do vosso profícuo labor legislativo com respeito a numerosos e importantes projetos que lhe foram encaminhados e cuja transformação e lei é da maior oportunidade e relevância para o progresso do país e o aperfeiçoamento das instituições.¹¹⁷

Os relatórios ministeriais do governo Vargas ressaltam a importância dos programas de governo voltados para o desenvolvimento nacional, assim como das iniciativas governamentais em sintonia com a ideologia trabalhista. A ideologia do governo de certa forma convocava os trabalhadores para tornar o país autônomo.

Goulart chegou ao governo num momento em que Vargas se obrigava a reformular alguns ministérios para enfraquecer a articulação das forças oposicionistas, UDN, militares da direita e imprensa. Assim, surgiu como alternativa para agregar as massas às bases do governo e equilibrar a forças políticas. As greves no ano de 1953 eram constantes, em razão dos aumentos dos preços dos gêneros alimentícios, remédios, aluguéis e serviços. Para tentar recuperar a conjuntura de crise da gestão de João Goulart no Ministério do Trabalho, utilizam-se notícias da imprensa da época que teve um posicionamento oposicionista e de grande influência nos debates no dia a dia da gestão de Goulart.

Por intermédio da corrente sindicalista, uma das correntes que formaram o trabalhismo, Goulart dialogava diretamente com os trabalhadores, conquistando um poder popular que lhe era atribuído pela sua disposição de escutar as reivindicações e orientar grupos de sindicalistas. João Goulart contava com um poder emanado do povo, mas que não era sólido e duradouro. Por despertar suspeitas no seio das classes média, tornou-se alvo dos antigetulistas, principalmente da UDN, que o

¹¹⁷ BRASIL. Relatório do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio. Rio de Janeiro, 28/11/2009 p. 67. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/presidential>>.

acusava de querer se aproveitar da agitação sindicalista para fortalecer-se na política.

Antes mesmo de assumir o cargo, dia 17 de Junho de 1953, Jango já enfrentava a virulência da crítica de jornais que era porta-vozes de uma postura oposicionista de setores empresariais e estavam engajados num movimento pela renúncia de Getúlio Vargas. Em sua edição do dia 16, véspera da posse, o correio da manhã publicava editorial sob o título “preparando o golpe”, no qual o novo ministro do Trabalho era acusado de pretender formar uma frente sindical, com que seria completamente dominada a vida nacional”. Segundo o jornal, a greve dos 80 mil marítimos fora articulada pelo Palácio do Catete.¹¹⁸

Mais uma vez se afirma que a saída de João Goulart do Ministério do Trabalho foi decorrência das inúmeras tentativas de golpe articuladas pelo movimento oposicionista organizado desde 1945, que contava com o apoio direto da imprensa.

A análise de algumas reportagens de jornais tem o objetivo de fundamentar os feitos de João Goulart como ministro do Trabalho e interpretar o comportamento desses veículos de informação, com grande poder de influência ideológica e política no cenário nacional, visto que a imprensa foi responsável por inúmeros ataques ao governo Getúlio Vargas e à atuação de João Goulart como ministro do Trabalho de 1953 a 1954.

É possível identificar em alguns discursos de João Goulart menções à desconfiança que era levantada pela oposição ao responder que não tinha intenção de provocar inquietação no país, mas que o Ministério Trabalho tinha objetivos claros a serem desenvolvidos durante o segundo governo Getúlio Vargas.

¹¹⁸ BRAGA, *Parlamentares Gaúchos*. João Goulart Perfil, discursos e testemunhos (1919-1976). Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. (Série Perfis nº 06) 2004. p.48.

Para obter algumas informações sobre os jornais *Correio do Povo* e *Diário de Notícias* do Rio Grande do Sul, recorre-se a Francisco Rüdiger, o qual afirma que o *Correio do Povo* foi fundado por Caldas Junior em 1895 e Assis Chateaubriand era o principal empresário do ramo de jornalismo e comunicação do país, cuja entrada no mercado gaúcho ocorrera pela compra do poderoso *Diário de Notícias*, em 1930.

Na verdade, o cultivo empresarial dessa linha noticiosa era o principal segredo do *Correio do Povo*. Caldas Júnior descobriu que o caráter político do jornalismo não precisava ser explícito, que havia uma mutação em curso

nas necessidades do público e no próprio espectro deste público, estabelecendo novos termos para a concorrência no mercado de jornais. O *Diário de Notícias* foi lançado em 1925. A proposta de seu corpo de redatores era fazer um jornalismo moderno, que se empenhou bastante em promover campanhas de opinião pública, pelo menos em sua primeira fase. Em 1930, a folha já era a segunda mais importante do sul, chegando a tirar 25 mil exemplares diários, pouco menos que o *Correio do Povo*.¹¹⁹

Referentemente à década de 1950, Rüdiger afirma que os Diários Associados estavam no auge, quando sobreveio o desastre em 1954, e a Caldas Junior foi à principal beneficiária desse declínio. Então o *Correio do Povo*, que distribuía cinquenta mil exemplares diários em 1950, viu suas tiragens crescerem à razão de mil por ano até meados da década de 1970.¹²⁰ O Jornal *Correio do Povo*, apresenta as declarações do Sr. João Go

O ministério do Trabalho não foi criado para servir de instrumento deste ou daquele grupo". Ele existe para servir, indistintamente, a patrões e a empregados" – A frente dele estou pronto a aplaudir e a estimular os capitalistas que fazem de sua força econômica um meio legítimo de produzir riquezas, dando sempre as suas iniciativas um sentido humano, social e patriótico".¹²¹

¹¹⁹ RÜDIGER, Francisco. *Tendências do Jornalismo*. Porto Alegre: Ed. Universidade, UGRGS, 1998. p. 78.

¹²⁰ *Idem*,. p.80.

¹²¹ *Jornal Correio do Povo*, 07/08/1953, p. 18.

O texto refere-se à resposta de João Goulart em seus primeiros dias de ministério ao editorial do jornal norte-americano *The New York Times*: “(...) o fato de um ministro do Trabalho do governo de Vargas utilizar sua influência para inclinar o movimento trabalhista brasileiro para o agrupamento de trabalhadores latino-americanos, controlados pelos peronistas, seria uma traição ao seu país e a seu movimento trabalhista”.¹²²

As primeiras iniciativas de João Goulart como ministro do Trabalho foram administrar conflitos trabalhistas em razão da greve deflagrada pelos marítimos e bancários em São Paulo. Com o uso de estratégias de negociação entre governo e sindicatos, Goulart reuniu-se com grevistas, aproximando o governo dos operários e, baseado no diálogo, pôs fim ao conflito, atendendo à maior parte das reivindicações da categoria dos marítimos, assim como dos bancários. O Jornal Correio do Povo, publicou:

Sob regime de intervenção a federação nacional dos Marítimos. Ato do Ministro do Trabalho destituindo os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal daquela entidade de Classe. João Goulart depois de ter ouvido o diretor geral do departamento Nacional do Trabalho, o processo relativo à situação tumultuária da Federação Nacional dos Marítimos, em que sugeriam a destituição da atual diretoria, proferiu despacho intervindo nessa entidade de classe nomeando os interventores para a mesma e determinando que fossem feitas eleições para nova diretoria dentro de sessenta dias.¹²³

Com o posicionamento do ministro do Trabalho os eleitores encontravam nele um defensor dos direitos trabalhistas, o que também era apresentado no

¹²² BRAGA, Kenny. (et. al). Parlamentares Gaúchos. João Goulart Perfil, discursos e testemunhos (1919-1976). Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Série Perfis n° 06.2004. p.48.

¹²³ Jornal Correio do Povo, 13/08/1953, p.14.

cenário político nacional como característica própria de Goulart, pois apoiava e incentivava a mobilização reivindicatória de grupos operários. O empenho de Goulart e suas incessantes negociações com as diversas categorias profissionais de forma a mantê-las sob controle, principalmente na questão salarial, suscitava grandes preocupações, em razão do aumento constante do custo de vida e da crescente mobilização sindical.

Numa conjuntura em que as dificuldades econômicas aumentavam e as forças oposicionistas ganhavam cada vez mais espaço, tornava-se fundamental garantir o apoio da classe trabalhadora ao governo.

Ferreira afirma que um dos primeiros atos do novo ministro foi fazer valer na prática uma medida inaugurada por Segadas Viana, abolindo, definitivamente, o “atestado ideológico”, documento exigido aos sindicalistas para exercerem suas atividades. Outra prática suspensa, mas comum até a sua posse no Ministério do Trabalho, eram as intervenções nos sindicatos. Segundo Raul Riff, na época o seu assessor de imprensa, diversos políticos e sindicalistas do PTB, ao perderem a diretoria de uma organização para outros grupos, solicitavam a intervenção ao ministro.¹²⁴

Conforme a Carta de José Segadas Viana e Lourival Fontes informando que Getúlio Vargas pode anunciar a remessa, ao congresso Nacional, da mensagem que assegura o salário extra nas atividades insalubres e assinar o decreto que regula o trabalho de aprendizes, Rio de Janeiro.¹²⁵ Dessa forma, interpreta-se que Segadas Viana encaminha em relação ao governo Vargas medidas de cunho assistencialista e popular, pois também se mostrava comprometido com a ideologia trabalhista do Presidente Getúlio Vargas.

¹²⁴ FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 107.

¹²⁵ Fonte: WWW.cpdoc.FGV.com.br. Biografias, DHBB. Pesquisa em: 26/09/2009. Arquivo Getúlio Vargas. Classificação: GV. c1951.00.00.11.

Conforme José Gomes Talarico “Quando ele foi para o Ministério do Trabalho, aboliu o atestado de ideologia; acabou com o 9.070. Isso foi o início da democratização do Ministério do Trabalho. O Jango tinha um grande respeito pelas lideranças sindicais. E antes mesmo de assumir o ministério, num período de duas ou três semanas, passou a ter contato com lideranças sindicais, a pedido do Dr. Getúlio [...]}. Como eu disse havia o problema do atestado de ideologia e do reconhecimento das eleições sindicais, que era uma questão terrível.

Por exemplo, a Seção de Segurança ou a Chefatura de polícia opinavam sobre se fulano de tal deveria ser afastado. A partir da entrada de Jango no ministério, as eleições eram reconhecidas sem quaisquer exigências desse tipo. Houve também a organização dos primeiros sindicatos rurais. Outro problema que ele imediatamente enfrentou foi o trabalho em atividades insalubres, com risco de vida para os trabalhadores. Enfim, começou a atuar de modo que a Consolidação das Leis Trabalhistas CLT viesse a ser cumprida, rigorosamente, a favor dos trabalhadores”.¹²⁶

Se, por um lado, a greve dos marítimos inaugurou uma estratégia de negociação entre governo e sindicatos, por outro, desencadeou o temor das classes patronais. Com relação às reivindicações dos bancários, o ministro do Trabalho reunia-se com representantes da classe para analisar as suas propostas. Por causa dessa forma de atuar, era criticado pela elite conservadora, pois pela primeira vez na história da República brasileira o ministro do Trabalho, como autoridade pública, negava-se a acionar a máquina repressiva estatal para dispersar manifestantes. E ainda, o que se apresentava com caráter inédito na política era o perfil do ministro do Trabalho, tendo o diálogo como método para apaziguar as circunstâncias de crise social e, mais ainda, negociava e defendia os direitos dos trabalhadores, posicionando-se explicitamente como seu defensor. O Jornal Correio do Povo publicou a notícia em que se referia ao aumento aos Bancários:

Informou o ministro João Goulart que o Banco do Brasil e outros estabelecimentos oficiais foram autorizados a majorar os salários de seus

¹²⁶ GOMES; FERREIRA, *Jango: as múltiplas faces*, 2007. p.73.

empregados na base de 30 %. Com aquela providência o titular enquadrou os bancos oficiais na portaria do diretor geral do Departamento Nacional do Trabalho.¹²⁷

A medida de aumentar 30 % nos salários da categoria dos bancários reflete a forma de atuação de João Goulart, que articulava os mais diversos interesses nos meandros da política nacional e também fortalecia o seu perfil conciliador. Participando dos eventos promovidos pelos sindicatos, prestigiava a posse de dirigentes, festas de formaturas, conclusão de cursos técnicos, dessa forma consolidando cada vez mais o seu perfil popular junto a diversas categorias trabalhistas. Com esse comportamento João Goulart conseguiu mobilizar o movimento sindical e aproximar os trabalhadores da política do Estado por meio de estratégias conciliatórias e populares.

O ingrediente impactante no cenário político do segundo governo de Getúlio Vargas era o padrão de atuação de João Goulart, centrado no diálogo com os trabalhadores, o que não acontecia com Getúlio Vargas, que se dirigia às classes populares por meio do rádio e dos seus discursos. Consta-se que as pessoas tinham abertura com João Goulart, em razão de sua estratégia de se aproximar do povo e este do governo, sem levar em consideração a posição social dos indivíduos.

O Jornal Correio do Povo divulgou a seguinte notícia:

“Terminou a greve dos Marítimos.” O acordo final foi firmado nos primeiros minutos de hoje com a presença do ministro João Goulart – abono de mil cruzeiros por mês, pagamento dos dias de greve e promessa de um estudo para a implantação da semana de cinco dias e meio, as principais cláusulas do documento e reuniões exaustivas durante todo o dia de ontem.¹²⁸

¹²⁷ Jornal Correio do Povo, 13/01/1954, p. 12.

¹²⁸ Jornal Correio do Povo, 26/06/1953, p.18.

É relevante salientar a difícil situação econômica do país quando João Goulart assumiu como ministro do Trabalho, deparando-se com dificuldades dentro do próprio governo, como a posição contrária do ministro da Fazenda, Oswaldo Aranha, que era defensor de uma política de contenção de gastos. E as greves que se repetiam, mobilizando categorias profissionais cada vez mais importantes, encontravam justificativa no fato de que havia aumento de preços de todos os gêneros alimentícios, elevando o custo de vida.

João Goulart sempre incentivava o diálogo entre comunistas e trabalhistas nos meios sindicais. O estilo político do ministro também incluía prestigiar a posse de dirigentes das organizações de trabalhadores, sobretudo aqueles que expressassem a vontade da categoria, exatamente o contrário do que ocorria até então, quando o Ministério do Trabalho apoiava sindicalistas submissos às orientações políticas do governo. Alguns dias após o fim da greve dos marítimos, ele participou da cerimônia de posse da nova diretoria do Sindicato dos Operários Navais.¹²⁹

Entretanto, a indicação de João Goulart para o cargo de ministro do Trabalho não passou despercebida pela imprensa oposicionista e por grupos conservadores, que, de imediato, fizeram severas críticas à nomeação em razão de seu vínculo com Getúlio Vargas e do seu perfil popular atrelado à corrente pragmático–getulista e trabalhista, como também pela estratégia política da oposição, que desde antes de 1945 cobiçava o poder.

É importante reforçar que a UDN era um partido político com bandeira declarada de oposição ao governo Vargas, por ser formado por elementos da classe média, detentores do saber, com características elitistas, bacharéis, os quais, por isso, teriam capacidade para administrar o país e, principalmente, saber o que era melhor para a população em geral.

¹²⁹ FERREIRA, *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*, 2005, p. 109.

As ações de João Goulart no Ministério do Trabalho eram pautadas por atos assistencialistas e clientelistas, com medidas direcionadas a atender à população, principalmente as classes sociais consideradas excluídas da sociedade pelo seu distanciamento com a esfera política, nas quais era alto o índice de analfabetismo, decorrente da pobreza que predominava nos meios rurais do Brasil no início da década de 1950. No Diário oficial: Portaria de 16 de Julho de 1953.

O Sr. Ministro do Trabalho considerando que, a Delegacia Regional do Trabalho em São Paulo dispõe de dois ônibus, devidamente aparelhados para o fornecimento de carteiras profissionais aos trabalhadores: considerando que esse serviço vem se desenvolvendo de maneira altamente satisfatória, haja vista as constantes manifestações de aplauso de autoridades e interessados em todo o interior paulista. Considerando que é de todo conveniente seja esse serviço estendido a outros estados e para seus interiores.¹³⁰

A política populista desenvolvida por João Goulart como ministro do Trabalho proporcionou aos operários bem mais que reivindicar por direitos salariais e trabalhistas; ele queria conscientizá-los de que eram integrantes da sociedade, ou seja, eram cidadãos brasileiros. João Goulart proporcionou aos trabalhadores sentirem-se valorizados por instituições políticas governamentais, como, por exemplo, os sindicatos.

O ministro do Trabalho Indústria e Comércio, considerando as reivindicações formuladas pelos trabalhadores em transportes marítimos e apresentadas nas reuniões promovidas por este Ministério entre empregados e empregadores a fim de dar cumprimento ao que ficou deliberado resolve, no uso de suas atribuições, designar o Dr. Zey Bueno, Diretor da divisão de Higiene e Segurança do Trabalho, Manuel Uchoa Filho, do Sindicato dos Motoristas e condutores da Marinha Mercante [...].¹³¹

¹³⁰ Diário oficial: Portaria de 16 de Julho de 1953. p.18.

¹³¹ Diário Oficial: Portaria de N°70 de 25 de Junho de 1953.

A imprensa responsabilizava João Goulart pela situação de instabilidade no país e, sobretudo, por fomentar greves por meio de uma política demagógica, que visava conciliar interesses e fortalecer-se com o apoio dos trabalhadores, classe sem conhecimento para distinguir os interesses dos políticos aproveitadores.

A oposição política combatia os métodos populares utilizados por João Goulart e pelo governo Getúlio Vargas. A terceira corrente formadora do PTB gaúcho, a corrente pragmático-getulista, direcionava-se para as classes populares, sendo o trabalhismo e o sindicalismo os meios utilizados para consolidar a política popular getulista, tendo como fim a permanência no poder. João Goulart mostrava-se diferente se comparado ao padrão político. Como ministro do Trabalho, estendeu as ações do ministério até as fábricas, os portos e bancos, para representar, apoiar e defender o operário, o trabalhador brasileiro, representado e identificado por intermédio dos sindicatos, como espaço de luta de reivindicação social e política. O Jornal Correio do Povo divulgou:

– De pessoa muito próxima do catete, obtivemos ontem a informação de que um grupo de generais encaminhou ao Sr. Getúlio Vargas, por intermédio do Gabinete militar da presidência da República, uma espécie de memorial em que se denunciam as atividades do Sr. João Goulart entre os trabalhadores como “atividades subversivas” o documento já foi entregue ao destinatário, a quem os generais chegam a pedir que substitua o ministro do Trabalho para que volte a tranqüilidade ao país e ao governo, de modo geral, readquira confiança perdida diante da opinião pública e do Congresso. E acompanhando um “dossier” completo sobre os homens que cercam o Sr. João Goulart e dos quais ele lança mão para fazer as suas manobras demagógicas nos sindicatos.¹³²

A reportagem confirma o que já foi mencionado na pesquisa sobre a falta de confiança que Getúlio Vargas tinha em sua equipe governamental. Assim, como consequência das ações populares de João Goulart no MTIC e, principalmente da

¹³² Jornal Correio do Povo, 18/10/1953, p. 24.

sua aproximação com os sindicatos, era acusado de promover atividades subversivas, o que em contrapartida significava uma ameaça aos interesses das classes conservadoras. Ao referir-se a João Goulart como demagógico, interpreta-se que a oposição política não se refere tão somente às ações do ministro do Trabalho, mas também à trajetória política de Goulart no PTB, partido político que trazia em sua formação, através da fusão de várias vertentes, a corrente sindicalista, oriunda da ala trabalhista do PSD. A ameaça que atemorizava grupos conservadores era decorrente da abertura política proporcionada por Getúlio Vargas às classes populares, por meio da doutrina trabalhista e da atuação de João Goulart no MTIC.

A maneira de João Goulart atuar no Ministério do Trabalho, “com trânsito livre” para todos, era motivo de muitas críticas de parte de alguns políticos empresários, pois julgavam que o ministro não mantinha a distância que o *status* do poder exigia. Em razão do perfil popular de João Goulart, seu comportamento, também era criticado por vários jornais, que diariamente tentavam denegrir a imagem do ministro e do governo, alertando a população sobre o comportamento atípico desse político.

Hugo de Faria afirma que tudo mudou a partir de junho de 1953, e questiona quando é que um dirigente sindical ia à casa de um ministro a qualquer hora? Com o Dr. João Goulart qualquer sujeito que queria falar com ele ia ao Hotel Regente e falava.¹³³

Em revistas e jornais as acusações eram constantes a João Goulart, apontado como responsável por instigar a greve e pregar a luta de classes; porém, sua atuação no Ministério do Trabalho era pautada em negociações, sem uso de procedimentos radicais e repressivos.

¹³³ FERREIRA, *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*, 2005, p. 115.

As audiências públicas inauguradas pelo ministro do Trabalho tornaram-se frequentes. Uma vez por semana, centenas de pessoas, no Hotel Regente, procuravam Goulart, das 16 até as 24 h, ou uma hora da manhã. A sua capacidade de conversar com sindicalistas e populares era incrível, tanto que seu dia começava às 10h e acabava às 2h do outro dia, fazendo uma coisa só: “atender gente”.¹³⁴

Em virtude de sua maneira de negociar, Goulart aproximou-se dos líderes sindicais comunistas, em muitos casos intervindo pessoalmente em lutas salariais e apaziguando conflitos entre patrões e empregados. Ao mesmo tempo em que agia como mediador dos conflitos entre empregados e empregadores, apoiava e instigava de forma a conscientizar os trabalhadores a reivindicar por seus direitos.

Por meio dos relatórios ministeriais interpretam-se algumas iniciativas do Ministério do Trabalho no ano de 1953.¹³⁵

Trabalho

A legislação do trabalho não é um sistema estático e perfeito. Somente será possível obter os melhores resultados de sua aplicação através da ação flexível de órgãos especializados como o Departamento Nacional do Trabalho, ao qual incumbe, na defesa do trabalhador, ajustar os interesses de acordo com o espírito conciliador que preside a paz social preconizada pelo meu governo.

Aproximando o capital e o trabalho, reunindo patrões e empregados para apreciação conjunta de seus problemas, o governo torna evidente o propósito de criar um sistema de boas relações entre os fatores de produção, contribuindo para a melhor compreensão da lei e seu perfeito ajustamento à realidade social.

¹³⁴ Idem, p.115.

¹³⁵ Ver, BRASIL. Relatório do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio. Rio de Janeiro, 28/11/2009 Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/presidential>>.

O objetivo do Ministério do Trabalho é, resguardando a paz social, o de defender para o trabalhador melhores condições de salário, de trabalho e de vida. Implantada a legislação de amparo ao trabalhador, ao lado do zelo pelo seu cumprimento, cumpre ao Ministério cuidar de outros meios de atingir sua finalidade.

A necessidade imperativa de acompanhar a evolução das relações de trabalho e as questões de trabalho e as questões sindicais impõem ao Departamento Nacional de Trabalho o dever de dedicar considerável parcela de suas atenções a esses problemas.

Ao lado da identificação profissional além da fiscalização das leis trabalhistas, inclusive as disposições relativas á higiene e segurança do trabalho, além da instrução e julgamento dos processos de interesse sindical, inclusive propostas orçamentárias e balanços. Além de tantas tarefas dos serviços de rotina, é necessário promover a efetiva proteção das atividades produtivas em todos os sentidos, o que exige a presença do delegado do governo, onde se processam os fenômenos da vida quotidiana da produção.¹³⁶

Para melhor interpretar a conjuntura econômica e política da década de 1950 no Brasil, tomam-se dados de pesquisa sobre padrão de vida encontrada nos relatório governamentais de 1953, que retratam a difícil situação em que grande parte da população vivia. O texto refere-se às condições paupérrimas de populações, como também do poder aquisitivo do povo em geral, que crescia em progressão menor do que as suas aspirações. Com os dados apresentados, afirma-se que parte substancial da renda familiar era aplicada tão somente na satisfação de necessidades de subsistência.

Convém ressaltar a importância e, ao mesmo tempo, a dificuldade de se analisar um contexto distante da realidade em que se situa, pois julgar as ações de João Goulart como ministro do Trabalho e até mesmo a ideologia trabalhista populista de Getúlio Vargas somente é possível desprendendo-se da realidade atual e reportando-se ao contexto da década de 1950. Assim, pode-se entender o verdadeiro objetivo do Ministério do Trabalho para com as classes populares, bem

¹³⁶ Ver, BRASIL. Relatório do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio. Rio de Janeiro, 28/11/2009 p. 252. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/presidential>>.

como a situação de miséria e desamparo em que muitas famílias brasileiras se encontravam.

Política de Assistência Social

A política de Assistência Social que o governo vem realizando tem evoluído no sentido de tornar-se cada vez mais, um fator de aceleração do progresso econômico e social do país. Tal política não se tem afirmado apenas pelas medidas diretas, de auxílio e amparo ao trabalhador, ao homem do campo ou as famílias numerosas, mas também por medidas outras, cujos benefícios indiretamente recairão sobre os menos favorecidos da fortuna.

Assim é que o governo tem desestimulado aplicações dos recursos financeiros em obras assistenciais, de efeito meramente demagógico, visando com tal orientação a vincular qualquer de suas iniciativas, no setor em apreço ao propósito precípua de valorizar social e economicamente a grande massa de trabalhadores.

O governo se tem empenhado no estudo da palpitante questão de generalizar-se no país, e bases racionais e duradouras, a concessão do abono familiar. Entre nós, apenas 2 modalidades desse gênero já são praticadas: o salário-família aos servidores públicos e o abono as famílias numerosas.¹³⁷

A política de Assistência Social, foi marca registrada do segundo governo Getúlio Vargas, principalmente pela sua convicção sobre a necessidade de auxílio às camadas mais pobres da população. Foi pela valorização econômico-social que as comunidades e as pessoas necessitadas eram assistidas, como também estimuladas a se libertarem-se das dificuldades em que se encontravam ao participar produtivamente e com espírito patriótico das atividades nacionais.

O governo levava em consideração o aspecto demográfico para análise dos problemas, como, por exemplo, as condições precárias de vida de famílias numerosas. Procurava conhecer as verdadeiras exigências da realidade brasileira e

¹³⁷ Ver, BRASIL. Relatório do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio. Rio de Janeiro, 28/11/2009 p. 253. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/presidential>>.

conceder vantagens e amparo para a compensação dos encargos familiares de modo que fossem atendidas.

Previdência Social e Seguros Privados

Regulam-se essas instituições por um conjunto de mais de duzentas leis e regulamentos, além de outras tantas portarias normativas dos órgãos de controle. A execução de um único tipo de benefício, que é igual para todos os Institutos e Caixas, o “auxílio-doença”, cada grupo profissional, inclusive os servidores públicos tem plano próprio de benefícios, diferente dos demais, desde o mais antiquado, como é o dos marítimos, a outros mais evoluídos.¹³⁸

O desenvolvimento da Previdência Social no ano de 1953 ocorreu por meio de órgãos que executavam os benefícios concedidos, alguns em caráter de urgência aos servidores de certa forma também houve melhoria nas condições reguladoras de concessão de auxílio e seguros. Nesse período, no Brasil houve o predomínio da prática política do paternalismo e assistencialismo, que, de certa forma, visava fortalecer o trabalhismo e, conseqüentemente, o governo Vargas.

Habitação

A despeito da importância que já alcançam as inversões federais e habitação, e que se pode aferir pelos exemplos adiante apresentados, ainda é muito insuficiente a ação oficial no sentido de melhorar as condições de moradia do nosso povo. Trata-se, no entanto de problema difícil, pelos seus aspectos sociais técnicos e financeiros. Por isso, determinou a Comissão Nacional de Bem Estar Social o acurado reexame do problema da casa popular no Brasil, a fim de agir, direta e indiretamente, para aliviar a

¹³⁸ Ver, BRASIL. Relatório do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio. Rio de Janeiro, 28/11/2009 p. 256. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/presidential>>.

carência da habitação que aflige principalmente as classes desfavorecidas.¹³⁹

No que diz respeito à moradia, o pauperismo das famílias operárias dos estados setentrionais e nordestinos se reflete na larga utilização da palha e da taipa como material de construção. Nos estados das regiões Leste e Sul, são melhores os materiais de construção das casas, preponderando a alvenaria e a madeira. Essas mesmas diferenças entre as famílias pesquisadas nas diversas regiões do país se fazem sentir com respeito à utilização de rádio, filtro e máquina de costura e dos serviços de água encanada, luz elétrica e esgoto.

Dessa forma, percebe-se que as práticas políticas desenvolvidas por Getúlio Vargas e João Goulart, como o trabalhismo, populismo, o clientelismo, assistencialismo, o paternalismo, provocaram desconforto às classes conservadoras por serem medidas que visavam amenizar a dependência a que as classes desfavorecidas estavam submetidas, como também representavam uma ameaça aos interesses políticos e econômicos de grupos conservadores da sociedade.

João Goulart, de certa forma, contribuiu para romper com a concepção de poder atrelado ao Estado com seu modo de atuar na política, proporcionando abertura às classes populares, como a inclusão dos trabalhadores na política. Tornou-se um líder político e popular reconhecido pelo seu posicionamento em defesa dos direitos dos trabalhadores, dos explorados, dos excluídos. Também apresenta um diferencial relevante a ser analisado na história política, que é não ter se tornado líder por ser oriundo da classe à qual defendia.

Diante do fenômeno de popularidade conquistada por João Goulart na política, e da política clientelista desenvolvida o que repercutia nacionalmente, as

¹³⁹ Ver, BRASIL. Relatório do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio. Rio de Janeiro, 28/11/2009 p. 267. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/presidential>>.

classes conservadoras combatiam o ministro do Trabalho, porque isso representava o fortalecimento do governo Vargas.

Foi numa conjuntura sindical com essas características que João Goulart atuou, primeiro, como ministro do Trabalho e, depois, como vice-presidente de Juscelino Kubitscheck e Jânio Quadros. Por conseguinte, teve de lidar com o movimento sindical, que se recompunha e se tornava cada vez mais ativo em suas reivindicações.¹⁴⁰ O jornal *Diário de Notícias* publicou as considerações de Etelvino Lins.

Firme a reação do povo iludido. [...] ao despertarmos para a redemocratização em 1945 fomos surpreendidos com um fenômeno político novo; configurado no seio de afirmação das massas populares disseminadas nos centros fabris. E estas, em meio à desorientação com que tentavam adquirir a consciência de classe projetaram na vida pública brasileira líderes da pior categoria. Surgiram então os chamados aventureiros políticos infiltrados em todos os partidos, mais acentuadamente em uns do que noutros e contra os quais começa a reagir nesta altura o próprio povo, ludibriados.¹⁴¹

Nesse contexto, a associação do afiliado político de Vargas ao sindicalismo era inevitável, principalmente pela direita, como também por membros partidários petebistas, em razão dos conflitos internos. A maneira do ministro do Trabalho dialogar, sem formalidades, era uma característica específica deste homem simples, carismático e de grandes habilidades eleitorais, que refletia o seu padrão na política. Em contrapartida, despertava receio nas classes industriais, por defender os direitos dos operários e lutar por melhores salários para os trabalhadores, além de despertar a consciência na classe trabalhadora sobre a necessidade de reivindicar por seus direitos como cidadãos atuantes na sociedade. O Jornal Correio do Povo publicou a seguinte declaração atribuída ao ministro do Trabalho.

¹⁴⁰ VILLA, Marco Antonio. *Jango um Perfil 1945-1964*. São Paulo; Globo, 2004. p.83.

¹⁴¹ *Diário de Notícias*, 27/09/1953. p. 24..

As sensacionais revelações que o deputado Herbert Levy fez em entrevista a revista “Visão” repercutiram nos meios políticos, vindo confirmar a desconfiança e a suspeita alimentada em certos setores sobre as convicções políticas do ministro do Trabalho. João Goulart disse que considera impossível governar o Brasil com essa imprensa e esse congresso e que o peronismo é o regime salvador”. [...] o encontro entre as duas personalidades se deu 10 dias antes da mudança do ministério no restaurante do Copacabana Palace tendo o Sr. João Goulart, que regressava da Argentina, dito ao Sr. João Neves da Fontoura que o general da Perón realizava um grande governo e só como agia o presidente da Argentina seria possível salvar o Brasil.¹⁴²

Carlos Lacerda combatia o perfil carismático e popular de João Goulart, entendido como uma forma de manipulação exercida pelo governo para com o povo.¹⁴³ Dessa forma, incitava a população contra as medidas trabalhistas e nacionalistas da década de 1950, o que se justificava pela aproximação de João Goulart com líderes sindicais e por ser um dos homens de confiança de Getúlio Vargas.

No contexto em que João Goulart atuou como ministro do Trabalho as lideranças sindicais também se utilizaram da posição estratégica e negociadora de João Goulart, principalmente para obter vantagens materiais e simbólicas para elas mesmas, para seus sindicatos e para os trabalhadores. A presença dos sindicatos se afirmou no curso das

¹⁴² Jornal Correio do Povo de 29/09/1953. p.02.

¹⁴³ Carlos Frederico Werneck de Lacerda nasceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 30 de abril de 1914, filho de Maurício Paiva de Lacerda e de Olga Werneck de Lacerda. Iniciou sua carreira profissional em 1929, escrevendo artigos para o *Diário de Notícias*. A partir de 1938 dedicou-se às atividades jornalísticas. Ainda no início desse ano, Lacerda começou a trabalhar como *free-lancer* no *Correio da Manhã*, onde criou, em 1946, a seção intitulada "Na tribuna da imprensa". Assim, em dezembro de 1949, fundou a *Tribuna da Imprensa* que, representando as principais propostas da UDN, viria a fazer oposição às forças políticas vinculadas ao getulismo. Em agosto de 1953 Lacerda fundou no Rio de Janeiro o Clube da Lanterna, congregando diversos parlamentares, principalmente udenistas, no combate ao governo Vargas. [Fonte: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001].

negociações trabalhistas, com seus líderes ganhando visibilidade e prestígio, em razão de uma conjuntura política econômica mais favorável.¹⁴⁴

Se, de um lado, João Goulart procurava se aproximar das lideranças sindicais de esquerda e atender a muitas de suas reivindicações, também exercia sua autoridade para adotar medidas necessárias à repressão e desmobilização do movimento grevista, como aconteceu quando foi articulada uma segunda greve dos marítimos para o mês de outubro de 1953 e houve destituição das diretorias do respectivo sindicato.

O jornal *Correio do Povo* de 29/09/1953 publicou que estava anunciada para o dia 16 de outubro uma nova greve geral dos marítimos, os quais alegavam que não haviam sido cumpridos diversos itens do acordo de cessação da *parede* de julho último. (p.02). Após dez dias de greve, os marítimos voltaram ao trabalho com todas as suas reivindicações atendidas. Por ocasião da assinatura do acordo, João Goulart declarou que seria ministro do Trabalho somente enquanto pudesse falar livremente com os trabalhadores, pois não compreendia um titular daquela pasta afastado das massas operárias.¹⁴⁵ Portanto, expressava seu posicionamento como ministro e reforçava a sua ideologia trabalhista, contrariando os anseios da classe média.

O jornal *Correio do Povo* de 18/10/09 registrou: “Não obteve êxito esperado a greve dos marítimos. Declarações do titular interino do trabalho – Enviados 349 milhões de cruzeiros Para pagamentos de vantagens – nota distribuída a imprensa”. (p.16)

Algum tempo depois, João Goulart tomaria outra importante iniciativa, que repercutiu com grande impacto não apenas no movimento sindical, mas,

¹⁴⁴ Idem, p.83.

¹⁴⁵ SILVA, Hélio. *O suicídio de Getúlio Vargas: 1951-1954*. 3 ed. São Paulo; Brasil, 2004. (História da República Brasileira). p. 164.

particularmente, nos meios empresariais e políticos: o programa de rigorosa fiscalização do cumprimento da legislação trabalhista. Para isso, cada trabalhador sindicalizado, dizia o documento, poderia e deveria se transformar num consciente e eficiente colaborador do ministério, denunciando, com coragem e espírito público, toda e qualquer infração às leis trabalhistas cometidas pelos empresários.¹⁴⁶ O Jornal Correio do Povo divulgou:

Ofensiva de Goulart para dar ao Norte e Nordeste segura fiscalização trabalhista. Da reunião realizada no Ministério do Trabalho, a qual durará 4 dias, com a participação de delegados regionais e sob a presidência do Sr. João Goulart resultarão medidas de grande importância para as atividades do Ministério do interior do país. Serão Criadas dependências da Comissão Técnica de Orientação Sindical e comissões de higiene e segurança em cada delegacia. A primeira com recursos do Fundo Sindical proporcionará as delegacias funcionários e material necessários á fiscalização; a segunda dará aos estados Unidos serviços de higiene, isto é, assistência e fiscalização do trabalho da mulher e do menor até então inexistentes nas dependências do ministério.¹⁴⁷

Em curto espaço de tempo, Goulart impôs sua liderança no PTB e aproximou-se dos sindicatos e das esquerdas, particularmente do PCB. No ministério, ao mesmo tempo em que atuava como mediador nos conflitos entre assalariados e capitalistas, apoiava e, mesmo, incentivava a mobilização reivindicatória dos operários. O seu prestígio entre os trabalhadores e seus representantes nas organizações de classe aumentava com o passar dos meses, principalmente com as medidas de proteção ao trabalhador. Dessa forma, outras iniciativas de Goulart foram o revigoramento da estrutura sindical por um novo tipo de relação com a máquina previdenciária então existente. No Jornal Correio do Povo,

¹⁴⁶ FERREIRA, *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*, 2005, p. 110.

¹⁴⁷ Jornal Correio do Povo, 07/11/1953, p.02.

A seguinte notícia: 800 mil trabalhadores já estão sindicalizados no país; dentro em breve se elevarão a 1.500.000. A reação que me combate é porque empreendo a sindicalização do operariado; porque não me transformo em bom moço para servir aos interesses escusos de homens que se dizem patriotas, mas que na verdade são traidores”¹⁴⁸.

Com a atuação de João Goulart no ministério do Trabalho e com a aproximação do governo com os sindicatos, Goulart também proporcionou a membros do PTB ocuparem cargos nas direções de institutos sociais, assim como dos próprios sindicatos. A exemplo disso, as Delegacias Regionais do Trabalho passaram a ser controladas por políticos do PTB, e a Previdência Social teve nos seus conselhos administrativos a participação de dirigentes sindicais, que controlavam vultosos recursos, pois até então o número de aposentados era muito pequeno. O Jornal Correio do Povo 19/11/1953 apresentava com resumo da notícia:

Em inspeção aos serviços portuários do Rio o Ministro do Trabalho. O ministro João Goulart visitou a convite de vários sindicatos a zona portuária do Rio de Janeiro desde o “pier” até o último armazém. Nessa inspeção o titular do trabalho foi acompanhado pelos representantes dos sindicatos dos estivadores dos ensacadores de sal, café, dos conferentes dos trabalhadores no comércio armazenador, dos portuários, dos estivadores de minérios, vigias portuários, carregadores e do superintendente do cais do porto. O Ministro João Goulart verificou com atenção as condições do trabalho nos navios carvoeiros e madeireiros e nos outros setores tendo oportunidade de registrar diversas irregularidades.¹⁴⁹

Conforme ofício enviado a João Goulart, solicitando pagamento para um fiscal que atuara no sindicato das empresas Ferroviárias do Rio de Janeiro, é possível identificar ações de intervenção do ministro do Trabalho nos sindicatos. A correspondência, enviada ao ministro do Trabalho, Indústria e Comércio pelo diretor geral do departamento Nacional do Trabalho. (OF. GDG/410), em 1954 refere-se à

¹⁴⁸ Jornal Correio do Povo, 29/01/1954. p.22.

¹⁴⁹ Jornal Correio do Povo, 19/11/1953, p.18.

solicitação de pagamento enquanto fosse necessário e pelos motivos que haviam determinado a intervenção naqueles órgãos de classe. Como segue: “Esta diretoria solicita a V. Ex. se digne a autorizar mensalmente, o pagamento da importância de CR\$10.000.00 (dez mil cruzeiros) ao Inspetor do Trabalho Classe L, José Custódio de Azevedo Silva, que vem exercendo as funções de delegado deste Ministério no Sindicato dos Trabalhadores e Empresas Ferroviárias do Rio de Janeiro. Gilberto Crockat Sá. Diretor geral do D.N.¹⁵⁰

Após a realização do I Congresso Brasileiro de Previdência Social, sob a orientação do Ministério do Trabalho, foram criadas normas em benefício dos segurados da Previdência, financiamento de casas populares, empréstimos pelo Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários, etc. Essas medidas de cunho popular se apresentavam revestidas de intenções políticas que contribuíram para movimentar as lógicas do clientelismo, orientadas por João Goulart, visto que o Ministério do Trabalho desde o início do governo Vargas, em 1951, fora dirigido pelo PTB.

Diário Oficial: Portaria de N°18 de 22 de Fevereiro de 1954. Gabinete do Ministro. 22/02/1954. O ministro de Estado dos negócios do Trabalho Indústria e Comércio, usando das atribuições que lhe confere o art. 913 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo decreto-lei n° 5. 452, de 1° de maio de 1943. Considerando que essa norma de fiscalização para que pudesse atingir seu objetivo e evitar conflitos de competência, circunscreveu as atividades do inspetor ou fiscal a determinado distrito, impedindo-o, assim de exercer plenamente suas funções em distrito diverso daquele para o qual tivesse sido designado. Considerando finalmente que são óbvias as vantagens de fiscalização dirigida e sistematizada, possibilitando melhor cobertura, por espécie, dos setores de trabalho, bem como o aprimoramento, por especialização, dos encargos fiscais; resolve: art. 1° Fica extensiva a todo o território do Distrito federal, para efeito de fiscalização das leis trabalhistas, a jurisdição dos inspetores e fiscais lotados na divisão de fiscalização e na divisão de Higiene e na divisão de Higiene e Segurança do Trabalho subordinados ao Departamento Nacional do Trabalho. Art. 3° a freqüência dos inspetores fiscais será aferida por boletins diários de produção, entregues de três em três dias, nos quais deverão ser

¹⁵⁰ Fonte: Casa de Imagem e memória da Urcamp - São Borja - RS. Pasta. 05 p.67. Data da pesquisa Dezembro/2009.

indicados os nomes das firmas ou estabelecimentos fiscalizados, seus respectivos endereços e espécie de atividades.

Por mais que esse perfil apresentado por João Goulart lhe custasse o cargo, ele tinha uma importante responsabilidade nas mãos à frente do Ministério do Trabalho, principalmente no contexto democrático em que a sociedade se apresentava, no qual as correntes ideológicas participavam ativamente em busca de participação e representação na política. O Jornal Diário de Notícias registrou a seguinte notícia:

SAPS – “Serviço da Alimentação da previdência Social”. Um dos mais importantes empreendimentos do governo de Getúlio Vargas e João Goulart. O Sr. José Ghilosso, assistente técnico do SAPS, destaca a ação daquela autarquia em prol das classes desfavorecidas.¹⁵¹

Na gestão de Goulart no Ministério do Trabalho, os líderes e dirigentes sindicais mobilizavam as bases sociais, intensificando o ritmo das reivindicações e lutas por maior autonomia. O movimento visava estreitar as relações com o Estado por meio dos órgãos da Previdência Social, incluindo as práticas do clientelismo, fisiologismo e empreguismo. Assim, não há motivos para vitimizar o movimento sindical, transformando os trabalhadores em seres ingênuos, sem percepção crítica, sempre manipulados e disponíveis para a cooptação pelo Estado.¹⁵²

Com apoio nessa observação entende-se que as classes populares, assim como os sindicatos, também agiam com o intuito de tirar vantagem do contexto político da década de 1950, buscando se organizar para melhor usufruir a abertura

¹⁵¹ Jornal Diário de Notícias de 13/01/1954, p. 09.

¹⁵² FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p.113.

proporcionada pelo Estado. Os trabalhadores prestavam apoio e solidariedade ao governo, mas, em contrapartida, cobravam o atendimento dos seus interesses. Portanto, de forma alguma se pode atribuir ingenuidade as classes populares referentemente à participação na política, mas interpretar a ação dos trabalhadores na política como uma classe que reivindicava e, concomitantemente, tinha consciência de sua importância para o desenvolvimento do país e para os rumos da política brasileira.

Na avaliação de Lucilia de Almeida Neves, o “estilo Jango” não apenas estimulou e ampliou o prestígio do PTB e das lideranças sindicais junto ao governo, mas aliviou as pressões que até então existiam sobre os sindicatos, levando-os a serem liderados por setores mais avançados e até de vanguarda da classe trabalhadora e a pisar, com firmeza, terreno de uma mobilização fortemente reivindicativa.¹⁵³

A contribuição da análise de Ferreira é de grande relevância para interpretar não somente o contexto em que João Goulart atuou na política, mas principalmente para entender a contribuição deste personagem político, com foco em suas ações, voltadas a elevar e valorizar atores políticos ignorados, que são interpretados com base na corrente teórica dos Annales. Esse mérito da aproximação com as massas recai mais sobre João Goulart do que sobre Getúlio Vargas, pois era ele quem se aproximava fisicamente das classes populares, participava dos eventos, recebia os trabalhadores em audiências, independentemente de o assunto ser pessoal ou de cunho político. O Jornal Diário de Notícias fez a seguinte publicação:

Programado um grande movimento sindical em todo o Estado em favor da fixação do salário Mínimo de 1.800 cruzeiros, geral. Comícios relâmpagos frente aos estabelecimentos fabris a partir de amanhã – Concentração e

¹⁵³ FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*, 2005, p.113.

passeata, dia 28 rumo ao palácio do governo para pedir a solidariedade do governador do Estado.¹⁵⁴

Além da crise financeira e do descontentamento dos trabalhadores, o cenário político do ano de 1954 também foi ocupado pelas forças oposicionistas em constante crescimento, insufladas pelo jornalista Carlos Lacerda, que, por meio da imprensa, pregava a intenção golpista do governo e do ministro do Trabalho.

Ao Ministério do Trabalho cabia a concessão de cartas de reconhecimento aos sindicatos, além de estabelecer pormenorizadamente o seu modo de funcionamento. Como explicou a comissão elaborada do novo projeto, a partir de então os sindicatos deveriam “gravitar em torno do Ministério do Trabalho: nele nascerão; com ele crescerão; ao lado dele se desenvolverão; nele se extinguirão”.¹⁵⁵

Para fins de interpretação, o “novo” apresentado no cenário político por João Goulart não era aceito pela oposição, principalmente pelas classes conservadoras e pela imprensa. Por meio dos jornais oposicionistas, do jornal *Tribuna da Imprensa*, João Goulart e o governo Getúlio Vargas eram atacados, pois combater aqueles também significava atacar este, visto que Goulart, além de ser oriundo da corrente pragmática getulista, vertente formadora do PTB gaúcho, era seguidor da doutrina trabalhista-populista.

Dessa forma, interpreta-se como ingrediente impactante no cenário político do segundo governo de João Goulart o seu padrão de atuação, centrado no diálogo com os trabalhadores, o que não acontecia com Getúlio Vargas. Relata Gomes: “Jango mostrava-se perfeitamente à vontade quando se reunia, por exemplo, com

¹⁵⁴ Jornal Diário de Notícias de 23/01/1954. p.12.

¹⁵⁵ RODRIGUES, Leôncio M. *Sindicalismo e Classe Operária*. In: GOMES, Ângela et al. *História da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p.521.

estivadores; então, podia desabotoar o colarinho, afrouxar o nó da gravata e conversar sem cautelas protocolares.”¹⁵⁶

Portanto, foi num espaço político minado de reivindicações e acusações que João Goulart exerceu na prática a sua habilidade de negociar e conciliar as partes envolvidas. A atitude do ministro do Trabalho de aceitar as reivindicações dos grevistas é fruto de sua habilidade política, que pode ser interpretada de forma positiva, mas, em contrapartida, provocava descontentamento entre a classe empresarial, acirrando ainda mais a oposição contra a sua administração e o governo Vargas. *Jornal Diário de Notícias*, Resumo da notícia:

BRASIL, TERRA DOS PEDIDOS. Foi divulgado hoje, que aumenta cada vez mais o número de pedidos endereçados a presidência da República, destacando-se pedidos de emprego, havendo ainda os de dinheiro e outros mais pitorescos como “máquinas de costura” e outros.¹⁵⁷

A publicação dessa notícia refere-se a práticas políticas usadas por João Goulart e de certa forma interpreta-se como uma denúncia da política clientelista desenvolvida pelo ministro do Trabalho. Em fevereiro de 1954, oito meses depois de ter assumido o ministério, Goulart apresentou ao presidente da República a proposta de duplicar o salário mínimo de 1.200 para 2.400 cruzeiros, enfrentando o parecer contrário de técnicos do Ministério do Trabalho, que propunham um aumento de 42%, elevando o salário para 1.700 cruzeiros. Villa afirma que Jango propôs, além do aumento, o congelamento dos preços das mercadorias essenciais, em bases justas e acessíveis à boca do depauperado consumidor nacional.¹⁵⁸

¹⁵⁶ GOMES, Ângela de Castro. *Ministério do Trabalho*. Uma História contada e vivida. Rio de Janeiro. CPDOC. 2007. p. 56.

¹⁵⁷ *Jornal Diário de Notícias* 28/01/1954, p. 12.

¹⁵⁸ VILLA, Marco Antonio. *Jango um Perfil 1945-1964*. São Paulo; Globo, 2004. p.24.

Jornal Diário de Notícias 21/02/1954 divulgou: Jango renunciará ao Ministério Amanhã. Em despacho antecipado com Vargas Goulart apresentará: Seu pedido de demissão, Decreto instituindo o salário mínimo nas bases aprovadas pelas comissões estaduais; Decreto estendendo aos trabalhadores rurais os benefícios da Legislação social, e; pleiteará medidas para o congelamento geral dos preços em todo o país.

O fato de João Goulart anunciar a proposta de revisão do salário mínimo para as classes conservadoras foi a “gota d’água” das suas ações no Ministério do Trabalho. Assim, as reações no Congresso Nacional e da imprensa contrárias ao aumento salarial foram violentas, pois considerava-se que a proposta era mais uma etapa para o golpe de estado varguista. O Jornal Diário de Notícias de 23/02/1954 publicou:

Goulart pede aos trabalhadores que continuem normalmente em seus locais, ordeiros como sempre. Demitiu-se o delegado do Trabalho, Sr. Moacir Souza – Comício dia 25 pró-salário mínimo e congelamento dos preços.¹⁵⁹

A quebra de protocolo por João Goulart era prática constante. Assim, quando ministro do Trabalho, sua maneira de agir contribuiu para aumentar o número de pessoas que o procuravam e que de alguma forma tentavam se comunicar com ele. Por meio de cartas e bilhetes as pessoas relatavam a situação em que se encontravam, solicitando ajuda para solucionar as mais diversas dificuldades pessoais.

¹⁵⁹ Jornal Diário de Notícias de 23/02/1954, p.02.

O jornal *Diário de Notícias* de 13/02/1954 fez o seguinte registro: “Ausente” de São Paulo, Vargas aumentou a crise. Interpretação da posição do presidente, na pré-sucessão paulista – Jango e o trabalhismo – Interferências diretas e indiretas.

No exame de comportamento de Vargas, diante da crise paulista, uma pergunta terá de ser inicialmente respondida: se o presidente atua através do ministro do Trabalho ou se de fato está alheio ao problema paulista. E fiel as suas reiteradas afirmativas, apoiará aquele candidato que formar na coligação do Sr. Garcez. Para a oposição, Jango é um simples instrumento de Vargas, em São Paulo; para a oposição mais alternativa Jango é o agente revolucionário de Vargas com a sua campanha sindicalista e o aumento do salário mínimo.¹⁶⁰

A ação da oposição era no sentido de tentar alertar os trabalhadores para afastá-los de João Goulart, o qual representava perigo com seus planos de montar uma República sindicalista no Brasil. Um exemplo claro dessa intenção de Vargas e de João Goulart, segundo seus opositores políticos, era a aproximação do Ministério do Trabalho com os sindicatos.

Dessa forma, constata-se que a oposição receava não somente a aproximação do Ministério do Trabalho com os trabalhadores, mas a importância que era dada a essa classe na política, pela maneira como os trabalhadores eram tratados por João Goulart e a importância que o governo dava às reivindicações dessa classe, especialmente o Ministério do Trabalho, órgão governamental que lidava diretamente com os trabalhadores.

Assim, em virtude da possibilidade do aumento do salário mínimo e da posição contrária à medida, a classe média pedia a demissão de João Goulart do cargo de ministro do Trabalho. Os empresários argumentavam que o aumento não deveria exceder a majoração do custo de vida observado desde o último reajuste salarial, ocorrido em 1951, no início do governo Vargas, visto que a classe patronal não teria condições de arcar com o repasse, o que certamente ocasionaria uma baixa no poder aquisitivo

¹⁶⁰ Jornal *Diário de Notícias* de 13/02/1954, p.12.

da classe média. Os trabalhadores reivindicavam um aumento de 100%, que elevaria o nível para 2.400 cruzeiros, ao passo que os empresários reivindicavam um aumento de 42%, tomando por base o salário mínimo do Rio de Janeiro, que era de 1200 cruzeiros.¹⁶¹

O autor ainda afirma que a campanha foi desencadeada com o apoio do Ministério do Trabalho aos trabalhadores; por isso, os empresários mobilizavam-se, exigindo a destituição do titular daquela pasta. O documento, conhecido como o “Manifesto dos Coronéis”, fazia uma análise da situação econômico-financeira e nacional, apontando as consequências da má administração da coisa pública.

João Goulart, como ministro do Trabalho, passou a dialogar com trabalhadores e sindicalistas, apoiando a aproximação dos sindicalistas petebistas com os comunistas; propôs que os dirigentes sindicais, com o apoio do ministério, fiscalizassem o cumprimento das leis sociais nas empresas; patrocinou o Congresso da Previdência, possibilitando aos sindicalistas participassem da administração da Previdência Social. Enfim, na sua curta gestão como ministro do Trabalho, Goulart conquistou ainda mais popularidade.

Em consequência dessa popularidade, principalmente após ter anunciado a possibilidade de reajustar o salário mínimo em 100%, a oposição não mais aceitava a permanência de João Goulart como ministro do Trabalho e, em decorrência das manifestações no dia 22 de fevereiro de 1954, ele entregou ao presidente Getúlio Vargas o seu pedido de demissão. A conjuntura da atuação de Goulart como ministro é considerada inédita na vida política nacional pelas posições ideológicas que se debatiam no cenário político.

¹⁶¹ SILVA, Hélio. *O suicídio de Getúlio Vargas: 1951-1954*. 3. ed. São Paulo; Brasil, 2004. (História da República Brasileira). p.164.

Possivelmente, para evitar um confronto político e o consequente desgaste do governo, Jango acertou com Getúlio sua própria demissão, ocorrida em 22 de fevereiro de 1954 e recebida pelo movimento sindical com muita insatisfação e protestos. Ficou então patente que o prestígio de João Goulart entre os trabalhadores e o movimento sindical era enorme naquele momento; Jango não retornou à pasta, permanecendo, contudo, na presidência do PTB.¹⁶²

O ideário trabalhista articulado pelo PTB foi a bandeira defendida por João Goulart ao longo de sua atuação como ministro do Trabalho, com destaque para seu caráter conciliador. Apesar da desintegração interna no Partido Trabalhista brasileiro, João Goulart sofreu o golpe desferido pela oposição, que era composta pela elite conservadora, UDN, imprensa e militares da direita, por proporcionar abertura política às classes populares.

Pela análise de algumas notícias de jornais da época, entende-se que João Goulart foi golpeado pela oposição, para que não perseverasse no ideário social-reformista do PTB. Vale ressaltar que foi em razão das agitações nos meios oposicionistas que ele se decidiu pela demissão do Ministério do Trabalho, cujos reflexos afetaram diretamente o processo político e as classes populares.

Após a nomeação de João Goulart para ocupar o Ministério do Trabalho, em 17 de junho de 1953, Getúlio Vargas viu o foco da oposição direcionado para o seu ministro, uma vez que a ideologia trabalhista defendida por Goulart era a bandeira que visava fortalecer o governo, com o apoio das classes populares. E ao atacar os métodos, assim como as medidas populares da política desenvolvida por João Goulart, a oposição visava minar as bases do governo Getúlio Vargas.

Dessa forma, a saída de Goulart do ministério aparece registrada nas entrelinhas da história como mais um golpe das forças oposicionistas de plantão em

¹⁶² VILLA, Marco Antonio. *Jango um Perfil 1945-1964*. São Paulo; Globo, 2004. p. 51.

depor Getúlio Vargas da presidência da República por verem seus interesses ameaçados, principalmente pela diminuição da desigualdade social com medidas direcionadas às classes trabalhadoras. A história registra que após a saída de Goulart do Ministério do Trabalho, em 22 de fevereiro de 1954, após aproximadamente seis meses, Getúlio Vargas não conseguiu mais segurar as investidas da oposição política, o que se justifica pelas ações dos principais grupos opositores que, mascaradamente, agiam em prol da segurança do Brasil. Então, com a saída definitiva de Getúlio Vargas da política, as forças oposicionistas passaram a combater o seu herdeiro político, João Goulart.

Assim a saída de João Goulart do Ministério do Trabalho foi decorrência do fato de as classes dominantes não aceitarem perder seus privilégios e pela resistência à participação das classes populares na política. O golpe ao ministro do Trabalho João Goulart e a Getúlio Vargas presidente da República, em 1954, demonstra o poder de coesão das classes conservadoras e que conseguiram atingir um objetivo declarado desde antes de Vargas assumir o governo em 1951: depor Getúlio Vargas da presidência da República.

3. A IMPRENSA, OS MILITARES E A PRIMEIRA QUEDA DE JOÃO GOULART

A relevância em estudar o contexto de atuação da imprensa e dos militares durante o período em que João Goulart exerceu o cargo de ministro do Trabalho 1953-1954 deve-se ao entendimento de que esses órgãos atuaram na política e

influenciaram diretamente na gestão de João Goulart: a imprensa, pelo poder ideológico de formar opiniões, e os militares, pela condição de classe superior às demais e atuação imprescindível para a segurança do país, centrados no discurso de “Segurança Nacional”. Assim, a saída de Goulart do governo Getúlio Vargas apresentou-se como uma questão de segurança pública em face do perigo que representava para a economia e o prestígio das classes conservadoras.

3.1 Imprensa getulista: Última Hora

Getúlio Vargas necessitava de um meio de comunicação para divulgar seus planos de governo, seus discursos e, de certa forma, fortalecer o governo, por meio da propaganda e de notícias referentes à concessão de benefícios sociais ao trabalhador brasileiro e à industrialização do país, como também para contrabalançar a ação da declarada oposição política, a UDN, ao governo.

O jornal *Última Hora* foi fundado em junho de 1951 e circulou até 1971. Sua trajetória foi marcada pela inovação estética e temática, tendo sido um marco na história da imprensa. Criado e dirigido pelo jornalista Samuel Wainer, o *Última Hora* foi o único jornal brasileiro a ser publicado simultaneamente em sete cidades: Rio de Janeiro, São Paulo, Niterói, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e Recife. Apoiando os governos de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e Jango, articulou em suas páginas a discussão política e temas do *fait divers* e de forte apelo popular, como futebol, o cotidiano das cidades, movimento sindical, a criminalidade, rádio e cinema.

Ao aceitar concorrer às eleições de 1950, Getúlio Vargas não contava com o apoio da imprensa escrita de maior circulação do país. Assim, sua campanha política fora feita com a utilização de caminhões equipados com alto-falantes que percorriam

os mais distantes rincões para divulgar seu programa de governo.¹⁶³ Desde a campanha eleitoral a imprensa atacara violentamente as propostas políticas, econômicas e sociais de Getúlio Vargas, condenando o seu retorno ao poder, em razão do Estado Novo, quando se criara uma imagem negativa do perfil do ditador nos meios jornalísticos.

Basta ver que a Constituição de 1937 abolira a liberdade de expressão do pensamento e que todos os meios de comunicação e propaganda foram submetidos à censura. Nesse cenário de controle ideológico, foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), encarregado da propaganda e promoção do regime junto à população. Em decorrência da incompatibilidade da imprensa com Vargas, é interessante analisar a criação e a função do DIP durante o Estado Novo, porque foi órgão utilizado como instrumento para difundir a ideologia estadonovista de “pai dos pobres”, *slogan* criado com base na ideologia trabalhista e populista do governo Vargas.

Em qualquer regime, a propaganda política é estratégica para o exercício do poder, mas ela adquire uma força muito maior naqueles em que o Estado, graças ao monopólio dos meios de comunicação exerce censura rigorosa sobre o conjunto das informações e as manipula, procurando bloquear toda atividade espontânea e modelar os comportamentos coletivos.¹⁶⁴

Em meados de 1940, o governo passou a exigir registro dos jornais através do DIP, medida que desencadeou revolta por parte da categoria, além do fechamento de várias empresas jornalísticas.¹⁶⁵, O DIP foi responsável pela censura

¹⁶³ Ver imagem dos caminhões em campanha política de Vargas. In: CPDOC. FGV. Modulo 3 GV. Foto (177-29) RJ. Entre 09 de Agosto a 30 de setembro de 1950.

¹⁶⁴ CAPELATO, Maria Helena Rolim. Propaganda política no varguismo e peronismo: caminhos metodológicos In: GUAZELLI, Cezar Augusto Barcellos et al. (Org.) *Questões da teoria e metodologia da história*. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 2000. p. 63.

a órgãos de imprensa e veículos de comunicação, uma vez que era um instrumento estratégico na divulgação de ideologias patrióticas e de exaltação do trabalho. Para difundir as ideias nacionalistas entre os jovens o Estado tornou obrigatória a disciplina de Educação Moral e Cívica nas escolas.

Getúlio Vargas expressava em seus discursos que governava pela vontade popular, legitimada pelas urnas, apesar da articulação golpista anterior a sua posse e declaradamente contra o resultado eleitoral obtido por ele em 1951. A partir daí, com sucessivas conspirações nos principais meios de comunicação antigetulista, a imprensa buscava desestabilizar Getúlio Vargas, pois não o reconhecia como chefe constitucional do governo.

Dessa forma, a imprensa no Brasil esteve diretamente envolvida nos acontecimentos políticos da década de 1950, sendo um dos principais atores da conjuntura política do segundo governo Vargas, por desempenhar um papel político com fundo ideológico. Assim, realizou cobertura jornalística dos acontecimentos sociopolíticos e acompanhou a condução das principais crises que culminaram com o pedido de demissão do ministro do Trabalho João Goulart, em 22 de fevereiro de 1954, cujos reflexos desencadearam o fim do segundo governo Vargas (1951-1954).¹⁶⁶

Glaucio Ary Dillon Soares afirma que a participação dos meios de comunicação na política se faz presente desde a criação de um partido político, visto que a imprensa exerce um papel de disseminadora de tal ideologia para o grande público. Percebe-se que desde o básico da política, como a formação partidária, a imprensa caminha lado a lado com a política propriamente dita, divulgando, emitindo críticas e, também, direcionando interpretações conforme a linha do editorial. A relação da política com a imprensa apresenta certa dependência, ou seja, há

¹⁶⁶ GOMES, Ângela de Castro. Vargas e a crise dos anos 50. Rio de Janeiro. Relume-Dumará. 1994. p.24.

necessidade de vínculos para o seu fortalecimento, como também pode suscitar efeito contrário, pela dimensão do seu alcance e pelo teor das informações.¹⁶⁷

Para divulgar as realizações do governo, Vargas incentivou a criação da *Última Hora*, jornal inovador que introduziu uma série de técnicas de comunicação de massa até então desconhecidas no Brasil. O jornal foi gestado em razão da necessidade de Vargas contar com um meio de comunicação para divulgar seus planos de governo e rebater as constantes críticas da imprensa conservadora e antigetulista, como também se dirigir aos trabalhadores para a defesa e fortalecimento da democracia. Até esse período, os discursos de Getúlio Vargas chegavam até as classes trabalhadoras por meio de programas de rádio.

A *Última Hora* foi fundada para ser “a Volta Redonda da imprensa brasileira. O jornal *Última Hora* foi fundado ainda para servir de respaldo ao getulismo e junto à opinião pública. Segundo o próprio Samuel Wainer, seu objetivo era romper com a formação oligárquica da imprensa brasileira e dar início a um tipo de imprensa popular e independente.¹⁶⁸

Para a criação e funcionamento do *Última Hora* Samuel Wainer recorreu a empréstimos junto ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, conseguindo o investimento necessário. Para isso, Wainer contava com a sua experiência no ramo do jornalismo e, como fator decisivo e de grande relevância, com a amizade de Getúlio Vargas, que remontava ao período em que este esteve afastado da presidência da República em São Borja, por volta do ano de 1946.¹⁶⁹

¹⁶⁷ SOARES, *A democracia interrompida*, 2001. p. 65.

¹⁶⁸ Fonte: www.cpdoc.FGV.com.br/Biografias/DHBB. Acesso em: 26/09/09.

¹⁶⁹ Samuel Wainer: O fundador e proprietário de *Última Hora* até 1971 já era conhecido durante o Estado Novo pela atuação de sua revista *Diretrizes*, perseguida pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, e por seu desempenho como repórter dos Diários Associados. Samuel Wainer era um dos homens de confiança de Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, proprietário e presidente dessa cadeia e figura de destaque na imprensa brasileira nas décadas de 1940 e 1950.

O primeiro financiador privado para o negócio foi apresentado por José Jobim a Samuel Wainer. Era o então banqueiro Walter Moreira Salles, que mais tarde ganharia grande projeção na vida pública brasileira como embaixador do Brasil em Washington e duas vezes ministro da Fazenda. Dessa forma, Moreira Salles determinou que fossem emprestados dez mil contos a Wainer, garantidos pelas ações que ele iria adquirir de Aluísio Salles. Os dois outros financiadores foram procurados diretamente por Wainer e não hesitaram em lhe oferecer um empréstimo de dez mil contos cada, pois tinham profundas ligações políticas com governo de Vargas e alimentavam razoáveis ambições de ascensão na vida pública. O primeiro foi Ricardo Jaffet, então presidente do Banco do Brasil, mas pessoalmente diretor de um dos mais importantes grupos econômicos de São Paulo. O outro foi Evaldo Lodi, poderoso industrial mineiro, presidente da Confederação Nacional das Indústrias. Wainer, assim, tornou-se dono de uma empresa gráfica e de um prédio na Avenida Getúlio Vargas, os quais já estavam sensivelmente onerados por dívidas hipotecárias.¹⁷⁰

A conjuntura política que se delineava em torno do governo Vargas foi acometida pela exaltação após Vargas ordenar a criação de um jornal, e, sobretudo, convocar Samuel Wainer para participar de uma guerra com núcleo político-ideológico. A criação de um jornal dirigido por um jornalista sem condições financeiras e nem prestígio da sociedade e reconhecido pelos discursos e reportagens esquerdistas era um convite para bater de frente com a imprensa conservadora, uma vez que invadia um espaço pertencente à elite tradicional e intelectual da sociedade brasileira.

Ligado à União Democrática Nacional (UDN), e, portanto em decidida oposição a Getúlio Vargas, no início de 1949 Chateaubriand determinou a Wainer que obtivesse do ex-ditador, então retirado na estância de seu irmão Plutarco Vargas, no Rio Grande do Sul, uma entrevista. Desde meados de 1947, Getúlio vinha-se mantendo no mais absoluto mutismo, e seria indubitavelmente de grande efeito trazer suas declarações a público. Embora Samuel Wainer refutasse essa versão, consta que seu primeiro encontro com Vargas, ocorrido no mês de fevereiro, tinha por objetivo uma entrevista, de fato realizada e publicada em *O Jornal*, órgão líder dos Diários Associados. A matéria de Wainer, além de afirmar que Getúlio voltaria, "mas como líder de massas, e não de partidos", acrescentava que o ex-ditador lançaria o nome de Ademar de Barros como candidato às próximas eleições presidenciais. www.CPDOC.com.br/Biografias/DHBB. Acesso em: 26/09/09.

¹⁷⁰ SILVA, 1954: um tiro no coração, 2004. p. 184.

Ao mesmo tempo, entretanto, em que Vargas proporcionou a Wainer condições para intervir no mercado jornalístico, deixou margem para os adversários políticos explorarem esse apoio em defesa de seus interesses econômicos e políticos. Vargas pretendia estabelecer um canal de comunicação com as massas para consolidar a política trabalhista e contrabalançar as acusações da imprensa oposicionista. Nesse sentido, Samuel Wainer desenvolveu um jornal com característica da emergência, como revela o título *Última Hora*, extremamente alinhado com a política nacionalista de Vargas e contando com a publicidade oficial do governo.

O posicionamento de Samuel Wainer destacou se pelo comportamento de fidelidade que expressava ao atender os objetivos do governo Getúlio Vargas, e nesse mesmo contexto sócio-político da década de 1950, Wainer não desperdiçou a oportunidade de fortalecer o editorial *Última Hora* em nível nacional.

Barros afirma que em 12 de junho de 1951 chegava às bancas o primeiro exemplar da edição de oitenta mil exemplares do jornal *Última Hora*, exibindo na capa uma carta pessoal de Getúlio Vargas a Samuel Wainer, carimbando a linha do editorial. O sucesso com as vendas do exemplar se deveu ao estilo identificador e à inovação com esportes, assuntos policiais, política, crônicas, colunismo social, além de lances de notícias de última hora da sociedade. A adesão e expansão do jornal aconteciam após cada edição entregue às bancas.¹⁷¹ Gomes relata a respeito:

O jornal *Última Hora*, tinha a sua tiragem muito superior a *Tribuna da Imprensa*, independente de sua origem e razão de ser políticas, o jornal de Wainer representava o outro ponto extremo do espectro político/jornalístico da cobertura da crise, com seu apoio incondicional á figura de Vargas.¹⁷²

¹⁷¹ BARROS, Jeferson. *Golpe mata jornal: desafios de um tablóide popular numa sociedade conservadora*. Porto Alegre: JA editores. 1999. p.22.

¹⁷² GOMES, Ângela de Castro. *Vargas e a crise dos anos*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p.31

O editorial do *Última Hora*, com suas posições políticas, era mais uma estratégia de ação formatada por Vargas e funcionou durante o período em que o governo buscou mobilizar as massas que constituíam o “populismo brasileiro”, nacionalista, desenvolvimentista e democrático. Essa foi a forma trabalhada pela política naquele período, pois as decisões políticas são fruto das ações humanas e da influência do momento em que as relações sociais se fundam.

Entretanto, o ressentimento da década de 1940 estava vivo e fora revigorado com o decreto que exigia registro anual para a importação de papel de imprensa. Em 1951, em razão de Vargas apoiar e contribuir com recursos financeiros para a criação do jornal situacionista, o rancor da imprensa conservadora emergiu atingindo os alicerces do governo. Então, o ministro do Trabalho João Goulart passou a ser um dos alvos das críticas desferidas pela imprensa, principalmente pela sua política trabalhista, com características assistencialistas, pois desde a cogitação de seu nome para ocupar o cargo no MTIC no governo Vargas a imprensa já o atacava.

A oposição udenista tentava enfraquecer os apoiadores da política do governo Vargas, os militares nacionalistas e o jornal *Última Hora*. Dessa forma, o governo não contava com a cobertura da grande imprensa até o surgimento da *Última Hora*.

As operações que Wainer realizou estavam enquadradas nos costumes da época, das quais Getúlio jamais tomou conhecimento direto nem recebeu de Wainer informações mais detalhadas a respeito. Nem Alzira teve qualquer intervenção direta nessas transações. É claro que obter contratos antecipados de publicidade, mesmo que officiosos, conseguir seu desconto no Banco do Brasil, mesmo com os contratos vinculados como garantia, eram concessões não frequentes, mas a sua obtenção provinha unicamente do prestígio e da auréola que cercavam a personalidade de Vargas. Essa era uma prática tão tradicional na imprensa brasileira, até então dependente quase que exclusivamente de publicidade de produtos importados, que,

antes de o *Última Hora* ser lançado, tais operações pareciam normais a todo mundo.¹⁷³

A campanha contra o *Última Hora* não conseguiu silenciar o jornal, nem, menos ainda, alterar sua orientação editorial nacionalista e popular. Contudo, teve efeitos negativos porque prejudicou a imagem do periódico perante seu público. Em sua autodefesa, reduziu o espaço para a grande questão nacional, o que arranhou as relações entre Getúlio Vargas e Samuel Wainer.

A oposição referia-se ao *impeachment* de Vargas como o remédio legal para a solução dos problemas do país, e a votação foi realizada em 16 de junho de 1954. Como João Goulart não mais fazia parte do governo, os proponentes da UDN foram derrotados na Câmara, inclusive com voto de deputados udenistas: 136 contra 35. Logo, toda a agitação da oposição na tentativa de conseguir cassar os direitos do presidente da República mais uma vez fracassava.

Hélio Silva afirma que, à margem da Comissão Parlamentar, o jornalista e deputado Carlos Lacerda criara sua própria máquina de difamação, calúnias, insultos e acusações de toda espécie contra Wainer e Getúlio. Dispondo do tempo todo que desejasse na todo-poderosa Rádio Globo e na então monopolística Rede Tupi de Televisão, além de obter ampla cobertura de quase todos os jornais do país, impelidos pelo desejo de liquidar um incômodo concorrente, Lacerda realizou uma campanha de mobilização que superava mesmo as campanhas de seu mestre e inspirador, o senador MacCarthy. O Jornal Diário de Notícias:

Carlos Lacerda afirmou que de dois anos para cá a imprensa vem sofrendo poderosa pressão do poder econômico, ficando obrigada a render-se ou a corromper-se. Acentuou que o Banco do Brasil despejara nas mãos e dois aventureiros uma massa de dinheiro para criar uma imprensa fora dos

¹⁷³ SILVA, 1954: Um tiro no coração, 2004. p.187.

custos da produção obrigando, assim outra imprensa, formada por capitais privados, arruinar-se ou a capitular.¹⁷⁴

A notícia refere-se aos ataques de Carlos Lacerda ao empréstimo levantado pelo jornal *Última Hora*. Conforme Hélio Silva, tão odiosas proporções vinha assumindo a campanha que, aos poucos, atraía para o seu lado parte da Igreja, das classes produtoras e até mesmo o chamado *café societ*. E nada mais parecia poder conter a verdadeira avalanche em que se transformara a campanha liderada por Lacerda, que acabara por envolver a própria família de Wainer, gente modesta, humildes imigrantes, que estavam pagando injustamente pela suposta glória de seu filho e irmão.¹⁷⁵

Ao propor um aumento de 100% no salário mínimo, para horror da oposição conservadora, João Goulart foi duramente criticado por meio da imprensa, a qual se concentrava nas mãos de uma elite detentora do poder econômico, que exercia influência política, além do poder ideológico, e dos militares, que viam esta medida como uma ameaça à hierarquia e aos privilégios da classe. Na versão da elite, essa medida representava valorizar e elevar as classes populares para um patamar perigoso, pois ganhariam assim espaço e, com o tempo, conscientização e força em busca de seus direitos.

Dessa forma, a influência da imprensa na política já é consenso, principalmente quanto à saída de João Goulart do Ministério do Trabalho, em fevereiro de 1954, e, conseqüentemente, à desestabilização de Vargas do governo em agosto do mesmo ano. A atuação da mídia na política por meio do poder ideológico foi constantemente exercida ao longo da história política brasileira, assim como a participação dos militares na política.

¹⁷⁴ Jornal Diário de Notícias 16/06/1953: p.12.

¹⁷⁵ SILVA, 1954. Um tiro no coração, 2005, p.192.

A história desta rede nacional de jornais populares germinada em solo gaúcho, desde aquele encontro numa fazenda de São Borja entre o velho senador e o audacioso repórter, se confunde com a história do país, nas décadas de 50 e 60; e no grande embate ideológico e político que dividiu a sociedade brasileira em nacionalistas progressistas (esquerda) e entreguistas conservadores (direita). A rede UH, homogênea em suas posições políticas e em seu estilo jornalístico, funcionou durante o período que os sociólogos apodaram de populista, com pelo menos uma função de partido: o partido mobilizador de massas deste populismo brasileiro, nacionalista, desenvolvimentista e democrático.¹⁷⁶

O *Última Hora* foi criado graças à ousadia, ao talento e ao oportunismo político do jornalista Samuel Wainer, o qual desde o início foi atacado pela imprensa conservadora, que não aceitava que o governo tivesse financiado um jornal próprio para posicionar-se contra os demais meios de comunicação do país. Desde a sua fundação, Samuel Wainer, assim como o jornal *Última Hora*, foi alvo da oposição, que denunciava diretamente a corrupção do governo Vargas ao desviar dinheiro para investir em projeto de exaltação e de divulgação das suas ações.

Wainer apresentava Getúlio Vargas como o poder contra o poder, a contraditória figura política que, embora na presidência da República, empenhava-se em lutar contra a classe dirigente brasileira na qual estariam congregados os verdadeiros elementos do poder. *Última Hora* pretendia ser, portanto um jornal de oposição à classe dirigente e a favor de um governo que em última análise representava a tendência popular. Entretanto, ainda que tivesse procurado enfatizar as preocupações do povo – identificando-se assim com a própria política de Getúlio, - Wainer reconheceria mais tarde que seu jornal foi incapaz de atingir as camadas populares.¹⁷⁷

O empréstimo concedido ao jornal *Última Hora* contribuiu para o cerco de grande parte da imprensa ao governo Vargas e acirrou-se com o chamado “Caso

¹⁷⁶ BARROS, Jeferson. *Golpe mata jornal: desafios de um tablóide popular numa sociedade conservadora*. Porto Alegre: JA editores. 1999. p. 25.

¹⁷⁷ Fonte: WWW. Cpdoc.FGV.com.br /Biografias/DHBB. Pesquisa em: 26/09/09.

Última Hora”. Getúlio Vargas era acusado de favorecer a criação do jornal e a oposição contava com um trunfo nas mãos para especular sobre as ações de corrupção no governo. Com a criação do “seu jornal”, o ex-ditador atingia tanto como veículos quanto como opositores. A resposta da grande imprensa foi fulminante, assestando as suas baterias contra o incômodo concorrente no intuito de aniquilá-lo e, então, atingir o governo.¹⁷⁸

No dia primeiro de maio de 1954, apesar da ausência de João Goulart no Ministério do Trabalho, o presidente anunciou o reajuste do salário mínimo em 100%, afirmando ao país sua fidelidade com a própria política, que tinha em João Goulart seu fiel seguidor. A imprensa getulista defendia bravamente a participação popular na política em apoio à ideologia trabalhista de Getúlio Vargas. Com esta medida de elevar o salário mínimo, a oposição legitimou em 24 de agosto o golpe contra Getúlio Vargas.

A imprensa getulista trouxe para o cenário político o caráter popular de seu alinhamento informativo, que contribuía para definir seu estilo editorial na escolha e no tratamento dos assuntos reportados. Assim, o público interessava-se pela linha estilista diversificada do jornal *Última Hora* e por estar direcionado ao social.

A contribuição do *Última Hora* para o governo de Getúlio Vargas está atrelada à qualidade, ao oportunismo jornalístico, por ser um jornal com característica popular; também, e sobretudo, pela forma, não só pelo conteúdo. Mas ressalta-se que se fosse tão popular Lacerda não teria conseguido o apoio e a força da classe média. O jornal dirigido por Samuel Wainer apresentava pretensões ideológicas inovadoras e populares, com fundo político, defendendo firmemente a orientação trabalhista do governo Vargas. Esse era o principal objetivo da imprensa getulista, uma vez que os jornais varguistas, durante a atuação de João Goulart como ministro do Trabalho, representavam os interesses do governo.

¹⁷⁸ GOMES, *Vargas e a crise dos anos 50*, 1994. p. 29.

A historiografia registra que João Goulart, ao sair do Ministério do Trabalho, continuou atuando em defesa das classes sociais, com participação direta na política.

3.2 Imprensa antigetulista: *Tribuna da Imprensa*¹⁷⁹

O segundo governo Getúlio Vargas, 1951-1954, iniciou sob uma declarada oposição política, e um dos influentes atores políticos, com grandes tentáculos e poder ideológico de incutir na população a sua ideologia ou fazer representar os interesses das classes dominantes, era a imprensa antigetulista, que atuou incansavelmente para a consolidação do golpe ao ministro do Trabalho através de ações de difamação e acusações a João Goulart. Essa era a razão de existir da imprensa antigetulista, retirar Getúlio Vargas do poder da República para interromper o processo de ascensão popular que ameaçava os privilégios da elite e, conseqüentemente a ordem do país.

O jornal *Tribuna da Imprensa* foi criado em 1949 pelo político e jornalista Carlos Lacerda, apelidado de “O Corvo” pela virulência dos seus artigos contra o governo Vargas. Como nasceu especialmente para fazer oposição ao governo, os ataques do *Tribuna da Imprensa* eram implacáveis. Vale ressaltar que o jornal dirigido por Lacerda era um dos órgãos que formavam a imprensa antigetulista no período do segundo governo Vargas. (1951-1954).

¹⁷⁹ *Tribuna da Imprensa*: jornal carioca fundado em 27 de dezembro de 1949 pelo jornalista Carlos Lacerda. O nome do veículo deve-se à coluna “*Da Tribuna da Imprensa*” que Lacerda escreveu no *Correio da Manhã* de 1946 a 1949, quando foi afastado deste jornal mas manteve o direito ao nome.

Os jornais cariocas, assim como os paulistas, visavam atingir a política ideológica trabalhista desenvolvida por João Goulart e Getúlio Vargas. As críticas da imprensa ao governo Vargas eram muito mais de natureza política e administrativa do que econômica. O jornal *O Estado de S. Paulo*, por exemplo, não fazia críticas à política do ministro da Fazenda Horácio Lafer, industrial paulista que tinha grande prestígio junto ao jornal; suas críticas dirigiam-se à política econômica, à orientação nacionalista e às restrições ao capital estrangeiro adotadas pelo governo nacionalista de Getúlio Vargas.

A oposição a Vargas intensificou-se a partir de 1953 e teve na imprensa a liderança dos jornalistas Carlos Lacerda, proprietário do jornal *Tribuna da Imprensa*, e Assis Chateaubriand, dos Diários Associados. Carlos Lacerda utilizou, além do seu jornal, a Rádio Globo e a Rede Tupi de Televisão, esta pertencente aos Diários Associados, para atacar diretamente o governo com o objetivo de enfraquecer as bases do governo Vargas. Nessa mesma linha de pensamento, o ministro do Trabalho João Goulart era atacado por representar um dos alicerces da política trabalhista do governo Getúlio Vargas.

Dessa forma, ressalta-se a importância de pensar o espaço ocupado pela mídia na política durante o segundo governo Vargas, num verdadeiro combate que se travou por intermédio dos jornais *A Tribuna da Imprensa*, de propriedade de Carlos Lacerda, que era um dos jornais de oposição, e o *Última Hora*, de Samuel Wainer. No início da década de 1950, a grande imprensa brasileira compunha-se dos principais jornais cariocas, tendo à frente o *Correio da Manhã*, *Diários Associados*, contexto em que emergiu *O Globo*, comandado por Roberto Marinho. Nenhum desses informativos dava abertura, tampouco publicava notícias sobre o governo Getúlio Vargas.

Os jornais instigavam a opinião pública brasileira tentando prejudicar as relações diplomáticas entre Brasil e Argentina, com a preocupação de tornar conhecidos os mais diversos fatos que haviam levado Vargas e Perón a manter uma ligação extraoficial. Getúlio Vargas era acusado de traidor do povo, em razão do

acordo supostamente firmado com Perón antes de assumir o poder. Toda essa batalha jornalística de apoio e divergências liderada pelos jornais oposicionistas enfraqueceu as figuras de João Goulart e Getúlio Vargas perante o povo brasileiro.

Os jornais alardeavam que o líder argentino defendia uma integração econômica entre os países e planejava estendê-la aos demais países sul-americanos; assim, com a cooperação de Vargas, Perón poderia executar o seu projeto de dominar a América do Sul.¹⁸⁰ Nesse sentido, a imprensa oposicionista restringia as opiniões publicadas, de modo que o leitor acompanhasse o desenvolvimento dos fatos segundo uma ótica sensacionalista, ou seja, tornava-se impossível para o leitor formar uma opinião em razão do emaranhado de versões contraditórias.

A historiografia não apresenta elementos substanciais que comprovem o que a imprensa, assim como os militares, alardeava sobre os supostos planos entre o Brasil e Argentina. O pacto ABC era mais uma “carta na manga” da imprensa antigetulista, considerada um dos atores principais na articulação do golpe político preparado para a saída de João Goulart do Ministério do Trabalho e para atingir o objetivo de minar as bases do governo Vargas.

Por meio dos jornais desenvolveu-se todo um processo acusatório contra Getúlio Vargas e João Goulart, o qual revelou o que se passava nos bastidores da política brasileira, deu a conhecer, acusou e julgou os que exerciam o poder político da República. Essa era a forma ativa de participação da imprensa na política da década de 1950, principalmente na construção da conjuntura política nacional em que João Goulart foi duramente criticado e induzido a se afastar do MTIC.

De certa forma, o momento em que João Goulart pediu demissão do cargo de ministro do Trabalho ficou marcado na história do Brasil porque os reflexos deste

¹⁸⁰ ALMEIDA, Paulo Renan de. Perón, Vargas, Ibanez. Pacto ABC. Raízes do Mercosul. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998. p.37.

fato atingiram as classes populares, os trabalhadores brasileiros, aos quais ele proporcionara a conscientização para a participação na política, assim como para a reivindicação de seus direitos. Na concepção de Gomes: “Durante todo o segundo governo Vargas, praticamente todos os jornais de maior circulação iriam perseguir esse objetivo de minar as bases do getulismo, mas sem êxito.”¹⁸¹

Se a imprensa, desde 1930, apresentava-se ressentida com Vargas, em 1950 reforçou a sua oposição ao não obter êxito com as artimanhas políticas das forças oposicionistas para assumir o poder. A imprensa conseguiu um trunfo com o escândalo do jornal *Última Hora*, pois Getúlio Vargas era acusado de incentivar e favorecer a criação do inovador jornal de Samuel Wainer, privilegiando a ação de um jornalista e, concomitantemente, rompendo com o acesso fechado das empresas jornalísticas.

Com a atitude de criar um jornal para “si”, Vargas atingia diretamente os opositores políticos e, ao mesmo tempo, concorria de forma desleal no mercado da notícia. Por isso, a grande imprensa utilizou-se desse acontecimento para frear a intervenção de Vargas no meio jornalístico, movida pelo ressentimento de um contexto passado e diante de ameaça de um forte concorrente. A saída planejada pela imprensa oficial seria apurar as denúncias da ligação de Vargas com o jornal *Última Hora* e interromper os seus planos, revertendo-os para derrubá-lo do poder.

Ao longo do governo Vargas, a *Tribuna da Imprensa* tornou-se porta-voz da oposição, encabeçando os mais violentos ataques ao governo. A partir de 1951 Lacerda liderou uma campanha contra o jornal *Última Hora*, de propriedade de Samuel Wainer, acusando-o de ter conseguido ilicitamente um financiamento do Banco do Brasil de quase 250 milhões de cruzeiros; explicitamente, referia-se ao caso como um fenômeno de corrupção.

¹⁸¹ GOMES, *Vargas e a crise dos anos 50*, 1994. p. 28.

Em abril de 1953, com a finalidade de apurar o favorecimento ilícito do governo para com a empresa, foi instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do caso *Última Hora*. A situação de extrema divergência entre Vargas e a imprensa foi aprofundada com o resultado da CPI, pois a oposição divulgava que no governo Vargas predominavam a impunidade e a corrupção. Contudo, a comissão, controlada pela UDN, procurou sem êxito elementos que provassem o envolvimento de Vargas em crime de favorecimento àquele jornal e abrissem, dessa forma, a possibilidade de um *impeachment* do presidente Vargas.

A incansável oposição, por meio dos principais jornais da época, privilegiava o noticiário internacional, deixando o cotidiano nacional de lado; assim, as notícias referentes à situação econômica e política do Brasil eram divulgadas em forma de crítica ao governo Vargas. Interpreta-se que a imprensa também tinha objetivos claros referentes ao governo Vargas, uma vez que nos meios de comunicação grupos elitistas e opositores lançavam mão do discurso ideológico para enfraquecer a credibilidade do governo. A ação desses poderosos atores políticos era contra o modelo que Vargas lutava para impor, do qual João Goulart era um dos referenciais, por ser originário da corrente pragmático-getulista; logo, deveria ser atingido e derrubado.

Os ataques da imprensa ao governo Vargas eram severos, tanto que qualquer fato que surgisse contra o governo era explorado com exaustão, contribuindo para o clima de acusação, confronto e provocação explícita. A imprensa era a porta-voz da ofensiva da oposição a Getúlio Vargas, tendo como articulador Carlos Lacerda.

A tribuna era um jornal de pequena circulação relativa, dirigido basicamente a um público cujo consumo jornalístico já era indicativo de seu posicionamento no espectro político da época. A rigor, a Tribuna tinha sua

razão de ser ancorada simplesmente no fato de ser Jornal de Lacerda, sem vida própria, independente do uso político que seu diretor fazia dele.¹⁸²

Os jornais, por meio do discurso pautado na lei, defendiam o golpismo não declarado. Dentre esses figuravam o *Diário Carioca*, o *Diário de Notícias*, *O Estado de São Paulo* e o *Correio da Manhã*, que exerceram dura oposição ao governo Vargas e sobretudo, às ações políticas e populares de João Goulart no ministério do Trabalho no contexto do segundo governo Vargas. Gomes afirma que a imprensa pregava que um presidente sem autoridade política conduziria o país ao caos. Dessa forma, foi uma das forças responsáveis por desencadear a saída de João Goulart do cargo de ministro do Trabalho em fevereiro de 1954¹⁸³.

Ao analisar a trajetória política de João Goulart desde a fundação do PTB, não é difícil constatar que muito antes de ocupar a pasta do Trabalho ele já era rechaçado por boa parte da elite conservadora brasileira. Prova disso foi a tumultuada permanência no Ministério do Trabalho em consequência da sua ligação direta com Getúlio Vargas, desde a iniciação partidária como seguidor da mesma ideologia política.

Gomes chama atenção sobre o comportamento dos jornais antigetulistas e ressalta:

O cerco a Getúlio, que atribui basicamente a uma campanha sistemática da imprensa da época, procurando atingir diretamente João Goulart, em razão da sua política popular. É preciso, contudo, atentar para os outros atores políticos e detalhes desta intervenção ou intermediação, como a “ala golpista dos militares”, a elite conservadora, a UDN e o capital estrangeiro.¹⁸⁴

¹⁸² GOMES, *Vargas e a crise dos anos 50*, 1994. p. 30.

¹⁸³ Idem, p. 32.

¹⁸⁴ GOMES, *Vargas e a crise dos anos 50*, 1994. p.35.

Existem outros índices de atuação estratégica dos diferentes jornais no confronto. A questão fundamental da manutenção da unidade das Forças Armadas aparece com destaque nos noticiários e pode nos servir também como um indicador do modo pelo qual os jornais procuraram intermediar o processo de resolução do impasse político. É importante observar que nesse acontecimento os principais órgãos de imprensa, com algumas exceções, atuaram decisivamente tanto na formação de um consenso a respeito da inviabilidade política e moral da preservação do mandato de Getúlio Vargas, como no direcionamento da política da época. A imprensa fez um apelo no sentido da manutenção da ordem constitucional, ou seja, do respeito à lei, pedindo a renúncia de Vargas, mas também a continuidade constitucional pela posse do vice-presidente.

Um dos destaques dados pelos jornais era, de um lado, a palavra de ordem referida à manutenção da ordem hierárquica e da disciplina e, de outro, a honra das corporações e as exigências da consciência nacional em busca de justiça. Dessa forma, o trabalho da imprensa oposicionista foi claro e intenso na construção de um perfil anti-Jango na década de 1950 no Brasil.

Através dos meios de comunicação atribuíam-se a João Goulart a incompetência, a fraqueza perante o contexto político e econômico da época, imagem, que buscava a sua descredibilidade perante a opinião pública. Ainda, alertava-se para o perigo que ele representava para o país, pela associação com o comunismo, em razão da aproximação com as classes populares.

As consequências do cerco da imprensa a Getúlio Vargas durante o segundo governo afetaram diretamente João Goulart como ministro do Trabalho, o governo e a sociedade em geral, tanto que o perfil de João Goulart construído por uma boa parte dos historiadores está impregnado por juízos de valores decorrentes da imprensa anti-Jango. Assim, em decorrência da pouca atenção que a historiografia brasileira tem dado a esse contexto da saída de João Goulart do Ministério do Trabalho em fevereiro de 1954, justifica-se a relevância e o ineditismo

desta pesquisa, que busca descobrir o que está encoberto e justificar, por meio do referencial teórico, a exaltação das classes populares á política de Getúlio Vargas e João Goulart.

A imprensa pré-queda de João Goulart é a responsável pela delineação do perfil anti-Jango. João Goulart foi deposto como ministro do Trabalho pela ação da imprensa antigetulista, principalmente pelo jornal *Tribuna da Imprensa*, que nasceu com o propósito de combater Vargas, assim como os demais periódicos oposicionistas liderados pela elite da UDN. A saída de João Goulart foi resultado da ação de grupos políticos conservadores golpistas que, desde a proclamação da República, almejavam conquistar o poder da nação.

Gomes chama a atenção para um dos atores mais diretamente envolvidos, tanto conjuntural quanto estruturalmente, nos grandes processos de transformações políticas e socioculturais da sociedade brasileira, o qual, de modo geral, segue negligenciado pela pesquisa histórica, que é a imprensa.¹⁸⁵ Hoje, talvez mais do que em qualquer outro momento de nossa história, o papel político da imprensa na cobertura e na própria condução das principais crises políticas apresenta-se com clareza cada vez maior.

Quanto à atuação de João Goulart no Ministério do Trabalho e a imprensa antigetulista, Bandeira conclui:

Durante oito meses, todos os dias, jornais burgueses, vinculados pela publicidade aos interesses das corporações internacionais, intrigaram-no e agrediram-no. A *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda, orquestrava o coro, possivelmente financiada pela CIA, acusando-o de pretender, com Vargas, implantar no Brasil uma República Sindicalista, ao estilo de Perón. Os ataques recrudesceram quando ele sugeriu a elevação de 100% para os salários mínimos que vigoraram na época. E a campanha, primeira etapa do golpe para a deposição de Vargas, culminou com um memorial, assinado por inúmeros Coronéis e Tenentes Coronéis, exorcizando o “comunismo solerte” e condenando a medida anunciada, sob a alegação de que

¹⁸⁵ GOMES, *Vargas e a crise dos anos 50*, 1994. p.24.

subverteria os valores profissionais. Goulart caiu. Mas, segundo ele próprio salientou, não se deixaria intimidar com o descontentamento que sua conduta provocara naqueles que vivem acumulando lucros á custa do suor alheio.¹⁸⁶

A imprensa oposicionista acusava João Goulart de corrupção, de se aliar com comunistas as acusações e denúncias que objetivavam denegrir a imagem de João Goulart perante a população e, principalmente, intrigá-lo com as Forças Armadas, cuja incumbência era zelar pela segurança nacional do país. Contudo, o que se percebe é que a imprensa antigetulista visava atingir a organização sindical em razão do forte instrumento de mobilização em que haviam se tornado os sindicatos, considerados uma “ameaça”. Significava a participação das classes operárias no espaço político elitista, pois as classes operárias lutavam por representação na política brasileira. Assim, os ataques a João Goulart deviam-se ao fato de ser considerado um getulista e, sobretudo, por sua atuação política nos meios populares e sindicais.

Por fim, com base nas ações da imprensa, fica claro que os jornais antivarguistas durante a gestão de João Goulart no Ministério do Trabalho, de junho de 1953 a fevereiro de 1954, apresentaram-se como os esclarecedores do povo iludido pela política demagógica praticada pelo jovem discípulo de Getúlio Vargas e rico estancieiro João Goulart. Para a imprensa conservadora, a gestão de João Goulart em meio a uma conjuntura de grave crise política, envolvendo reivindicações de trabalhadores, elevação do salário mínimo e ascensão das classes populares na política, significava a oportunidade para enfraquecer a ideologia getulista trabalhista.

¹⁸⁶ BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973. p.31.

3.3 A ala golpista das Forças Armadas, a ESG e o Memorial dos Coronéis

Para compreender a queda de João Goulart do Ministério do Trabalho torna-se imprescindível analisar a atuação da ala golpista das Forças Armadas na política, assim como a influência da ESG na formação superior e ideológica dos militares e a importância da elaboração do documento denominado de “Memorial dos Coronéis”, para a consolidação do golpe contra João Goulart e as classes populares.

Os militares sentiram a necessidade de ter um planejamento em longo prazo, visando não separar a soberania nacional da americana. O Exército, principalmente a “ala golpista”, pregava um discurso em que apresentava uma visão conjunta da soberania nacional com a internacional.

Na década de 1950, as fileiras do Exército não eram compostas tão somente por forças golpistas, pois contavam com a nova oficialidade, como também correntes liberais e de esquerda já estavam presentes na sociedade. Esses grupos se posicionaram a favor da política nacionalista, como na criação da Petrobras.

As forças armadas teriam acompanhado facilmente o nacionalismo econômico e o industrialismo de Vargas não fosse a sua face populista. Talvez tenha sido antes, o desencontro político que levou ao divórcio. As forças armadas embriagadas pelo poder que tinham adquirido e obcecadas pelo anticomunismo, foram incapazes de aceitar a competição de novos atores e o conflito democrático. Vargas, em seu segundo governo, assim como João Goulart mais tarde, foi incapaz de entender as características da nova organização militar que ajudara a criar, não mais manipulável por meio de cooptação de generais. Que tenha existido foi uma infelicidade para o país, na medida em que impossibilitou o estabelecimento de um processo de modernização econômico menos concentrador e um processo de democratização mais acelerado.¹⁸⁷

¹⁸⁷ D'ARAÚJO, Maria Celina. (org.) *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ: Fundação Getúlio Vargas, p. 81.

O debate sobre a possibilidade da exploração de petróleo brasileiro realizava-se no Clube Militar desde 1947. Nesses debates se sobressaíam duas teses: de um lado, posicionavam-se os defensores do monopólio estatal e sobre todas as fases de exploração do petróleo, como pesquisa lavra beneficiamento, transporte, distribuição; de outro, a ala golpista das forças militares, que defendia a entrega da exploração do petróleo nacional aos trustes internacionais, seja por concessões diretas, seja por meio de sociedades mistas com ativa participação do capital estrangeiro.

O general Juarez Távora, integrante da ala golpista das Forças Armadas, defendia a concessão a empresas estrangeiras de grandes áreas territoriais para a pesquisa e exploração do petróleo e a exigência de contribuírem para a instalação de refinarias, destinadas a abastecer o mercado interno do Brasil.¹⁸⁸ Por sua vez, o general Júlio Caetano Horta Barbosa era defensor do monopólio absoluto do Estado e integrante das Forças Armadas que apoiavam a não interferência estrangeira no país. Em torno dessas duas posições se delinearam as eleições para a diretoria do Clube Militar em maio de 1950. O grupo dos nacionalistas defendia a questão do petróleo por relacioná-lo com a defesa da soberania nacional, considerando-o de fundamental importância para o desenvolvimento econômico do país, bem como para as Forças Armadas desempenharem suas funções em defesa da pátria.

O posicionamento de Horta Barbosa estava atrelado à tradição nacionalista que vinha desde 1927 e 1930, amparado pelo Código de Minas, de 1934, pelo qual

¹⁸⁸ General Juarez Távora: Nasceu no município de Jaguamirim, atual Jaguaribe (CE), Em 1898. Cursou a Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro. Em julho de 1932, participou do levante armado então deflagrado contra o governo federal, tendo sido preso nessa ocasião. No início de 1936, ingressou na Escola de Estado Maior do Exército, concluindo seu curso em fins de 1938. Durante a Segunda Guerra Mundial tomou parte na organização da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Em 1945 voltou às atividades políticas filiando-se a União Democrática (UDN), partido que reunia elementos que se haviam opostos à ditadura do Estado Novo. Em 1946 atingiu a patente de General. A partir do ano seguinte envolveu-se no debate em torno do petróleo, defendendo a participação do capital estrangeiro em sua exploração e travando acirrada polêmica com grupos nacionalistas das Forças Armadas. Em setembro de 1952 assumiu a direção da Escola Superior de Guerra (ESG). Em janeiro de 1954, foi eleito vice-presidente do Clube Militar, ao mesmo tempo em que apoiava o movimento exigia a renúncia de Vargas. WWW.Cpdoc.FGV.com. A Era Vargas. Acesso em: 16/09/09.

se estabeleceu o monopólio de Estado sobre o subsolo brasileiro, instaurado com a Constituição de 1º de julho de 1934. Por defender a tese do monopólio de Estado Horta Barbosa consagrou-se como o patrono do nacionalismo. Referindo-se ao relatório da Comissão de Estudos da Comissão do petróleo, afirmava:

Nas mãos do estado, essa riqueza pode constituir fonte de trabalho e de novas riquezas, energia barata, baixa dos preços da produção e do transporte, enriquecimento nacional, elemento de independência econômica e de defesa do país. Nas mãos dos trustes, ela representaria como na Venezuela e no Oriente Médio a drenagem de riqueza para o exterior, domínio sobre novos setores da economia.¹⁸⁹

A defesa do nacionalismo pela maior parte da população contrariava a “ala golpista” das Forças Armadas, que se posicionavam contrárias ao nacionalismo. Esta era constituída por indivíduos considerados ideologicamente oriundos da ESG, o que justifica o fato de grupos de militares apoiarem a articulação em torno da saída de João Goulart do Ministério do Trabalho, embasados na Doutrina da Segurança Nacional. As várias investidas de golpe programadas pelos militares foram articuladas com forças políticas nacionais e internacionais, apoiada na DSN.

Na opinião do Coronel Salvador Correa de Sá e Benevides, a ação antinacional dos trustes encarregava-se de trabalhar ideologicamente que não seria possível a exploração do petróleo brasileiro sem o conhecimento específico dos grupos estrangeiros. A primeira condição para isso seria fazer acreditar que, sem eles não é possível a exploração de nosso petróleo. Daí o argumento que a imprensa a serviço dos trustes repete continuamente e que podem ser resumidos assim.¹⁹⁰

¹⁸⁹ CARONE, Edgard. *A Quarta República (1945-1964)* São Paulo: Difel, 1980. p. 543. (Obs: A nota que se trata, refere-se ao relatório de uma comissão do Clube Militar que foi integralmente transcrito por Edgard Carone).

¹⁹⁰ CARONE, *A Quarta República (1945-1964)*, 1980, p. 546.

Por meio da imprensa antigetulista argumentos eram lançados intensivamente, dando a entender que o país não teria condições de explorar a riqueza petrolífera sem o apoio e a experiência do capital estrangeiro. A ênfase do segundo governo Vargas na industrialização recaía exatamente sobre a necessidade da defesa nacional.

Vejam-se as declarações do general ministro da Guerra e do general comandante da Zona Militar do Leste e 1º Região Militar, realizadas diante do contexto de inquietude em que todos os brasileiros sofriam com a ameaça de participação do país na guerra da Coreia. Principalmente diante da angústia de familiares, o general Ciro do Espírito Santo Cardoso declarou:

E, aqui impõe-se situar bem o dever que nos cabe, a nós militares, como cidadãos brasileiros, de pensar e firmar opinião sobre os problemas que interessam á vida, a independência e ao futuro de nosso povo, todos eles intimamente entrelaçados ás questões da defesa nacional e ás condições essenciais de que depende o cumprimento de nossa missão de soldados. Isso quer dizer, antes de tudo, que o fato de sermos militares não nos tira a condição de cidadãos, condição que nos impõe o dever sagrado de analisar os acontecimentos políticos externos e internos, para poder discernir o grau de sua justeza, sempre em função do interesse nacional e dos sentimentos da maioria da população. É útil recordar que não estamos aqui definindo um dever ou um direito reivindicando em primeira mão. A história de nossas Forças Armadas, sobretudo nos últimos cem anos, é em grande parte, a afirmação altiva e a conquista corajosa desse direito, o cumprimento desse dever.¹⁹¹

A Escola Superior de Guerra preparava indivíduos destinados a desenvolver e consolidar conhecimentos sobre planejamento da Segurança Nacional. O Curso Superior de Guerra formava turmas de militares para atuarem na sociedade, nas áreas do Exército, Marinha e Aeronáutica. A ESG é considerada o centro irradiador do projeto político-militar para o desenvolvimento do Brasil, por meio de um grupo de

¹⁹¹ CARONE, Edgard. *A Quarta República (1945-1964)*. São Paulo, Difel, 1980. p. 554.

militares que se destacou no interior das Forças Armadas desenvolvendo estudos estratégicos para o progresso do país. Svartman afirma que “este projeto se definia por uma organização de cunho autoritário para o país que possibilitava a identificação dos interesses das forças armadas com o Estado Nacional”.¹⁹²

A ESG era formada pela elite civil e militar e buscava implantar uma política de esforços em torno das dificuldades que ameaçavam a segurança, sendo a única responsável por desenvolver estratégias de segurança para o país. Com essa prática de desenvolver estratégias de segurança, os militares não separavam o campo político do social. Dessa forma, estavam voltados para a interpretação dos fatores políticos, econômicos, sociais e militares que integram e condicionam uma política de segurança nacional. Por meio da ESG, da formação militar e do ensino militar brasileiro, eram transmitidos os princípios de atuação para o Brasil atingir os objetivos nacionais, centrados na segurança e no desenvolvimento, considerados como permanentes na doutrina esguiana.

Ao longo da formação dos indivíduos na ESG, ocorria a preparação em forma de análise e acompanhamento da realidade política brasileira, pois a escola fornecia experiências no campo político propriamente dito. A ESG tornou-se um espaço de formulação e difusão doutrinária no que concerne a assuntos de segurança nacional.

Na Escola Superior de Guerra eram ministrados o Curso Superior de Guerra, o Curso de Estado Maior e Comando das Forças Armadas e outros, que, de acordo com a lei nº 785, de 20 de agosto de 1949, foram instituídos pelo Poder Executivo. Não se pretende definir conceitualmente segurança nacional, mas entende-se que é imprescindível à existência das relações sociais e para o desenvolvimento da sociedade enquanto parte integrante da nação. A ESG concebia a manutenção da segurança como um processo contínuo e incessante, uma vez que a conservação

¹⁹² SVARTMAN, Eduardo Munhoz. *Os guardiões da nação: formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964*. UFRGS, Porto Alegre, 2006.p. 20.

de um estado razoável de segurança nacional é um problema que exige permanente administração, pois sempre haverá interesses contrários a ameaçar a soberania e a liberdade, circunstâncias que afetam diretamente a economia, bem como as instituições de um país.

Os militares, durante o governo Vargas, participaram como cidadãos ativos das discussões sociopolíticas do país, além de mobilizarem a categoria. Sua atuação ocorreu nas discussões em torno do monopólio do petróleo, nas eleições do Clube Militar, como também na articulação visando à saída de João Goulart do Ministério do Trabalho e à deposição de Getúlio Vargas do poder. A conspiração golpista refletia-se no comportamento do grupo denominado “ala golpista” integrante da ESG, nos constantes ataques às ações políticas do governo brasileiro, principalmente pelo intensivo combate às práticas populistas e demagógicas atribuídas a João Goulart, além da ameaça do comunismo que rondava as instituições brasileiras.

Assim, os militares da direita, interpretados como “ala golpista”, por desenvolverem atividades para depor Getúlio Vargas do poder e, conseqüentemente, João Goulart do Ministério do Trabalho em fevereiro de 1954, reivindicavam a modernização dos equipamentos bélicos e melhores condições para as instalações militares no país, melhores salários e a permanência do alto padrão de vida da categoria no país. Svartman apresenta um breve panorama da atuação dos militares na política da década de 1950:

Ao mesmo tempo, esse engajamento nos embates políticos em favor da Cruzada Democrática, da abertura da exploração do Petróleo ao capital internacional, da oposição golpista a Getúlio Vargas e ao seu principal herdeiro político – João Goulart-, que operou como um importante rol de experiências para o reforço dos laços de solidariedade e de identidade desse grupo, de maneira que, para eles, as lutas políticas tiveram um caráter constitutivo, unificando o discurso e sedimentando as formas por eles consideradas legítimas de se pensar e de fazer política de modo que atualizaram velhos laços de “camaradagem” e estabeleceram novas

alianças importantes para as sucessivas conspirações que redundaram na derrubada do governo João Goulart.¹⁹³

Ao analisar a história e interpretar alguns autores com participação na política, percebe-se que a trajetória dos militares remonta ao período colonial, ou seja, a participação dos militares na política não é algo da década de 1950, tampouco da década de 1960. Com o discurso sempre voltado à defesa e garantia da soberania nacional, os militares conquistaram espaço e *status* na sociedade, pois faziam parte da elite; assim, combatiam severamente a doutrina trabalhista por se sentirem ameaçados no poder conquistado com a ascensão das camadas populares. Pelo alto grau de autonomia que detinham e, principalmente, por acompanharem e estudarem o contexto sociopolítico e estratégias de comando, pode-se afirmar que esses atores políticos agiam por interesses próprios, em defesa de ideias e de um comando para um país extremamente militar.

Para melhor entender a participação da “ala golpista” das forças militares na deposição de João Goulart do Ministério do Trabalho, é imprescindível conhecer a participação dos militares na política, visto que é consenso que eles participaram de forma atuante e que almejavam a tomada do poder da República por meio de golpe militar. De fato, no próprio conteúdo de formação da ESG apresentava-se a preocupação de trabalhar o contexto político nacional.

De forma indireta, os militares atuavam na política e a sua capacitação estava voltada para ocupar o poder da nação brasileira, ou seja, almejavam ir além de suas atribuições para com a segurança nacional; buscavam estender, ou melhor, impor a capacidade de governo militar, indissociável da ideia de progresso, sobre o território brasileiro.

¹⁹³ SVARTMAN, *Os guardiões da nação*. Formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964, 2006. p.185.

Os militares, no contexto da década de 1950, apresentavam-se com o discurso de que eram a única classe nacional capaz de planejar o progresso, cujo conceito significa avanço do conhecimento, das tecnologias, transformações econômicas e sociais, com vistas à construção de um futuro melhor, apesar de não considerar que a propriedade de uns representa a perda da terra, a pobreza e a fome dos outros.

Paralelamente, a UDN mantém contatos estreitos com militares, que são intensificados a partir da gestão Goulart no Ministério do Trabalho. apesar das divergências internas, a UDN consegue manter, segundo Benevides, uma identidade comum expressa principalmente através do antigetulismo, mas também do anticomunismo, do moralismo, do elitismo e do antiestatismo. Consegue, além do mais, manter uma retórica em prol das conquistas liberais, que na prática é transformada, historicamente, numa atuação golpista e de apelo às armas. No cerne desse comportamento está à preocupação popular e reservar a direção do processo político aos grupos que considera mais bem preparados para assumir as tarefas de governo. A UDN sustenta a crença na capacidade superior das elites, bem como no despreparo político e na imaturidade do povo, que o deixariam na condição de ser educado e conduzido.¹⁹⁴

Segundo Golbery do Couto e Silva, para que o destino de grandeza do Brasil fosse cumprido era preciso humanizar, civilizar, integrar e valorizar o seu imenso território, em grande parte ainda inaproveitado e deserto. De acordo com a perspectiva geopolítica militar defendida por Golbery, a vasta e despovoada Amazônia tinha um papel importante a desempenhar nos sonhos da grandeza nacional, do “Brasil” como grande potência. Uma política de integração que ligasse a Amazônia ao resto do país era fortemente recomendada. Assim, inspirados em Golbery, os militares colocaram em prática medidas combinadas de segurança e de desenvolvimento da região, em consonância com a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) por eles defendida.

¹⁹⁴ D'ARAÚJO, *O segundo governo Vargas 1951-1954*, 1992. p. 124.

A Doutrina de Segurança Nacional é um conjunto de ideias, isto é, de justificativas consideradas necessárias para convencer a sociedade da pertinência e da necessidade de estratégias e ações militares voltadas para a garantia da “segurança nacional”. A população que defendia o nacionalismo, ao mesmo tempo, mostrava-se receosa em relação à capacidade dos trustes em explorar as riquezas nacionais, pois é preciso recordar os fracassos e a transitoriedade dos empreendimentos estrangeiros em nosso país, o caráter profundamente parasitário e extorsivo de suas aplicações e que seus interesses não estão centrados na colaboração, mas no controle absoluto das jazidas e riquezas nacionais.

Os países estrangeiros não estariam preocupados com a situação de instabilidade econômica e política do Brasil, e a contribuição dos trustes visava obter resultados positivos para eles próprios. O comportamento da “ala golpista” do Exército era justificado pelos “cidadãos, políticos de farda”, que trabalhavam em prol do desenvolvimento e, conseqüentemente, do progresso do país.

O controle dos conflitos sociais pela “ala golpista” do Exército visava opor obstáculos ao desenvolvimento capitalista, ou melhor, à modernização econômica do país, proposta pelo governo. Com tal discurso, as Forças Armadas justificavam o autoritarismo ou a imposição de suas práticas à população, apresentando-se como a única instituição capaz de manter a ordem e viabilizar o desenvolvimento e as mudanças sociais que deveriam ocorrer no Brasil.

Portanto, a ESG, além de funcionar como um centro de educação para a formação militar era o espaço em que se debatia e se articulava a política civil. O pensamento esguiano pregava o exercício do governo pelos militares, pois eles teriam a capacidade exigida, em vista de sua formação, para exercer o comando do país, sem a participação popular e aliada ao capital internacional. Contudo, entende-se que a ESG é um órgão do Exército e prega uma doutrina autoritária de modernização conservadora.

Dessa forma, percebe-se que, se os militares discutiam a política nacional, certamente havia uma preocupação de intervenção por esta classe, detentora de um

elitismo e conhecimento científico. Rocha cita que “essa diversidade de influências era orquestrada a partir da convergência em torno da intenção da doutrina da escola de eliminar duas ideias-chave: o conflito e a contradição, entendidos como desagregadores da sociedade”.¹⁹⁵

Os militares foram atores políticos por debaterem a política e prepararem planos de governo para conduzir o país. Dessa forma, a articulação política dos membros da ESG estava expressa principalmente na ideologia militar, como também no seu modo de agir, tendo como característica a doutrina autoritária de Segurança Nacional. O engajamento de militares na política contou com estratégias específicas para as Forças Armadas disputarem o poder com outros partidos e exercerem o verdadeiro papel do Exército na sociedade. Além de serem portadores de um elevado grau de preparo intelectual, o engajamento dos “políticos fardados” na esfera política os legitimava a programar uma modernização nacional por vias centralizadoras e autoritárias, uma vez que combatiam o nacional-populismo como comunista.

As classes armadas delineavam-se com o descontentamento e as inquietações entre os quadros permanentes e semipermanentes, sobretudo nos postos menos elevados, onde se instalou uma crise de confiança nos chefes hierárquicos. A disciplina na ideologia militar foi uma das formas de atacar a subversão e a ameaça do comunismo. A campanha de recuperação e fortalecimento das classes armadas resultaria nos elevados padrões de eficiência e de moralidade, com profissionalismo e dedicação patriótica, características específicas da classe militar da nação.

As Forças Armadas anunciavam que sérios problemas, com causas profundas e reais, provocavam a crise que se alojara no âmbito das forças governamentais e políticas. Com esses argumentos, reivindicavam melhor

¹⁹⁵ ROCHA, Maria S. de Moraes. In: SVARTMAN, *Os guardiões da nação*. Formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964, 2006. p. 21.

reaparelhamento, justificado pela ameaça do comunismo que rondava o país. Dessa forma, a permanência de João Goulart no Ministério do Trabalho era usada pelos militares opositores como uma grave ameaça ao país, principalmente por o relacionarem com o comunismo. Esse pretexto foi difundido durante o governo Vargas para a legitimação do golpe pela oposição, que visava à desestabilização do ministro e do presidente da República.

Portanto, a intranquilidade dos militares não estava restrita somente à preocupação com a segurança nacional, mas envolvia a ameaça à manutenção do seu padrão de vida pela crescente inflação, que afetava a posição social da classe, além da acarretar descredibilidade na instituição. A elaboração do Memorial dos Coronéis surgiu num contexto em que os militares mostravam-se alarmados diante das perspectivas assustadoras para os altos cargos de chefias militares. A ala golpista do Exército sentiu-se ameaçada em seu *status*, como categoria elitista, intelectual e de grande relevância na sociedade, pois a disciplina e a hierarquia são estruturantes em qualquer organização militar.

A elite conservadora sentiu-se ameaçada com o crescimento das classes operárias e dos movimentos sociais atrelados ao governo em razão da “porta aberta” que representava o Ministério do Trabalho, na pessoa de João Goulart, aliado à política trabalhista de Vargas. Dessa forma, o contexto militar no ano de 1953 expressava descontentamento, principalmente em razão das disfunções das Forças Armadas em relação à realidade política brasileira. Em consequência da conjuntura política militar, coronéis e tenente-coronéis começaram a recolher assinaturas para reforçar o processo em marcha, que se apresentava revestido pelo discurso da segurança nacional e pelo descontentamento da categoria. Assim, tomava forma o Memorial dos Coronéis, que se referiu à crise de autoridade como capaz de solapar a coesão da classe militar, proporcionando maior espaço para os promotores da desordem.

A atuação da ala golpista visava tornar o governo desacreditado perante as demais forças civis e políticas; cada vez mais se acentuava a instabilidade política

em decorrência da difícil situação econômica e das manobras da oposição. Deve-se entender que a ação dos militares no Brasil encontrava-se alicerçada em uma organização construída para este fim, que visava atender aos interesses da própria categoria, para conquista de maior espaço e autonomia.

Afirma-se que os militares atuaram diretamente na política em razão dos espaços de formação profissional ocupados por eles, bem como pela experiência ao longo de suas trajetórias, desde a iniciação nas escolas militares, a participação em movimentos, manifestos, golpes, a posição que ocupavam ao desempenhar cargos públicos. Desde a base, os militares recebiam treinamento, e a formação profissional do oficial do Exército se dava em ambiente politizado, que ia além dos “saberes técnicos” e os capacitava a ocupar posições de destaque na sociedade. Assim, por identificarem os problemas da sociedade, estavam aptos para conduzir o Brasil com sua ação extramilitar.

A atuação da ala golpista dos militares crescia cada vez mais, não visando somente aos atos praticados pelo governo Vargas, mas atingir o PTB e desestabilizar João Goulart por meio das mais diversas acusações, entre as quais as de corrupção e de ligação com o comunismo. Getúlio Vargas respondeu à UDN e ao “Manifesto dos Coronéis”:

Numa época de graves apreensões para a comunidade internacional a que estamos ligados por compromissos e responsabilidades, devem ser eliminados todos os elementos de dissensão interna. Não são poucos os que, falando e agindo em nome da Democracia, usam a técnica da agressão e da violência, para colaborar na obra impatriótica da subversão do regime. A inconsciência e a audácia de alguns chegam ao ponto de instigar o povo, pelo rádio e pela imprensa, a depor o governo. Que povo? O que me elegeu e bem os conhece? Com que meios? Com os das Forças Armadas que devem defender a Constituição e a Pátria?¹⁹⁶

¹⁹⁶ CARONE, *A Quarta República (1945-1964)*, 1980. p. 54.

Na fala de Getúlio Vargas identificam-se os principais opositores políticos à ideologia trabalhista, como a imprensa e grupo de militares que integravam a ala golpista do Exército e que, com seus posicionamentos contrários ao governo, justificavam defender a pátria, porém foram os responsáveis por incitar a subversão do regime democrático através de constantes ataques ao governo Vargas. Nesse contexto, o documento subscrito por dezenas de oficiais superiores do Exército no início de 1954, teve o dom de precipitar uma crise ministerial, pela qual foram afastados os ministros da Guerra e do Trabalho, na época João Belchior Marques Goulart.¹⁹⁷

O Memorial dos Coronéis, redigido pelo coronel Golbery do Couto e Silva e assinado por 82 coronéis e tenentes-coronéis ligados à ala conservadora do Exército do Rio de Janeiro e concentrados no Estado Maior do Exército e na Escola Superior de Guerra, protestava principalmente contra o descaso do governo para com as necessidades do Exército, como a precariedade das instalações em todo território nacional, o material bélico obsoleto e o reajuste salarial dos militares, que se encontrava com larga disparidade em relação às Forças Armadas de outros países.

A interpretação de Skidmore referente ao documento é de grande relevância para sustentar a ideia de que havia uma clara intenção golpista contra o governo Vargas dentro das Forças Armadas:

E qual a solução que apresentavam os coronéis para que a unidade fosse restaurada? Era uma solução acanhada. O governo deveria liberar mais verbas para equipamentos e salários, a oficialidade seria capaz de preservar seu papel de guardião das instituições brasileiras. No memorial não havia qualquer reivindicação política específica. Não havia qualquer referência a Jango ou à “ameaça sindicalista”, contra a qual os políticos civis antigetulistas constantemente advertiam a nação.¹⁹⁸

¹⁹⁷ CARONE, *A Quarta República (1945-1964)*, 1980. p. . 556.

¹⁹⁸ SKIDMORE, Thomas. *Brasil de Getúlio a Castelo* 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, p.164.

A análise do Memorial dos Coronéis revela que o documento não possuía conteúdo que justificasse as reivindicações da categoria, tampouco comprovações referentes às acusações atribuídas ao ministro do Trabalho e ao governo Vargas. Era um discurso em forma de advertência a Getúlio Vargas pelo descontentamento dos oficiais antigetulistas, em suma, uma ameaça ao presidente da República, visando assegurar o padrão de vida compatível com a posição social da classe militar. Pois os militares envolvidos com o memorial dos coronéis estavam na política há bem mais tempo que 1945. Svartman ainda afirma que, entre os oficiais do corpo permanente, a conjuntura política fez com que praticamente só aqueles identificados com o pólo antivarguista ou com o intervencionismo controlador se integrassem ao grupo da chamada Sorbonne.¹⁹⁹

O descontentamento dos militares opositores signatários do documento revela o arranjo entre os militares para o golpe, demonstrando a grande insatisfação da categoria militar com a proposta de aumento do salário mínimo e, de certa forma, a pressão sobre o governo. Salienta-se que os militares que assinaram o documento eram integrantes da conservadora oposição a Getúlio Vargas.

O grupo de militares coronéis posicionava-se contrário ao aumento do salário mínimo, o que se justificava por representar ameaça ao *status* e à superioridade militar em comparação a um cidadão comum, visto que o trabalhador sem qualificação passaria a ganhar quase o mesmo que um cidadão de nível universitário. Significava, portanto, perder posição social, o que atemorizava parte da classe média, principalmente aos militares. Tornava-se inaceitável, naquele momento, que os “superiores” se iguallassem a um trabalhador não qualificado, por constituírem classe portadora do conhecimento e detentora da responsabilidade da segurança nacional.

¹⁹⁹ SVARTMAN, Guardiões da nação: formação profissional, experiências compartilhadas engajamento político dos generais de 1964, 2006, p. 190.

O grupo de militares autores do Memorial dos Coronéis conspirava desde 1945, quando haviam estreado a primeira manifestação coletiva de militares na República,²⁰⁰ uma vez que a ala militar começou a tomar consciência dos problemas políticos nacionais, assim como da posição hierárquica que ocupava na sociedade, o que as destacava das demais classes sociais. Assim, cada vez mais se autoinvestiam da superioridade da categoria militar. O processo em marcha ao qual Carone²⁰¹ faz menção refere-se ao acompanhamento pelos militares do curso da política, uma vez que participaram como agentes políticos atribuindo-se a responsabilidade de defender a nação.

A conspiração exercida pelos militares durante o segundo governo Vargas tinha intenção golpista clara, o que significa que não é algo do contexto da década de 1950. E para uma organização em que a hierarquia é respeitada como se fosse uma ordem, sem contestação, não se admitem acusações ou críticas ao comando superior, algo inadmissível principalmente em se tratando de uma hierarquia militar. Os militares da direita, por meio das ações de oposição ao governo, visavam à desestabilização do governo Vargas com estratégias premeditadas, uma vez que tinham um objetivo definido: assumir o poder. Para isso, contavam com uma característica que os distinguiu dos demais: o elitismo e o bacharelismo da classe superior. Na concepção de José Murilo de Carvalho,²⁰²

nos primeiros anos do Estado Novo, um momento de baixa do liberalismo e da democracia, Vargas criou e utilizou o ator viável para o momento, que eram os militares, cujo poder estava na capacidade do uso da força. A partir de 1942, Vargas sentiu necessidade de preparar o campo para um novo tipo de luta política, em que a força seria a dos números e não das armas. Dedicou-se a, então, a construir outro ator político, o trabalhismo. Em outras palavras, o movimento operário que se institucionalizou no Partido Trabalhista Brasileiro.

²⁰⁰ Ver relação de oficiais do Exército que assinaram o Manifesto dos Coronéis. CARONE, *A Quarta República (1945-1964)*, 1980. p. 562-564.

²⁰¹ CARONE, op. cit. p.557

²⁰² CARVALHO, José Murilo de. Vargas e os militares. In: PANDOLFI, Dulce. (Org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 343.

Mas ao construir esse novo ator político, Vargas incompatibilizou-se com seu primogênito. O que afastou Vargas dos militares foi exatamente esse novo ator político que ele estava construindo ao final do Estado Novo, o movimento Trabalhista. Os militares tinham desenvolvido desde 1935, um fortíssimo viés anticomunista, alimentado inclusive por falsificações de episódios históricos referentes às revoltas desse ano. O anticomunismo passou a ser a marca registrada dos militares. A adesão dos comunistas a Vargas, ao final do Estado Novo, fez com que o trabalhismo, criado por Vargas, fosse visto como um movimento no mínimo filocomunista.

Com a participação ativa da massa na sociedade, começaram a surgir as barreiras à hierarquia militar e a ameaça à ordem brasileira. Disso decorreu a necessidade da intervenção das Forças Armadas, atores políticos que interpretavam a realidade daquele momento político, com a conseqüente necessidade de defender seus interesses e zelar pela manutenção da ordem.

No dia 31 de julho de 1954, Pasqualini realizou seu primeiro comício no interior do estado do Rio Grande do Sul, em Novo Hamburgo:

[...] Não podeis alimentar qualquer ilusão a respeito das verdadeiras intenções daqueles que a pretexto de salvaguardar a democracia, que dizem ameaçada, investem contra os trabalhistas e o governo, acusando-nos até de estarmos conspirando, mas que não parte de nós e sim das forças reacionárias [...] a fim de retroceder na marcha das conquistas sociais.²⁰³

No discurso de Pasqualini estava expresso o posicionamento dos adversários do trabalhismo, que almejava atender a interesses de um determinado grupo ou classe, ignorando a coletividade. Para a ala golpista do Exército, isso era justificativa para assumir o poder, principalmente considerando o contexto internacional da Guerra Fria.

²⁰³ BODEA, *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*, 1992. p.119.

A imprensa, apoiada no Memorial dos Coronéis, noticiou o descontentamento da categoria militar em decorrência da elevação do nível do custo de vida e do risco de queda na posição social. No jornal *Correio do Povo* relatou-se:²⁰⁴

A propósito do memorial dos coronéis do Exército, que segundo alguns jornais, está assinado por vinte oficiais e segundo outros, por noventa o Vespertino "Última Hora", publica a seguinte nota em sua primeira página:

Oitenta e dois coronéis do Exército servindo na guarnição desta capital enviaram um memorial ao ministro da guerra e que fazem alusões á elevação constante do nível de vida, que em consequência está causando serias perturbações nas Forças Armadas.

Aludem ainda ao aparelhamento atual e ao prestígio das Forças Armadas que precisam ser mantidas. Pedem providências visando ser melhorada a situação social dos militares. O alto Comando do Exército examinará detidamente o memorial dos coronéis. A notícia de existência do documento provocou os mais desencontrados comentários nos corredores do Palácio da Guerra. Hoje pela manhã, após a reunião do Alto comando, o ministro da Guerra tomará as medidas que julgar cabíveis no caso.

Por sua vez, o vespertino *Globo* noticiou:

Rio, 13 (CP). Repercutiu vivamente no Exército a revelação feita ontem pelo vespertino 'O Globo' sobre o Memorial dos Coronéis ao ministro da Guerra. Diz hoje o mesmo jornal que a iniciativa dos oficiais superiores, e número de vinte, prestou-se a diferentes interpretações. Enquanto uma corrente considera como ato de indisciplina o pronunciamento dos coronéis, outro entendia que o memorial refletia com exatidão as coisas reinantes no Exército.

"O Globo" abordou a respeito o ministro da Guerra. Não queria, porém manifestar-se o general Ciro Espírito Santo Cardoso. Ainda é cedo para falar sobre o "assunto", frisou a Excia. Não dissimulava, entretanto, concluiu aquele vespertino, a imprensa, sobre a importância do documento. O ministro da Guerra convocou para hoje uma reunião dos chefes militares a

²⁰⁴ *Correio do Povo*, Rio de Janeiro, 13 fev. 1954.

fim de que seja examinado em conjunto o memorial bem como suas conseqüências e repercussão. (137).

E o *Correio do Povo* divulgou:²⁰⁵ Problemas de caráter militar e social abordados no memorial dos Coronéis.

Procurado pelo “O Globo” o deputado Lima Figueiredo assim confirmou a sua visita ao Ministro da Guerra, “estive realmente com o Ministro da Guerra e manifestei o desejo de ler o Memorial dos Coronéis. O General Ciro Cardoso afirmou-me não o ter em mãos. Alertei-o então, dizendo que poderia fazer um pedido de informações a respeito à câmara a ele dirigido.

O Ministro da Guerra explicou-me que o Memorial dos Coronéis representava apenas uma colaboração dos Coronéis com a administração dele e que tratava de alguns problemas que vinha desde o Império, como o aparelhamento do Exército. É claro que um país economicamente fraco como o nosso não pode ter uma força armada poderosa.

Assim, o ministro da Guerra foi aconselhado pelo general Lima Figueiredo a divulgar o discutido documento, pois o novo salário mínimo colocaria certas graduações do Exército em situação inferior, como segue:

O poder econômico é, no caso, a raiz. O poder militar é o fruto. Aconselhei o Ministro da Guerra a dar ampla publicidade ao Memorial já que representava uma colaboração dos Coronéis á sua administração indaguei-lhe se o documento tratava de certo modo de alguns problemas não essencialmente militares. Ele e respondeu que sim.

Deles e do salário mínimo, é o assunto do momento. Se o salário mínimo for subitamente elevado como pretende o Ministro do Trabalho haverá também prejuízos no exército... A disciplina desrespeitar o Ministro da Guerra o que houve, sim, foi uma advertência dos Coronéis que estão sob a angústia

²⁰⁵ *Correio do Povo*, 16 fev. 1954.

muito natural de perderem futuro em sua autoridade sobre os subordinados face a certas circunstâncias políticas nacionais.

Portanto, em 1953 a participação das Forças Armadas nas sucessivas crises políticas enfraqueceu a capacidade de ação do governo Getúlio Vargas. O documento “Manifesto dos Coronéis” continha críticas ao aumento de 100% do salário mínimo, anunciado em fevereiro pelo ministro do Trabalho, João Goulart, e reclamava da desvalorização salarial nos ganhos dos militares, considerado pela categoria como uma “desmoralização”.

Vale ressaltar que o processo de crise durante o segundo governo Vargas foi decorrente da inflação alta, dos movimentos grevistas, das mobilizações populares, da pressão internacional e da forte oposição da UDN.

Interpreta-se que João Goulart foi deposto como ministro do Trabalho Indústria e Comércio em fevereiro de 1954, por ameaçar os privilégios de uma classe com grande poder de articulação política, a “ala golpista” das Forças Armadas, que elaborou o Memorial dos Coronéis, da ESG e da imprensa conservadora do país.

3.4. A crise do aumento de 100% do salário mínimo

João Goulart como Ministro do Trabalho, por defender a participação popular na política assim como o reconhecimento da importância do trabalhador para o desenvolvimento do Brasil, lutava para defender os direitos trabalhistas, e uma forma de amenizar a desvalorização do salário mínimo, e conseqüentemente reconhecer o esforço do trabalhador e amenizar a exploração, no ano de 1954 propôs aumento de 100% no salário mínimo.

Como ministro do Trabalho Indústria e Comércio, Goulart enfrentou várias greves e protestos de trabalhadores, que reivindicavam melhores condições de trabalho e a elevação do salário mínimo. O novo ministro tinha a tarefa de consolidar uma estrutura sindical que atendesse aos ideais trabalhistas da política do governo Getúlio Vargas. Contudo, a atuação de João Goulart como ministro e o seu bom relacionamento com os militantes comunistas despertavam desconfiança nos círculos militares direitistas e da direita conservadora civil, servindo como motivo para os poderosos órgãos da imprensa udenista divulgar o perigo do comunismo, refletido nas ações de João Goulart.

João Goulart no Ministério do Trabalho aceitara a colaboração ativa de sindicalistas do PC e jamais, ao contrário do que acontecera no governo Dutra, perseguira os comunistas. Hábil negociador, mais pragmático do que os teóricos pasqualinistas, mais suscetível a uma política de compromisso até do que seu mais próximo aliado de então, Leonel Brizola, Jango se transformaria no dirigente trabalhista mais aberto a uma aliança com o PC.²⁰⁶

Dessa forma, a ampla campanha contra o governo Vargas dilatou o foco para a figura do ministro do Trabalho, que, em decorrência de sua aproximação com os trabalhadores, era acusado de agir de forma demagógica, por ser originário da corrente política pragmático-getulista, como também de servir como brecha para a instalação do perigo comunista que rondava o país.

João Goulart, como ministro do Trabalho, conquistou um lugar junto às bases trabalhistas, sendo reconhecido nacionalmente como líder popular do trabalhismo, assim como Getúlio Vargas durante o segundo governo. Em 1954, propôs a revisão do salário mínimo, visto que os trabalhadores pressionavam o governo e o ministro para um reajuste de 100%, o que elevaria o salário mínimo de Cr\$ 1.200 para Cr\$ 2.400 cruzeiros, tendo como referência o do Rio de Janeiro. Os

²⁰⁶ BODEA, *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*, 1992. p. 121.

empresários rejeitavam a revisão da política salarial do governo e posicionavam-se concordando com um aumento de 42 %, percentual referente ao aumento do custo de vida desde o último aumento salarial, concedido em 1951.

No início de 1954 aumentou a especulação sobre o novo nível do salário mínimo a ser estabelecido. Nos círculos conservadores corria abertamente o rumor de que Jango proporia um aumento de 100%. Além do mais, ele nada fazia para desencorajar a onda de greves e demonstrações de protestos que se manifestavam por todo o país.²⁰⁷

Destaca-se que o reajuste do salário em 100% era acima da inflação, dessa forma, questiona - se o que Jango queria, ou melhor, almejava com esse percentual de elevação do salário mínimo. Skidimore registra,

O aumento de 100% do salário mínimo era inflacionário porque representava um aumento nos salários reais acima do nível do último salário mínimo fixado, em decreto de dezembro de 1951. Os trabalhadores ganharam um aumento de, pelo menos, 54% nos salários reais, segundo estimativa feita pelas Nações Unidas. Embora o novo salário-mínimo fosse ainda baixo, comparado com o dos países desenvolvidos, alarmou a classe empresarial, que sabia que não poderia absorver o novo aumento sem um grande aumento nos preços, e também a classe média, que se sentiu negligenciada e ameaçada.²⁰⁸

A historiografia apresenta a crise do aumento de 100% do salário mínimo como um fator de relevância para a oposição unir-se em torno de seu objetivo: desestabilizar o ministro do Trabalho João Goulart para ocasionar o enfraquecimento de Getúlio Vargas. Por sua vez, para as classes patronais a elevação do salário

²⁰⁷ SKIDIMORE, Thomas. *Brasil de Getúlio a Castelo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, p.163.

²⁰⁸ SKIDIMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. p. 171.

mínimo significava a elevação do custo dos produtos e, como consequência, o desemprego, pois os grandes industriais não aceitavam arcar com a elevação dos salários dos trabalhadores.

Também a UDN e alguns setores da oposição não viam com bons olhos a proposta de João Goulart de elevar o salário mínimo. Assim, no mês de janeiro de 1954 desencadearam campanhas para a demissão de João Goulart do cargo de ministro do Trabalho, acusando-o de ligações com o comunismo e de pretender instalar uma “república sindicalista” no Brasil.

O projeto de aumento do salário mínimo era criticado pelas Forças Armadas, que procuravam atingir João Goulart, ministro do Trabalho, e, de certa forma, instigar os generais para uma ação anti-Vargas. O auge do processo visando à deposição política do presidente e a consequente marginalização da corrente getulista deram-se a partir de denúncias de escândalos iniciadas em meados de 1953, paralelamente à reformulação ministerial.

Sem qualquer meio de comunicação que veiculasse uma imagem favorável do governo, o cerco da imprensa tornava-se definitivo num momento em que começava a ganhar ressonância a campanha de desmandos pessoais de Vargas. Todos os pretextos eram usados pela oposição para desmoralizar Getúlio Vargas. Ao mesmo tempo, crescia a reação militar, principalmente quanto à atuação de João Goulart e ao seu suposto comprometimento com o comunismo. É pertinente observar que o anticomunismo militar, nesse momento, era alimentado pela oposição udenista como forma de combater o getulismo, considerado seu inimigo principal naquela conjuntura.

João Goulart, desde o início na política, bem como na sua atuação no Ministério do Trabalho, sofreu constante oposição e resistência por ter se criado politicamente sob a aba do chapéu de Vargas, ou seja, era seguidor das ideias trabalhistas e populistas combatidas pela oposição política. As razões para a crise são atribuídas, sobretudo, à ineficácia do plano econômico de estabilização e ao desequilíbrio das alianças políticas do governo, tanto em relação aos trabalhadores,

quanto aos setores da elite. A elite estava receosa com os efeitos que poderiam resultar da política trabalhista e que, de certa forma, poderiam afetar seus privilégios.

Getúlio Vargas foi denominado de “ditador” por ter governado com medidas controladoras e populistas. Foi um presidente marcado pelo investimento no nacionalismo e, sobretudo, por ter tomado medidas favoráveis aos trabalhadores brasileiros. Destaca-se a legislação trabalhista, isto é, a legislação voltada para a regulamentação das condições de trabalho dos que se encontravam ativos no mercado, o que envolvia questões como horário de trabalho, trabalho de menores, das mulheres, férias, carteira de trabalho, etc.

Foi na área do trabalho que João Goulart se posicionou em defesa dos direitos trabalhistas e das classes assalariadas e pela concessão de direitos sociais aos trabalhadores que Vargas e João Goulart hoje são lembrados, mas na época foram criticados pelos setores conservadores da sociedade. Dessa forma, João Goulart, ao propor aumento do salário mínimo, atendendo às reivindicações dos trabalhadores, assinou a sentença de vitória da oposição política ao governo Vargas.

Ao mesmo tempo em que procura denunciar as formas ilegais de saída de capitais, Getúlio Vargas procura se aproximar das massas operárias e melhorar o nível do salário mínimo, escamoteado a partir do período Dutra. Burguesia e Oligarquias unem a grupos militares, aumentando a onda contra o governo: o argumento usado é de que o salário mínimo proposto elevaria o custo dos produtos e traria desemprego, mas, na verdade, o que se pretende é atacar a política nacionalista interna e a política trabalhista do governo.²⁰⁹

João Goulart assumiu o cargo de ministro do Trabalho num contexto de crise econômica que afetava diretamente as classes populares e enfraquecera o governo, originário da crescente inflação e da instabilidade política que se iniciara com a posse de Getúlio Vargas. A oposição não aceitava o pleno desenvolvimento da

²⁰⁹ CARONE, Edgard. *A quarta República*. (1945-1964). São Paulo: Difel, 1980. p. 52.

doutrina trabalhista e, diante da possibilidade de concessão do aumento do salário mínimo, que significaria a coroação da ideologia trabalhista para as classes operárias, atacou a política nacionalista de Vargas. Portanto, a proposta do aumento do salário mínimo provocou alarde na classe média por representar a consolidação da política populista-trabalhista. O jornal *Correio do Povo* de 08/01/1954 divulgou: “O novo salário mínimo representa o fracasso das medidas antiinflacionárias.” (p. 14)

Apesar da oposição de classes empresariais ao aumento do salário mínimo, líderes sindicais e trabalhadores tomaram as ruas realizando passeatas e exigindo do governo e do ministro do Trabalho o cumprimento de nova política salarial, com a elevação de 100% do salário mínimo. Na carta de justificativa de João Goulart para a elevação do salário mínimo lia-se:

A realidade é que vivemos numa época em que a ostentação e o fausto debocham e tripudiam da miséria popular, os lucros se multiplicam nas mãos de poucos á custa do sofrimento de muitos e a psicose de enriquecimento rápido domina a maioria dos detentores do poder

Em outro trecho, Jango diz: “não haver á melhor estatística para o pobre do que o caderno de pagamento de suas contas, que lhe mostra de maneira irrefutável a diminuição constante dos seus salários com a elevação vertiginosa dos preços das utilidades e dos gêneros essenciais á preservação da vida. E não se diga como querem alguns, que os trabalhadores são culpados por essa situação. Aceitar esse ponto de vista seria inverter, maliciosamente, os termos do problema. Não são os salários que elevam o custo de vida. Pelo contrario, “a alta do custo de vida é que exige salários mais elevados.”²¹⁰

A possibilidade da concessão do aumento do salário mínimo proposta por João Goulart despertou a reação do empresariado, que, aliado às correntes militares, impulsionou a conspiração civil-militar em curso contra o governo desde antes de Vargas assumir a presidência da República, em 1951. A elite apresentava-

²¹⁰ BRAGA, *Parlamentares gaúchos...*, 2004, p. 50

se receosa com o que representava João Goulart no governo, por ser uma extensão de Getúlio Vargas e fiel a Vargas.

No Ministério da Fazenda, o ministro Osvaldo Aranha,²¹¹ encarregado de iniciar um programa de combate à inflação, posicionava-se contra qualquer índice de elevação salarial. Por sua vez, os militares, por meio de fortes articulações com a imprensa, no auge da crise tentaram desestabilizar o governo e o ministro do Trabalho por meio do “Manifesto dos Coronéis”, que repercutiu em nível nacional. Analisando o contexto político da década de 1950, percebe-se que o comportamento da oposição em relação ao aumento do salário mínimo era apenas mais um pretexto usado pela oposição para interromper o curso da política nacionalista-trabalhista do governo Vargas.

Em 1953, as denúncias envolvendo o jornal *Última Hora* comprometeram a administração de Vargas, acusado de corrupção. Essa bandeira foi levantada e explorada pela imprensa antigetulista, e os militares se aproveitaram da ameaça do comunismo à espreita veiculada por esta. Também se valiam de um conjunto de circunstâncias, como a conjuntura internacional, as dificuldades econômicas sociais, a falta de aparelhamento do Exército e o desprestígio das autoridades militares.

Em virtude da repercussão do Manifesto dos Coronéis, no dia 22 de fevereiro de 1954 João Goulart entregou sua carta de demissão a Getúlio Vargas, juntamente com estudos sobre o novo salário mínimo, mantendo a proposta de 100% de aumento e defendendo os motivos da elevação salarial. A ação da corporação militar golpista engrossou a oposição ao governo Vargas, levando à desestabilização de dois ministros com cargos considerados estratégicos: da Guerra, Cyro do Espírito Santo Cardoso, e do Trabalho, João Goulart, ambos

²¹¹ Nasceu em Alegrete - RS em 1884. Em 1927, elegeu-se deputado federal pelo PRR, agremiação que aglutinava as forças situacionistas gaúchas. Em 1947, foi nomeado chefe da delegação brasileira na ONU e ocupou o posto destinado ao Brasil no Conselho de segurança da entidade. Em 1947 foi indicado prêmio Nobel da Paz. Em 1953 assumiu o Ministério da Fazenda no governo de Getúlio Vargas. Disponível em: WWW. Cpdoc.com. br. FGV./Biografias. Acesso em: 5 abr. 2009.

identificados com a política nacionalista desenvolvida por Vargas. Assumiram, então, como ministro da guerra Zenóbio da Costa e do Trabalho, Hugo de Faria.

A oposição atacou ministérios considerados estratégicos para o desenvolvimento do país, bem como para a estabilização de Vargas. Portanto, interpreta-se que a saída de João Goulart do Ministério do Trabalho deu-se em consequência da ação política desenvolvida pela oposição, que visava conquistar o poder e combater a política trabalhista e nacionalista de Getúlio Vargas.

A crise que culminou com a demissão de João Goulart do Ministério do Trabalho representou a legitimação de mais um golpe articulado pelos militares antes da década de 1950 e muito bem regado por agentes militares-políticos, que fracassaram na política de alianças propostas por Vargas. A crise desembocou na deposição de vários ministros, como consequência de um plano de ação traçado dentro dos quartéis.

O jornal *Diário de Notícias* de 22/02/1954 publicou que “Zenóbio da Costa tomará posse amanhã, às 16 horas. A substituição do Sr. João Goulart foi exigida pelos chefes das forças armadas, acusado, inclusive de manter ligações com comunismo – Hugo Faria Ministro interino.” (p. 12)

A análise dos jornais do período de junho de 1953 a fevereiro de 1954 tem o objetivo de identificar o comportamento da imprensa nacional brasileira por meio das notícias impressas sobre ações de João Goulart no Ministério do Trabalho, assim como acusações ao ministro do Trabalho e ao governo Vargas. O jornal *Diário de Notícias* publicou:

“Jango, provador-Mor de Vargas, provou o último prato.” Mistura intoxicante de sindicalismo, salário mínimo, esquerdismo por contaminação e resistência de classes armadas – PSD paulista: candidato partidário. Jango renunciará ao ministério amanhã”. “Pleiteem os sindicatos a permanência de Jango”. Ao Sr. Getúlio Vargas: Advertem os trabalhadores que se não

responsabilizarão pelas conseqüências se o ministro do Trabalho tiver sua renúncia aceita”.²¹²

As conseqüências do cerco da imprensa a Getúlio Vargas durante o seu segundo governo afetaram diretamente o Ministério do Trabalho, principalmente durante a atuação de João Goulart, o qual era atacado violentamente pelos principais órgãos de comunicação do país. Nesse período, a imprensa tentava denegrir a administração de João Goulart, além de promover uma verdadeira campanha contra o comunismo.

A saída de João Goulart do Ministério do Trabalho não nasceu do desejo do povo e, sim, de forças contrárias, Goulart foi um político que se fortaleceu através da corrente sindicalista-trabalhista e da aproximação do governo Getúlio Vargas com o povo; foi credenciado pela população e pelos trabalhadores para a continuidade das ações em sua defesa após a morte de Getúlio Vargas.

Com a crise do aumento do salário mínimo e elevação da inflação, a oposição encontrou o contexto propício para pôr em prática mais uma vez o plano anti-Vargas, uma vez que o enfraquecimento das medidas trabalhistas significava o descumprimento das propostas governamentais feitas à população. Nesse contexto, a ação dos atores políticos, além de remover João Goulart do Ministério do Trabalho em fevereiro de 1954, conseguiria, após aproximadamente seis meses da queda do ministro do Trabalho, banir Getúlio Vargas para sempre da vida e da política.

Dessa forma, a crise do aumento de 100% do salário mínimo em fevereiro de 1954 refletiu-se na saída de João Goulart do Ministério do Trabalho durante o segundo governo Vargas. Mesmo que o salário mínimo se encontrasse defasado, as classes patronais afirmavam não querer arcar com a sua elevação, pois significava perda em seus lucros, assim como a elevação do desemprego. A proposta de João

²¹² Jornal *Diário de Notícias* de 20/02/1954, p.14.

Goulart de aumentar o salário mínimo objetivava melhorar o ganho do trabalhador assalariado, mas, em contrapartida, as classes conservadoras não aceitavam diminuir a margem de desigualdade social e econômica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado sobre a atuação de João Goulart no Ministério do Trabalho ressalta a importância de se analisar a saída do ministro em 22 de fevereiro de 1954, por ser um período na história política do Brasil em que estão expressas as ações e contribuições do herdeiro político de Getúlio Vargas. João Goulart, através da corrente pragmática getulista e pela sua atuação no PTB e nos meios sindicais, consolidou nacionalmente o seu perfil político popular no Ministério do Trabalho.

Nesta pesquisa identificaram-se os motivos pelos quais o ministro do Trabalho pediu demissão do cargo por meio de análise do contexto político social e econômico do governo Vargas, como também das intenções da classe política conservadora. Nas entrelinhas da história está registrada a ascensão das classes populares na política. Dessa forma, a aproximação do governo, por intermédio de Goulart, com as classes operárias era vista como uma ameaça aos interesses da elite política. O pedido de demissão do então ministro também foi consequência da sua ligação com Getúlio Vargas, com origens anteriores à sua atuação na política, pois desde o início do governo, em 1951, a oposição declarara-se contrária ao retorno de Vargas à presidência da República. A oposição, portanto, atacava João Goulart para atingir Getúlio Vargas.

A nomeação de João Goulart para ocupar o cargo de ministro do Trabalho significou o fortalecimento do governo, principalmente pela aproximação com Vargas, justificada pelas relações de compadrio. Ao analisar o contexto em que João Goulart atuou como ministro do Trabalho, explica-se uma lacuna na historiografia brasileira sobre a sua saída do Ministério do Trabalho, visto que os fatos revelam que o pedido de demissão do ministro foi consequência da articulação política da oposição getulista. Assim, Goulart foi golpeado por ser considerado discípulo de

Vargas, defender a participação das classes populares na política e seguir a ideologia do trabalhismo, preocupando-se em proporcionar direitos sociais e econômicos ao trabalhador brasileiro. Esse perfil popular de Goulart era combatido e denominado de demagógico pela oposição, que tentava atingi-lo e removê-lo da política, acusando-o de reduzir o espaço político ocupado pelas elites pela conscientização dos trabalhadores em lutar por seus direitos e participar como cidadãos da política do país. Para tanto, investigou-se a ação dos opositores políticos da época, entre os quais se destacam a imprensa antigetulista, os militares da ala golpista e a UDN, partido de ferrenha oposição ao governo Getúlio Vargas.

Dessa forma, no primeiro capítulo abordou-se o segundo governo de Getúlio Vargas, dando ênfase às alianças políticas com as forças da sociedade, inclusive a oposição. Ressalta-se a organização do governo denominado “Ministério da Experiência” como consequência da prática política adotada por Vargas ao longo do governo, centrada em alianças. Essa revisão permitiu compreender a necessidade de Vargas formar alianças com as mais diversas forças políticas para se manter no poder. Getúlio Vargas retornou à Presidência da República posicionando-se de forma apartidária, para não se comprometer com a classe média e com as classes populares, pois precisava do apoio para governar o país. A análise do governo Getúlio Vargas, assim como da crise, justifica-se por João Goulart ter sido nomeado para o cargo de ministro do Trabalho pelo contexto de crise que se apresentava.

Para responder à problemática deste estudo, considera-se de grande importância interpretar a trajetória política de João Goulart, a fim de melhor entender os seus vínculos com Getúlio Vargas. Assim, realizou-se a análise da trajetória de Goulart antes da iniciação na política, bem como a ligação do coronel Vicente Goulart, seu pai, com Getúlio Vargas. Elegeram-se as “relações de família, de compadrio” como preponderantes para justificar a iniciação de João Goulart na política e, principalmente, os cargos políticos ocupados por Goulart num curto espaço de tempo, identificando-se a origem da relação de fidelidade e confiança entre ele e Getúlio Vargas. Buscou-se entender os motivos pelos quais a imprensa

alardeava sobre o “perigo” que o novato político representava para o Brasil, aos quais a oposição se apegava para alardear a ligação de Goulart com o comunismo.

Analisou-se a imprensa getulista, mais especificamente, fontes bibliográficas referentes ao jornal *Última Hora*, dirigido por Samuel Wainer, identificado diretamente com o governo Getúlio Vargas. Este jornal foi criado para divulgar os planos de ação do governo Getúlio e foi razão para que a imprensa conservadora atingisse o governo com acusações de favoritismo e corrupção. O estudo da imprensa antigetulista teve o objetivo de identificar ataques por parte dos meios de comunicação atrelados à UDN e de uma parte das Forças Armadas contra as iniciativas de João Goulart como ministro do Trabalho e, principalmente, por ser oriundo da corrente programático-getulista e desenvolver política de caráter populista.

A imprensa antigetulista criticava a instabilidade política brasileira pela alta da inflação e também a maneira de atuar de João Goulart, sobretudo a sua aproximação com populares. Diante disso, o ministro do Trabalho, por ser discípulo de Vargas e aproximar-se dos trabalhadores e sindicalistas, era tachado de demagógico pela oposição, como pretexto para enfraquecer o governo Getúlio Vargas. Pelo comportamento da imprensa, dos militares e da UDN, buscou-se identificar na historiografia a relação com a queda de João Goulart do Ministério do Trabalho.

Em fevereiro de 1954, a questão salarial alarmou o grupo de militares da ala golpista do Exército, que resultou na elaboração do “Manifesto dos Coronéis”, assinado por 82 coronéis e tenentes-coronéis, líderes da conspiração militar. O documento reforçava a posição dos empresários, que se posicionavam contrários aos estudos prevendo o aumento de 100% no salário mínimo, e a imprensa oposicionista contribuía para a desestabilização de Goulart e do governo Vargas.

Pelo comportamento da imprensa e dos militares identifica-se a execução do plano golpista dos “atores políticos”, como a ala direita do Exército, a imprensa e a UDN. Assim, a queda de João Goulart do Ministério do Trabalho é interpretada como

a consolidação de um golpe desferido contra as ações populares do ministro, que visavam enfraquecer seu carisma político e atingir Getúlio Vargas. Os motivos que levaram à saída de João Goulart do ministério em 22 de fevereiro de 1954 são consequências do golpe articulado por forças políticas influentes, que não aceitavam romper de imediato com a posição social e tradicional que desfrutavam na sociedade; tampouco aceitavam a participação do povo na política, espaço até então ocupado pela classe média, elite política do país.

O período que compreende a atuação de João Goulart no Ministério do Trabalho é considerado um marco na história política brasileira, por defender a participação das classes populares na política, sobretudo com o trabalhismo, pelo qual os operários eram reconhecidos como sujeitos integrantes da sociedade e indispensáveis para a formação da vida nacional. A consequência da política trabalhista populista defendida pelo ministro do Trabalho foi contrariar os interesses das classes patronais.

O pedido de demissão de João Goulart do Ministério do Trabalho foi, portanto, decorrência da articulação de golpe de todos aqueles que se articularam no período de 1945-1964 contra o getulismo-trabalhismo, alterando o curso político da história. João Goulart foi destituído do cargo de ministro do Trabalho por ameaçar os interesses dos empregadores, mas os reflexos da sua saída do ministério atingiram diretamente aos trabalhadores das classes populares, que ficaram sem seu representante e líder popular na política, João Goulart.

Ressalta-se que Goulart não era a única liderança popular na política, havia outros nomes no PTB e, apesar de clandestino, o PCB continuava operante. Além do mais, Jango ainda era uma liderança “emergente” e continuou atuando, de modo que em 1955 elegeu-se vice-presidente, sendo inclusive mais votado que JK.

A contribuição deste trabalho de pesquisa reside em explorar a pouco investigada atuação de João Goulart no Ministério do Trabalho e suas relações anteriores com Vargas. Estes temas não tem recebido a devida ênfase por parte dos historiadores, se comparados àqueles do início da década de 1960, quando foi vice

e depois presidente da República deposto em 1964. De fato, em fevereiro de 1954 posicionaram-se contrariamente ao aumento salarial as várias forças políticas dez anos mais tarde estiveram envolvidas na conspiração que redundou na segunda queda de Goulart.

A relevância deste estudo ao analisar a oposição política a Getúlio Vargas e a crise do governo reside em identificar os verdadeiros atores políticos que contribuíram para a queda de João Goulart do Ministério do Trabalho e fundamentar, por meio de fontes bibliográficas, reportagens de jornais e memórias, que a saída do ministro do Trabalho em 22 de fevereiro de 1954, depois de conturbada gestão de aproximadamente oito meses, está registrada na história social e política como a primeira queda de João Goulart.

FONTES

Jango em três Atos. TV Senado/2008.

Filme: Rio 40°

Jornais/Revistas:

Jornal Diário de Notícias (Porto Alegre) 1953-1954.

Jornal Correio do Povo (Porto Alegre) 1953-1954.

Revista do Globo – (Porto Alegre) 1953.

Revista de Estudos de Sociologia. Araraquara, 2005.

Diário Oficial do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio (Porto Alegre) 1953-1954.

Site: www.cpdoc.fgv.com.br

Site: <http://www.crl.edu/brazil/presidential>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. *Jango e Brizola: tão Longe e tão perto (1961-1964)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, 2007.

ALMEIDA, Paulo Renan de. *Perón – Vargas – Ibañez. Pacto ABC – Raízes do MERCOSUL*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AGGIO, Alberto et al. (Org.). *Política e sociedade no Brasil (1930 - 1964)*. São Paulo: Annablume, 2002.

BALDISSERA, Marli de Almeida. O Grupo dos Onze. O contexto histórico. *Semina*, v.1, n. 3, 2003.

BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)* 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

BANDEIRA, Moniz. *Brizola e o trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BARROS, Jeferson. *Golpe mata jornal: desafios de um tablóide popular numa sociedade conservadora*. Porto Alegre: JÁ Editores, 1999.

BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de política*. 13. Ed. Editora Universidade de Brasília, 2007. v. I e II.

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

BOITO Jr., Armando. *O golpe de 1954: A burguesia contra o populismo*. São Paulo: brasiliense, 1982.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BRAGA, Kenny (Coord.). *Parlamentares gaúchos*. João Goulart. Perfil, discursos e depoimentos. Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. 2004. (Série n. 6).

CÂNEPA, Mercedes Maria Loguércio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

CANTON, Olides. *Getúlio Vargas: depoimentos de um filho*. Porto Alegre: EST, 2004.

CARONE, Edgard. *A Quarta República (1945-1964)*. São Paulo: Difel, 1980.

CARVALHO, José Murilo de. *Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro*. In: D'ARAÚJO, Maria Celina. *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: ed. da FGV, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COELHO, Maria Célia Nunes. *A ocupação da Amazônia e a presença militar*. São Paulo: Atual, 1998.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992. (Série Fundamentos).

D'ARAÚJO, Maria Celina. *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: UERJ: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *A Era Vargas*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1997.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, Carisma e poder. O PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ELMIR, Claudio Pereira. *As armadilhas do jornal: algumas considerações Metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. Cadernos do PPG em História da UFRGS*, 1994.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 16. ed. São Paulo: Globo, 2004.

FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

GUAZELLI, Cezar Augusto Barcellos et al. (Org.). *Questões da teoria e metodologia da história*. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 2000.

GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GOMES, Ângela de Castro. *Ministério do Trabalho*. Uma história contada e vivida. Rio de Janeiro: CPDOC, 2007.

GOMES, Ângela de Castro. *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro. Relume-Dumará. 1994.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do Trabalhismo*. São Paulo: Vértice, 1988.

GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. A política Cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Jorge. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

HILTON, Stanley. *O ditador e o embaixador*. Rio de Janeiro: Record, 1987.

IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

KUHN, Fábio. *Breve história do Rio Grande do Sul*. 3. ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LOUREIRO, Maria Rita. *Os economistas no governo: gestão econômica e democracia*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. O difícil caminho do meio: Estado, burguesia e industrialização no segundo governo Vargas (1951-1954) In: GOMES, Ângela de Castro. *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

LEVINE, Robert M. *Pai dos pobres? O Brasil e a era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MICELI, Sérgio. Carne e osso da elite política brasileira pós-30. In: GOMES, Angela et al. *História geral da civilização brasileira*. O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*. Entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

PINHEIRO, Marco. *O presidente injustiçado*. 100 perguntas 100 respostas 1 conclusão. Fortaleza: Quadricolor, 2008.

PINTO, Celi Regina. *Positivismo*. Um projeto político alternativo (RS: 1889 – 1930). Porto Alegre: LPM, 1986.

RÉMOND, René. *O século XX de 1914 aos nossos dias*. São Paulo: Cultrix, 1974.

RÉMOND, René (org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.

RIFF, Raul. *O fazendeiro Jango no Governo*. Rio de Janeiro: Avenir, 1979.

RODRIGUES, Leôncio M. *Sindicalismo e classe operária*. In: GOMES, Ângela et al. *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

RÜDIGER, Francisco. *Tendências do Jornalismo*. Porto Alegre: Ed. Universidade, UFRGS, 1998.

SETTI, Ana Luiza Gobbi. *Pacto ABC: As relações Brasil-Argentina na década de 1950*. Porto Alegre, PUCRS, 1991.

SILVA, Hélio. *O suicídio de Getúlio Vargas: 1951-1954*. 3. ed. São Paulo: Brasil, 2004. (História da República Brasileira, v. 14).

SILVA, Hélio. *1954: um tiro no coração*. Porto Alegre: LP&M, 2004.

SKIDIMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

SOARES, Glaucio Ari Dillon. *A democracia Interrompida*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. *Guardiões da nação*. Formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964. Porto Alegre, 2006.

VILLA, Marco Antonio. *Jango: um perfil 1945-1964*. São Paulo: Globo, 2004.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.